

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 64.001/2026.**

Processo Administrativo nº 34.698/2025

(UASG: 926691)

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SISTEMA TECNOLÓGICO PARA GESTÃO NA MOBILIDADE URBANA DE INTERESSE DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB-JP.

Data de Abertura: 29 de maio de 2026.

Horário: 09:30h

Valor total Estimado: SIGILOS

Lei adotada	Registro de Preços	Critério de Julgamento	Modo de Disputa
Nº 14.133/2021	SIM	MENOR PREÇO POR LOTE	ABERTO/FECHADO

Edital disponível também no site: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes>

Vistoria	Licitação Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Prova de Conceito?
NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:

Deverão ser enviados via sistemas comprasgov ou para o endereço eletrônico: cpl@semobjp.pb.gov.br

Observações Gerais

Local de realização:	Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASGOV - https://www.gov.br/compras/pt-br
Referência de tempo:	Será observado sempre o horário oficial de Brasília – DF.
Telefone de contato:	(83) 3213-7162

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 64.001/2026

➤ 1. PREÂMBULO

A SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA-SEMOB-JP, CNPJ Nº 09.154.915-0001-26, por intermédio do Pregoeiro nomeado pela portaria nº. 028/2023, com o apoio de sua equipe nomeada pela portaria nº 029/2023, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA E NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Decreto Municipal nº. 10.541/2024; Decreto Municipal nº 10.445/2023, Lei Complementar nº. 123/2006 e as demais normas complementares aplicáveis.

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES-*INTERNET*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases, conduzido pelo Pregoeiro oficial da SEMOB-JP no portal de compras públicas do governo federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2. DO OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SISTEMA TECNOLÓGICO PARA GESTÃO NA MOBILIDADE URBANA DE INTERESSE DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB-JP.

2.2. A licitação será por **LOTE ÚNICO**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO**, conforme justificativa e Tabela constante no Termo de Referência anexo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.3. O quantitativo constante da página do Pregão Eletrônico no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, é a mesma dos listados no Anexo I do Edital. Cabe ressaltar que em caso de dúvida e/ou caso venha ter alguma divergência em função de transferência de dados do nosso sistema para o sistema do Portal de Compras do Governo Federal - **COMPRASGOV**, **PREVALECERÁ A QUANTIDADE E DESCRIÇÃO** constante no Anexo I do Edital.

2.4. A existência de preços registrados não obriga a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do artigo 83 da Lei 14.133/2021.

2.5. A Superintendência de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP não emitirá qualquer pedido de compra, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

3. RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O PROPONENTE deverá observar no início deste edital, a data e o horário limite previsto para a abertura das propostas, e, do mesmo modo, em atenção também para a data e horário para início da disputa.

3.1.1. Se no dia agendado para abertura da sessão não houver expediente no órgão, o início da abertura do referente Pregão será realizado no primeiro dia útil de funcionamento da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP, que se seguir.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

3.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

3.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

3.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

3.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

3.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO LOTE;

3.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

3.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

3.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

3.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

3.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

3.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

3.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

3.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

3.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

3.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

3.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

3.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

3.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

3.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos

3.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.20. As microempresas e empresas de pequeno porte receberão tratamento diferenciado e favorecido por ocasião de processos licitatórios no âmbito dos poderes da União, Estados e Municípios. Lei complementar 123/2006.

3.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo decreto federal nº 8.538 de 2015.

3.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

3.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

3.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

3.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

3.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

3.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art.60 da Lei 14.133 de 2021.

3.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

3.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas em edital.

3.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

3.30.2. O pregoeiro poderá convocar às empresas via chat, a fim de agilizar as negociações. Para isso, os fornecedores deverão estar atentos ao chat sob pena de desclassificação do item.

3.30.3. A ausência injustificada de manifestação do licitante após reiteradas tentativas de comunicação e dentro de prazo razoável fixado pelo Pregoeiro poderá ensejar desclassificação, mediante decisão motivada.

3.30.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

3.31. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do Certame todos e quaisquer interessados, credenciados, do ramo de atividade pertinente ao objeto de contratação, legalmente estabelecidos no País, **que estejam com Credenciamento regular no COMPRASGOV**, e que atendam às exigências deste Edital e seus anexos.

5.2. Não poderão participar do presente Pregão Eletrônico:

a) Empresas constituídas em consórcios; Informamos que a participação de empresas consorciadas tem por fundamento ampliar a competitividade, notadamente em licitações que envolvam objeto complexo, de grande vulto ou diante das circunstâncias de mercado. Ou seja, para que seja permitida a participação de consórcios, faz-se necessário que o objeto contratual seja complexo, de grande vulto, ou, ainda, que seja uma prática de mercado. Por outro lado, o consórcio pode cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa, notadamente porque – acaso não fosse permitida a reunião das empresas – estas concorreriam entre si. *In casu*, o objeto não é complexo ante ao avanço tecnológico hoje existente, como também não há prática de mercado a exigir a participação de empresas em consórcios, motivo pelo qual se veda tal expediente no presente certame.

b) Empresas que estejam suspensas ou impedidas de participar de licitações realizadas em qualquer âmbito da Administração Pública;

c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

- d) Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
- e) Empresas que se encontrem sob falência, concordata ou recuperação judicial;

1. Será possível a participação de empresas em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido judicialmente, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

- f) Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

5.2.1. Devem-se levar em consideração as regras do Art.14 da Lei 14.133 de 2021.

Art.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - O autor do anteprojeto, projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

IV- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - Agente público do órgão ou entidade licitante;

§1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

5.3. Pela simples participação no presente processo licitatório, a empresa aceitará todas as condições estabelecidas no edital, inclusive aquelas exigências decorrentes de legislação específica;

5.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Federal 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.4.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

5.4.7. Da Não Utilização de Trabalho degradante ou forçado.

5.4.8. De Acessibilidade.

5.4.9. Que cumpra a exigência da Cota de Aprendizizes, sendo condição imprescindível para participação no pregão e para contratação a apresentação da certidão de regularidade que pode ser emitida pelo sítio eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

5.5. O impedimento de que trata o inciso IV, item 5.2.1. deste edital, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante, conforme § 1º do Art. 14, da Lei 14.133/21.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo agente de contratação e sua equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, prevista no art.13 da lei Ordinária 14.781 de 09 de Maio de 2023.

“Art. 13º. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I – tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário,

II – acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário anual de contratação seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

III – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações;

a- Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b- Verificar a conformidade da proposta mais bem classificada como os requisitos estabelecidos no edital;

c- Verificar e julgar as condições de habilitação;

d- Sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ; e

e- Encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1- Os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no Inc. I do art.64 da Lei 14.133/2021: e

2- Os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei Federal nº14.133/2021:

- f- Negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
 - g- Indicar o vencedor do certame;
 - h- Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
 - i- Encaminhar o processo instruído após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.
- §1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 3º e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido ao erro pela atuação da equipe.

7. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DE LICITAÇÕES

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL-COMPRASGOV**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor do cadastro no **COMPRASGOV** que poderá ser iniciado no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **Portal de Compras do GOVERNO FEDERAL**, e **tampouco a SEMOB-JP**, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento do PROPONENTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser **comunicada imediatamente ao provedor do sistema** para imediato bloqueio de acesso.

7.6. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, para que essa possa gozar dos benefícios legais, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso, bem como comprovar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

8.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, desde que encaminhada exclusivamente na forma eletrônica no sistema, conforme os seguintes prazos:

Providência	Prazo Interposição	Prazo de Resposta
Impugnação do Edital	Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão – das 8h. às 17h.	Até 02 (dois) dias úteis (contado da data do recebimento da impugnação)
Esclarecimentos	Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão – das 8h. às 17h.	Até 02 (dois) dias úteis (contado da data do recebimento dos esclarecimentos)

8.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), juntamente com o responsável técnico do Setor Solicitante, decidir sobre as alegações apresentadas na impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8.2. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, cabendo nova impugnação apenas do que foi alterado no Edital, ficando o restante da matéria, não impugnada no primeiro momento, preclusa.

8.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA-SEMOB/JP** o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data prevista para a abertura da sessão, apontando as prováveis falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o prazo estabelecido. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório, caso a decisão sobre a petição não seja prolatada antes da data marcada para abertura da sessão.

8.6. As impugnações feitas intempestivamente não serão conhecidas.

9. DA APRESENTAÇÃO (PREENCHIMENTO) DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

9.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até o horário da abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de disputa, negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.9. A proposta de Preços deverá ser encaminhada, com as seguintes exigências:

9.10. Preencher o espaço das informações adicionais, fazendo nela conter:

a) Indicação de uma única MARCA/REFERÊNCIA para o item, que bem identifique o produto, ficando esta vinculada ao processo, e em caso de omissão, o proponente poderá ser desclassificado;

b) Demais descrições complementares exigidas no Termo de Referência em anexo.

c) As especificações do produto cotado pela empresa, **OBRIGATORIAMENTE**, deverão ser descritas pela empresa, com as seguintes informações reais do produto: fabricante, marca, modelo, embalagem, tipo de material, OU dentre outras que julgar necessárias. Alertamos que as

especificações constantes do Anexo I são as condições mínimas necessárias, devendo as empresas complementar com informações adicionais.

9.10.1. Com o PREÇO UNITÁRIO E O PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA, fixo e irrevogável, consoante a especificação e a quantidade do material discriminada no Anexo I, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do produto que venham a incidir sobre o objeto desta licitação, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os preços deverão ser apresentados da seguinte forma: **VALOR UNITÁRIO E TAMBÉM O VALOR GLOBAL DO LOTE**, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, sem previsão inflacionária, e de preferência, também por extenso.

9.11. Apresentar quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

9.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas em edital.

9.13. Em nenhuma hipótese poderão ser alterados o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade competente da **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB/JP**.

9.14. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital e seus Anexos e que não atendam às suas exigências.

10. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. A validade da proposta será de no **mínimo 90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

10.1.1. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento, estando o mesmo vinculado ao termo de referência deste Edital.

10.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, **90 (noventa) dias**, e caso persista o interesse da **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB/JP**, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

10.3. Decorridos **90 (noventa) dias** da data prevista para o recebimento e abertura das “Propostas”, sem a solicitação ou a convocação delas, ficam as concorrentes liberadas dos compromissos assumidos.

10.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.5. Não se admitirá proposta que apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.6. O(A) Pregoeiro(a), além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao fornecedor, informações adicionais necessárias, laudo técnico, amostra do produto a qualquer tempo ou fase do Processo Licitatório, com a finalidade de dirimir dúvidas e instruir as decisões relativas ao julgamento.

10.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa - SEMOB/JP** ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

10.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.

10.10.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.2. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

10.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.1. A proposta inicial, ajustada ao lance vencedor, a ser encaminhada após solicitação do(a) Pregoeiro(a), deverá ser emitida por computador, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

10.11.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

10.11.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado.

10.12. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

10.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

10.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.15. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

10.15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas em edital.

10.15.2. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16. A negociação será realizada por meio do **sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.1. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE. Não será aceita a proposta que apresentar preços acima dos valores de referência nos respectivos Itens do Lote.**

11.2. Durante o julgamento e a análise das propostas, poderá ser verificada também pela equipe técnica, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos

neste edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances, aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.

12. DA PROVA DE CONCEITO

12.1. A Prova de Conceito ocorrerá conforme o Anexo II do Termo de Referência.

13. PARTICIPAÇÃO

13.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

OBS.: A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site **["https://www.gov.br/compras/pt-br"](https://www.gov.br/compras/pt-br)**

13.2. Caberá ao PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.3. Os lances ofertados serão no **VALOR GLOBAL DO LOTE**. Na contratação, para o cálculo do valor unitário, será dividido o valor do lance pela quantidade total de unidades licitadas do item. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, serão considerados, SOMENTE, as 02 (duas) primeiras casas decimais, desprezando-se as demais. No caso de o valor multiplicado não coincidir com o valor total do arremate do item, o mesmo deverá ser apresentado com centavos a menor, conseqüentemente, ficará o valor do item menor do que o valor arrematado, aceito como contraproposta.

13.4. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao atendimento da **Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006**, assegurando, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme procedimento descrito no "site" **<https://www.gov.br/compras/pt-br>** e nas condições a seguir:

13.4.1. A identificação da PROPONENTE como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, deverá ser feita na forma de acordo com o **sistema**.

13.4.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.

13.4.3. Para efeito do disposto no item 13.4.2 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento

dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **13.4.2** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **13.4.2** deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

13.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **13.4.2** deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

13.4.4.1. Caso não seja observada a condição da Lei Complementar nº. 123/2006, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à PROPONENTE que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais PROPONENTES.

13.4.5. O disposto nos subitens **13.4.2** e **13.4.3** somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.4.6. Após encerramento do rito, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, tributos e encargos, custos diretos e indiretos e as demais condições definidas neste Edital.

13.5. Caso alguma empresa queira manifestar a intenção e motivação de recurso, ela terá **até 10 (dez) minutos**, após o(a) Pregoeiro(a) ter declarado vencedor a empresa que teve o item arrematado, para manifestá-lo, de forma sucinta, no campo próprio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> tendo em vista que terá que posteriormente enviar o recurso, no prazo e forma estabelecidos no item **específico dos recursos**.

13.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.7. Logo após o encerramento da disputa serão realizadas **consultas** ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS)** do Portal de Transparência, onde o(a) **Pregoeiro(a)** e **equipe de apoio** irá **consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões**, para **verificar as condições de habilitação dos licitantes**, bem como será verificado antes do licitante ser declarado vencedor;

13.7.1. Verificado o registro de inscrição da empresa em órgão que limite sua participação em processos licitatórios junto à Administração Pública, esta será imediatamente inabilitada do certame

e desobrigada do envio das documentações elencadas no item 14 deste edital, sendo convocadas as empresas remanescentes.

13.8. Verificado que a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** (cuja amostra tenha sido aprovada, caso tenha sido solicitada) atende às exigências editalícias, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora, sendo encaminhado para autoridade superior adjudicar e homologar o objeto definido neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> observados data e horário limite estabelecidos.

14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>)

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)

f) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante;

g) Que cumpra a exigência da Cota de Aprendizizes, sendo condição imprescindível para participação no pregão e para contratação a apresentação da certidão de regularidade que pode ser emitida pelo sitio eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

14.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3.1. Constatada a existência de sanção impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **COMPRASGOV**, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

14.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

14.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

14.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 4 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.

14.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.9. Ressalvada a possibilidade da apresentação dos documentos por meio do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

14.9.1 Relativo à Habilitação Jurídica:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. **Microempreendedor individual–MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal–SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada–EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.9.2. Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou documento equivalente, na forma da lei;
- e. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- j. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.9.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira: (Art.69 da Lei 14.133/2021)

14.9.3.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação ou certidão emitida pela instância judicial da recuperada que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar de certames licitatórios.

14.9.3.2. Balanço Patrimonial e DRE do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, e devidamente registrado na Junta Comercial;

14.9.3.2.1. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e pelo titular ou representante legal da empresa.

14.9.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.9.3.2.3. As empresas obrigadas a utilizar a Escrituração Contábil Digital–ECD, comprovarão a autenticação do balanço por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do § 1º, do art. 78 – A, do Decreto nº 1800, de 30 de janeiro de 1996;

14.9.3.2.4. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.9.3.2.5. Para participação em licitação pública, o Micro Empreendedor Individual–MEI, deverá apresentar, para fins de comprovação de sua boa situação financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme previsto no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.9.3.2.6. O licitante terá sua boa situação financeira avaliada, com base na apresentação junto do balanço, dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que:

a.1. possuir patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) da soma do valor dos itens arrematados, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

14.9.3.2.7. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

14.9.4. Relativa à Qualificação Técnica:

14.9.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme especificações deste Termo de Referência,

mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

14.9.4.2. Comprovação de homologação pelo SENATRAN, deverá ser em nome da licitante, conforme preceitua a Portaria nº 997, de 02 de agosto de 2022 e posteriores alterações

14.9.4.3. Para fins da comprovação, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) com o objeto, comprovando, também, um mínimo de 50% da parcela de maior relevância, conforme descrição abaixo:

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA	QTD. MÊS	PERCENTUAL A SER COMPROVADO
Locação de licença de aplicativo para registro de autuações de trânsito, boletins de acidente de trânsito (BOAT), formulário de recolhimento de documento (FRD), formulário de recolhimento de veículo (FRV)	138	50%

14.9.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o contrato, dentre outros documentos.

14.9.4.5. Os atestados para efeito de comprovação de execução dos serviços só serão aceitos quando expedidos após a conclusão dos contratos ou decorridos no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

14.9.4.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.9.4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

15. DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL

15.1. A proposta de Preços deverá ser apresentada, também, com as seguintes exigências:

15.1.1. Em original, de preferência emitida em 01 (uma) via, por computador, redigida com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha pelo representante legal da licitante, e numeradas e rubricadas em todas as folhas, em papel timbrado da licitante. As especificações do produto cotado pela empresa,

OBRIGATORIAMENTE, deverão ser descritas pela empresa, com as seguintes informações reais do produto: Fabricante, marca (ou desenvolvimento próprio), modelo, embalagem, tipo de material, dentre outras que julgar necessárias. Alertamos que as especificações constantes do Anexo I, são as condições mínimas necessárias, devendo as empresas complementarem com informações adicionais.

15.1.2. Fazer menção ao número deste Pregão e ao respectivo objeto, conter a Razão Social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, e o respectivo endereço com CEP (da empresa), com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

15.1.3. Os preços deverão ser apresentados da seguinte forma: Valor dos produtos unitário e global, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, sem previsão inflacionária, também por extenso, sendo admitidas apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$ 0,00), no preço unitário;

15.1.4. Conter o nome, número do CPF (MF), do documento de Identidade (RG), cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura da ata de registro de preços e do contrato;

15.1.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo, **90 (noventa) dias**.

15.1.6. Informar na proposta:

Item	Unid.	Quant.	Marca/modelo	Fabricação	Valor Unitário	Valor Global
------	-------	--------	--------------	------------	----------------	--------------

15.2. Somente poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, quando necessárias a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo(a) Pregoeiro(a).

15.2.1. Serão corrigidos automaticamente pelo(a) Pregoeiro(a):

a) quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

b) falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal com poderes para esse fim, posteriormente à sessão;

15.2.2. As normas que disciplinarão este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, sem que haja prejuízo em um futuro contrato.

15.3. A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

15.4. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. Nos preços cotados deverão já estar inclusas as despesas legais incidentes, bem como, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos;

15.5. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital e seus Anexos, bem como não atendam às suas exigências.

15.6. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação no certame, eximindo assim o (a) Pregoeiro (a).

15.7. Apenas para efeito de classificação das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados os últimos.

15.8. A licitante deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos, apresentada juntamente com sua proposta contendo as parcelas relativas a todos os insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

15.8.1. A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará à unidade administrativa a proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro.

15.8.2. A não apresentação da Planilha não acarretará na desclassificação do licitante.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarada (s) a (s) vencedora (as), qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, que **deverá ser feita no prazo de até 10 (dez) minutos**, com registro em campo próprio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, das suas razões de recorrer, **no que lhe será concedido prazo de 03 (três) dias, conforme o disposto no Art.165, Lei Federal nº 14.133 de 2021**, para apresentação das razões do recurso, contados do momento do registro das intenções, nos casos de: julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação da licitante e outros atos e procedimentos, desde que encaminhada exclusivamente de forma eletrônica no sistema acima referido, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso após a declaração da vencedora implicará decadência desse direito da licitante, podendo o (a) Pregoeiro (a) encaminhar para autoridade superior adjudicar o objeto à vencedora.

16.3. Os memoriais correspondentes ao recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, praticante do ato recorrido, que aguardará a impugnação ou não por parte das demais licitantes, os quais poderão apresentar memoriais com suas contrarrazões, também, **no prazo de 03 (três) dias**.

16.3.1. Será franqueada às licitantes, sempre que esta for solicitada através de requerimento por meio eletrônico, cópia dos autos à **Assessoria em Licitações da SEMOB-JP**.

16.4. O recurso porventura interposto contra decisão do (a) Pregoeiro (a), nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante terá efeito suspensivo.

16.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e à Autoridade Competente a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro.

16.6. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

16.7. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões do Pregoeiro, deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, e anexados ao recurso próprio.

16.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados exclusivamente de forma eletrônica, desde que previamente solicitado através do e-mail acima mencionado.

16.9. Dos atos a seguir especificados caberão os seguintes recursos: (Art.165 da lei 14.133/2021)

I- recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

16.9.1. O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos. (§ 2º inc II Art.165 da lei 14.133/2021).

16.9.2. A intimação dos atos referidos nos incisos I e II do subitem 16.9, excluindo-se a pena de multa, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

16.10. Os recursos interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

17. DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 e 147/2014

17.1.1. Das Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP:

17.1.2. As empresas que mesmo estando incluídas na categoria de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, mas que não fizerem a comprovação ao (à) Pregoeiro (a) ou a sua equipe de apoio no ato do credenciamento terão seus benefícios de ME ou EPP automaticamente cancelados para este certame por falta de comprovação dessa qualidade em tempo hábil;

17.1.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por servidor da Comissão de Licitação, ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial, ficando retidos no processo;

17.1.4. A empresa que se enquadrar na categoria de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, de acordo com o subitem 17.1.1. poderá dispor dos seguintes Benefícios:

17.1.4.1. Participar da licitação mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que apresente toda a documentação de habilitação, inclusive o documento que apresente a restrição;

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a regularização da documentação. Prazo este, que será contado a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame e poderá a critério da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**, ser prorrogado por igual período;

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na letra “a” deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no (Ar. 90 § 1º, § 2º da Lei 14.133/2021). Sendo facultada a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação; (§ 4º do Art.90 da Lei 14.133-2021)

17.1.4.2. Preferência de Contratação como critério de desempate;

17.1.4.2.1. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas Microempresas-ME ou Empresas de Pequeno Porte-EPP sejam iguais ou até 5% (Cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada e desde que esta empresa (a melhor classificada) não se enquadre na categoria de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, ou ainda não atenda as exigências de comprovação de que trata os subitem 9.3 deste edital;

17.1.4.2.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) Finalizada a etapa de lances e considerando o empate de que trata o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) convocará o representante da Microempresa-ME ou da Empresa de Pequeno Porte-EPP (melhor classificado), para que ele apresente um novo lance, em um prazo máximo de 05 (cinco)

minutos sob pena de preclusão deste direito, com o preço inferior aquele considerado vencedor do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

b) Caso o representante da Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP não apresente um lance inferior ao daquele considerado vencedor, o(a) Pregoeiro(a) convocará pela ordem remanescente os representantes das Microempresas-ME ou Empresas de Pequeno Porte-EPP que por ventura se enquadrem com suas propostas finais iguais ou até 5% (Cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, até que um apresente uma proposta com o valor inferior ao da vencedora ou não haja mais Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP dentro do percentual estabelecido como empate;

c) Não havendo Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP dentro do percentual estabelecido como empate, ou havendo, mas não apresentando lance inferior ao valor do considerado vencedor, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que esta seja aceita pelo (a) Pregoeiro (a);

17.1.5. Será assegurada a todos os licitantes a legitimidade para questionar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte do concorrente. No entanto, o abuso tanto da pretensão de usurpação, quando do questionamento será igualmente punido, conforme legislação pertinente;

17.1.5.1. No caso de arguição de qualquer um dos fatos acima, caberá ao recorrente o ônus da prova da alegação, devendo ser respeitados os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, antes da conclusão final administrativa.

17.1.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (ou Deserto), esta (e) poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, **o qual será comunicado no Sistema Eletrônico a empresa arrematante, obedecendo aos mesmos prazos estipulados para apresentação das documentações e proposta final, sendo acrescentado o ITEM na Ata de Registro de Preços da licitante vencedora.**

17.1.6.1. As documentações às quais se referem ao item 17.1.6 deste Edital serão requeridas no Ofício descrito no item 17.1.7 deste Edital.

17.1.7. Para o cumprimento do item 17.1.6 deste Edital, será realizada tal negociação e comunicação à empresa convocada, através de Ofício (via e-mail), o qual será anexado no Sistema Eletrônico.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP** é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

18.2. São órgãos participantes a priori os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços, conforme disposto no Decreto Municipal 10.445/2023.

18.3. Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços na forma de anexo, o registro das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

18.4. Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

18.4.1. O prazo para que a licitante mais bem classificada compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão gerenciador, conforme art. 77 § 1º Inc. I, II do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.4.2. É facultado a Administração, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 77, § 2º, do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.5. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

18.7. O prazo de validade será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/2021 e art. 76, I do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.8. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência do Registro, admitida a sua revisão em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, nos termos do art. 80 do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.9. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, consoante art. 81 do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.9.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. § 1º Art.81 Decreto municipal 10.445/2023

18.9.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: (Art.82 Decreto municipal 10.445/2023)

18.10.1. Liberar o fornecedor do compromisso e assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

18.10.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.11. Não havendo êxito nas negociações previstas no item anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do art. 82 § 8º, do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.12. O registro do fornecedor será cancelado quando:

18.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

18.12.2. O fornecedor não atender à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços;

18.12.3. Não retirar ou não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no edital, sem justificativa por escrito, aceitável pela Administração;

18.12.4. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.12.5. Por razões de interesse público, nos termos do Art.85 Inc. IV Decreto Municipal nº 10.445/2023, mediante despacho motivado e devidamente justificado; ou:

18.12.6. Sofrer sanção prevista no inciso IV do Art.156 da Lei Federal nº14.133/2021.

18.12.7. Por acordo entre as partes, quando o fornecedor, mediante solicitação por escrito aceita pela Administração, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do Edital que deu origem ao Registro de Preços ou de cumprir as cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços, conforme art. 84, I, do Decreto Municipal 10.445/2023.

18.13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: Art.85, III Decreto Municipal 10.445/2023.

18.13.1. Por razões de interesse público; ou

18.13.2. A pedido do fornecedor.

18.14. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, a **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

18.15. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

18.16. Será incluído, na respectiva Ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18.16.1. O registro a que se refere este subitem tem por objetivo a formação de **CADASTRO DE RESERVA**, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal 10.445/2023;

18.16.2. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

18.16.2.1. Os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva;

18.16.2.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante melhor classificado.

18.17. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.18. Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

19. TERMO DE CONTRATO

19.1. Assinada e publicada a Ata de Registro de Preços, será elaborado o Termo Contratual quando for o caso, em favor do (s) licitante(s) vencedor(es), o qual será(ão) convocado(s) para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, referente ao fornecimento do produto e contera, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório, do qual fará parte, independente de transcrição, o presente edital e seus anexos e a proposta da contratada, no que couber, celebrado entre a **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP** e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei nº. 14.133 de 2021, e alterações posteriores e demais normas pertinentes, Decreto Federal 11.462/2023, Decreto Municipal nº. 10.372/2023, Decreto Municipal 10.445/2023 e Decreto Municipal nº 10.541/2023.

19.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**.

19.1.2. Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em)-se a assinar (em) o (s) contrato (s) no prazo de 05 (cinco) dias sem justificativa por escrito aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o(s) contrato(s), e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se à licitante vencedora, as penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

19.2. Caso a licitante vencedora não seja cadastrada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores da Secretaria de Administração–SEAD, deverá fazê-lo tão logo lhe seja adjudicado o objeto correspondente.

19.3. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado desde que compatíveis com os dispositivos legais e com as condições deste Edital.

20. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei nº. 14.133/2021, combinado com o art. 92 Inciso III, da Lei 14.133/2021.

21. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

21.1. O prazo de vigência do contrato será de **24 (VINTE E QUATRO) meses**, podendo ser prorrogado pelas hipóteses do art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

22. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

22.1. As obrigações gerais do contratante e contratado, bem como as condições de recebimento do produto, fiscalização contratual, as condições de pagamento, da alteração contratual, das revisões de preço, das penalidades, da rescisão estarão previstas na minuta contratual que segue anexa e também no Termo de Referência.

23. VEDAÇÕES

23.1. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

23.1.1. Expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP** durante a vigência do contrato;

23.1.2. Expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Pregão, salvo se houver prévia autorização da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**; e

23.1.3. Vedada à subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto e/ou serviço objeto deste Pregão.

23.1.4. Demais obrigações a serem cumpridas, estão contidas no Termo de Referência.

24. DA DESPESA

24.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes das aquisições futuras do objeto desta licitação serão consignados no Orçamento da **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB/JP para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços**, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

24.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.2.1. Conforme previsto no parágrafo 2º, do art 7º do Decreto 7892/2013, no Decreto Municipal nº 9.607/2020, Art. 8º, Inc. IV, e também na Orientação Normativa-CGM Nº 07, de 15 de abril de 2021, a dotação orçamentária será apresentada somente no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

25. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não implicará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

25.2. A presente licitação não importa necessariamente em celebração de contrato.

25.3. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições: dos Decretos Municipais nº 10.445/2023, 10.248/2023, 10.372/2023 e 10.541/2024 e subsidiariamente pela Lei nº. 14.133/2021, Decretos Federais nº 8.538/2015, nº 11.462/2023 e Lei complementar 123/2006, alterações posteriores.

25.4. A **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA-SEMOB/JP** poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, devendo tal modificação ser divulgada pelo mesmo instrumento, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.5. O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da Ata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, solicitando documentos originais ou certidões emitidas por órgão competentes.

25.7. Os PROPONENTES intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

25.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana-SEMOB/JP**, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9. As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos PROPONENTES por qualquer meio de comunicação, inclusive o eletrônico, que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial.

25.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

26. DO PREGÃO

26.1. A critério da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**, este Pregão poderá:

26.1.1. Ser anulado, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

26.1.2. Ser revogado, a juízo da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

26.1.3. Ter sua data de acolhimento das propostas transferida, por conveniência exclusiva da **Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB/JP**.

26.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:

26.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o art. 149 da Lei 14.133/2021;

26.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

26.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27. DOS ANEXOS

27.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Contrato;

ANEXO III – Modelo de apresentação da proposta de preços;

ANEXO IV – Modelo de Minuta de ARP.

28. DO FORO

28.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública, no Foro da cidade de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

João Pessoa, 14 de maio de 2026.

CARMEN JULIANA GOMES BEZERRA
Responsável pela confecção do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA - TR ANEXO I DO EDITAL

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

1.1.1. Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Objeto

1.2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SISTEMA TECNOLÓGICO PARA GESTÃO NA MOBILIDADE URBANA, DE INTERESSE DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB-JP

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

2.1.1. SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB/JP DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.

2.2. Justificativa:

2.2.1 A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante no anexo I deste termo de referência.

2.2.2. Com o crescimento exponencial da cidade de João Pessoa vêm a cada dia exigindo a ampliação da capacidade operacional onde, vêm apresentando anualmente um aumento do número de ocorrências, eventos e da frota de veículos bem como o nosso efetivo de agentes de mobilidade, realizamos processo seletivo com efetivação de um concurso público para cem (100) novos agentes de mobilidade, onde já convocamos 48 (quarenta e oito) em janeiro de 2026 mais 52 (cinquenta e dois) e isso nos leva a tornar nossa forma de fiscalizar cada vez mais ágil e eficiente, para que esta Superintendência atenda, no menor tempo possível as ocorrências, com a garantia da segurança

viária e aumentando assim a qualidade de vida dos usuários, bem como agilidade e eficiência nas ações dos agentes de mobilidade que fazem a fiscalização e necessitam de acessos a sistemas que tornem o trabalho dinâmico, tendo em vista que o serviço que executamos está em expansão de demandas e não pode sofrer descontinuidade.

2.2.3. A alteração do quantitativo e por consequência o aumento dos valores verificado no ETP em comparação Histórico Financeiro e de Consumo, justifica-se: Houve um aumento nas unidades de licenças/celulares e o novo sistema de transportes que ainda utilizamos de papel em atraso as tecnologias em desacordo com o princípio da eficiência e pela necessidade de atender a nova realidade do órgão. Trata-se de Ata de Registro de Preços, onde os acréscimos se darão de maneira gradativa e mediante nossas necessidades operacionais e não podemos sofrer descontinuidade dos serviços.

2.3. Da Justificativa por LOTE ÚNICO:

2.3.1. Os itens serão licitados em LOTE ÚNICO para que possa manter a viabilidade da contratação, pois trata-se de sistemas integrados e que devem ser gerenciados por uma plataforma web única bem como a objetividade da fiscalização, a responsabilização por falhas e a garantia de continuidade, especialmente em serviços contínuos/complexos de aplicação e processamento de autos de infração. A Natureza Específica do Serviço/Objeto exige uniformidade, compatibilidade técnica e integração operacional, o que inviabiliza a divisão impondo compatibilidade de especificações técnicas e primando pela homogeneização dos serviços, considerando a compatibilidade de especificações e sistemas, com base no art. 40, V, alínea “a”, da Lei n. 14.133/21.

2.4. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

2.4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante no Anexo I deste termo de referência.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. As despesas referentes ao presente ocorreram por conta das seguintes dotações:

3.1.1. O art. 73º, § único, do Decreto Municipal nº 10.445/2023 preconiza: “(...) Parágrafo único. Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação (...)”.

3.1.2. O objeto deste termo está adequado as leis orçamentárias.

3.2. JUSTIFICATIVA QUANTO AO SIGILO DO ORÇAMENTO

3.2.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. Deste modo, para fins de ampliação da disputa e, conseqüentemente, das maiores e melhores ofertas de preços, isso, pela evidente possibilidade de concorrência e melhores ofertas ante a incerteza de uma redução mínima do preço a ser ofertado, fica o presente orçamento considerado como sigiloso, de modo que este não deve ser divulgado para fins de edital, restando presente apenas na fase interna do procedimento e posteriormente, se e quando for o caso, para fins de negociação e enquadramento ao valor estimado da licitação.

3.3. Metodologia do orçamento:

3.3.1. Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Cotações e Orçamentos, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS	QTD. 24 MESES
1	Locação de licença de aplicativo para registro de autuações de trânsito, boletins de acidente de trânsito (BOAT), formulário de recolhimento de documento (FRD), formulário de recolhimento de documento (FRV)	Licença x Mês	276	6624
2	Locação de licenças de aplicativo para sistema de gestão de ocorrência de trânsito, transporte e segurança pública	Licença x Mês	276	6624
3	Locação de licenças de aplicativo para usuários privados registrar de ocorrência de trânsito e segurança pública	Licença x Mês	2	48

4	Locação de smartphones para embarcar sistema em acordo com item 1 - para registro de autuações de transporte e trânsito, boletins de acidente de trânsito, retenção e remoção de veículos e documentos.	Unidade x Mês	276	6624
5	Locação de impressoras térmicas de conexão wifi ou bluetooth para impressão dos documentos oriundos do registro de infrações de transporte, trânsito, boletins de acidente de trânsito, retenção e remoção de veículos e documentos.	Licença x Mês	100	2400
6	Locação de solução SAAS (Software as a Service – Software como Serviço) para sistema de gerenciamento web de operações de trânsito, transporte, segurança pública e videomonitoramento	Licença x Mês	2	48
7	Locação de solução SAAS (Software as a Service – Software como Serviço) para apoio ao registro de defesas, recursos e comissões e colegiados para o acompanhamento, avaliação de processos e recursos impetrados ao Órgão.	Licença x Mês	2	48
8	Locação de solução SAAS (Software as a Service – Software como Serviço) solução de apoio ao processo de registro, vistoria, liberação e acompanhamento de permissionários (mototaxistas, taxistas, escolares e outros)	Licença x Mês	2	48
9	Assessoria técnica/operacional, customizações e apoio as atividades do Órgão.	Unidade x Mês	100	2400
10	Infraestrutura de datacenter	Unidade x Mês	2	48

4.1. JUSTIFICATIVA:

4.1.1. Tendo em vista a necessidade de alinhar a política quanto à busca contínua do melhoramento dos serviços prestados por esta secretaria ao cidadão e entidades de controle. Buscamos com este termo de referência tratar de questões relacionadas aos processos de apoio à fiscalização e emissão de infrações, atendendo com transparência e legitimidade as portarias e resoluções a que somos incumbidos, tendo em vista a natureza fiscalizatória, educativa e de planejamento de nossas ações mediante as necessidades do trânsito no Município.

4.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.2.1. Registro de preços para contratação de SISTEMA PARA GESTÃO NA MOBILIDADE URBANA, deverá possibilitar a disponibilização de ferramentas de software, hardware e serviços complementares que permitam que as atividades e ações relacionadas aos itens abaixo descritos sejam plenamente atendidas, sendo eles:

5. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. Não foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade no presente procedimento.

5.2. Indicação de marcas ou modelo:

5.2.1. Não se aplica.

5.3 Da subcontratação:

5.3.1. É vedada a subcontratação.

5.3.2. A vedação à subcontratação garante que a empresa credenciada possua capacidade técnica, operacional e econômico-financeira próprias para executar integralmente o objeto, assegurando maior segurança jurídica e eficiência na execução. Tal medida evita que o contrato seja utilizado como mera intermediação de mão de obra ou repasse de responsabilidades, o que poderia gerar falhas na prestação do serviço e dificuldades na fiscalização.

5.4. Da participação em Consórcio:

5.4.1. É vedada participação em Consórcio

5.4.2. A participação de empresas reunidas em consórcio será vedada na

presente contratação, tendo em vista a natureza e as características do objeto. A admissão de consórcios poderia comprometer a unidade do sistema, gerar dificuldades na integração tecnológica e aumentar os riscos de falhas operacionais.

5.4.3. Além disso, a vedação justifica-se pela necessidade de responsabilização direta e exclusiva da empresa contratada, o que se tornaria mais complexo em arranjos consorciados. Em tais casos, a fiscalização e o acompanhamento da execução ficariam sujeitos a eventuais conflitos internos entre consorciadas, fragilizando o controle da Administração sobre a execução contratual.

5.5 Garantia da contratação:

5.5.1. Não se aplica.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. DA HABILITAÇÃO

6.1.1. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

6.1.2. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

6.1.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.1.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

6.1.5. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

6.2. Habilitação jurídica

6.2.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

6.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou

sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

6.3. Qualificação técnica

6.3.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme especificações deste Termo de Referência, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

6.3.2. Comprovação de homologação pelo SENATRAN, deverá ser em nome da licitante, conforme preceitua a Portaria nº 997, de 02 de agosto de 2022 e posteriores alterações

6.3.3. Para fins da comprovação, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) com o objeto, comprovando, também, um mínimo de 50% da parcela de maior relevância, conforme descrição abaixo:

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA	QTD. MÊS	PERCENTUAL A SER COMPROVADO
------------------------------------	---------------------	--

Locação de licença de aplicativo para registro de autuações de trânsito, boletins de acidente de trânsito (BOAT), formulário de recolhimento de documento (FRD), formulário de recolhimento de veículo (FRV)	138	50%
--	-----	-----

6.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o contrato, dentre outros documentos.

6.3.4. Os atestados para efeito de comprovação de execução dos serviços só serão aceitos quando expedidos após a conclusão dos contratos ou decorridos no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

6.3.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

6.3.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista

6.4.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

6.4.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.4.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.1.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.4.1.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.4.1.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

6.4.1.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.4.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.4.3. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

6.4.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.4.5.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

6.4.5.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

6.4.6. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

6.4.6.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.5. Habilitação econômico-financeira

6.5.1. A habilitação econômica-financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação:

6.5.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou

sede do licitante.

6.5.1.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

6.5.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

6.5.1.2.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1.2.2. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

6.5.1.2.2.1. A comprovação da boa situação financeira do licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado, demonstrando que a empresa apresenta índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), índices calculados com base nas demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

6.5.1.2.2.1.2. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) valor anual da proposta da licitante.

6.5.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Constatado que uma mesma licitante arrematou mais de um grupo, será verificado o atendimento integral dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, quando não atendida, a licitante será facultada optar pelo(s) grupo/item(s) compatível(eis) com a sua qualificação.

6.6.1. Declarar que está ciente e concorda com as condições contidas no edital

e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.6.2. Declarar que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

6.6.3. Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.6.4. Declarar que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em lei e em outras normas específicas.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Semob-JP será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

7.2. A Ata de Registro de Preços será assinada pelo titular do órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

7.2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

7.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

7.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe

facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

7.5. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do Ata.

7.6. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas neste Termo de Referência.

7.7. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços.

7.7.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7.7.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o subitem anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

7.7.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

7.7.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem

7.7.5. Será providenciada pelo órgão e entidade interessados até o quinto dia útil após a contratação.

7.7.6. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

7.8. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

7.9. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

7.9.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

7.10. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

7.11. O detentor do item registrado poderá solicitar a substituição da marca ou modelo registrados na ata por outra equivalente ou de qualidade superior, mantendo o mesmo preço e a mesma especificação.

7.12. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item registrado, serão publicadas no Diário Oficial do município, garantindo a máxima publicidade.

7.13. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

7.14. As quantidades previstas neste Termo de Referência são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de

adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

8. DAS CONDIÇÕES, VIGÊNCIA E PRAZOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Local de execução dos Serviços:

8.1.1. Os Serviços deverão ser executados na Semob-JP, devidamente designado na ORDEM DE SERVIÇO emitida pelo órgão, no âmbito do Município de João Pessoa-PB.

8.1.1.1 – Os serviços serão executados no prazo de vigência contratual, iniciando-se a contagem a partir do recebimento, pela contratada, da ordem de serviço.

8.1.2. O prazo de vigência do contrato será de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado caso se enquadre em uma das hipóteses do art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.3. A publicação do extrato do contrato será no Diário Oficial Eletrônico do Município.

8.2. Forma de execução, acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

8.2.1. A Execução dos serviços licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de ORDENS DE SERVIÇO pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de serviços a serem executados.

8.3. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

8.4. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

8.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para readequação de serviço eventualmente fora de especificação.

9.1. Prazo para início

9.1.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

9.1.2. A demanda correspondente a ORDEM DE SERVIÇO deverá ser entregue em remessa única.

9.1.3. Caso não seja possível o início da realização dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.1.4. Os serviços deverão ser desempenhados no endereço constante da ORDEM DE SERVIÇO, podendo ocorrer em todo o município de João Pessoa-PB.

10. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

10.1. Da forma de execução (provisório e definitivo)

10.1.1. Os serviços serão executados conforme condições editalícias, será apresentado a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

10.1.4. O prazo para execução dos serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de

cobrança equivalente, verificadas pelo Órgão durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de execução do objeto.

10.1.6. A execução provisória ou definitiva não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.1.7. Pós conclusão dos procedimentos quanto a prestação dos serviços, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

10.2. Forma de pagamento

10.2.1. O pagamento será efetuado mensalmente OU na proporção de EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos, definida pela Administração.

10.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o prestador de serviços deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

10.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios

eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

10.2.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

10.2.4.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.2.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.2.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

10.2.13. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Diretor de Operações da SEMOB/JP, Sanderson Cesário Duarte, mat. 877-0 será responsável pelo atesto das notas fiscais.

11.2. O Diretor de Operações da SEMOB/JP, Sanderson Cesário Duarte, mat. 877-0 é o representante designado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, com autoridade para exercer, como representante da Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato, conforme art. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Acham-se designados para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens os servidores abaixo relacionados:

GESTOR	MATRÍCULA
JEFFERSON DIEGO MANUM GAMA	1861-9
FISCAL TÉCNICO	MATRÍCULA
HAYLTON BEZERRA MEDEIROS	773-1
FISCAL ADMINISTRATIVO	MATRÍCULA
SANDERSON CESARIO DUARTE	877-0

11.6. O servidor Jefferson Diego Manum Gama, matrícula 1861-9, ficará responsável pela gestão de contrato.

11.7. A designação do(s) servidor(es) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, conforme informado acima, poderá sofrer alterações de acordo com a conveniência Administrativa.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução dos serviços será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o Órgão.

12.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do

que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

12.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ORDEM DE SERVIÇO, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 14.133/21.

13.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

13.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

13.2.2. Atestar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

13.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

13.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

13.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

13.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do

contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

13.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local de execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança.

13.3. São obrigações da contratada, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

13.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de

pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

q) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

u) Assinar e devolver a ORDEM DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

v) Executar os serviços licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal,

estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

w) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

x) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

y) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

z) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Semob-JP, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

aa) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- b.4) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- d) fraudar a licitação;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - f) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - g) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - h) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.2.10. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.2.13. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida

ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.4.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis a matéria e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do contrato e processo licitatório.

Sanderson Cesário Duarte
Diretor de Operações



ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA (art. 12, do Decreto Municipal nº 10.541/2024)

1. LOCAÇÃO DE LICENÇA DE APLICATIVO PARA REGISTRO DE AUTUAÇÕES DE TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (BOAT), FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTO (FRD), FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE VEÍCULO (FRV).

1.1. Requisitos da licença para aplicativo de registro de autuação de trânsito:

1.1.1. Deverá ser homologado pelo SENATRAN em nome da licitante, conforme preceitua a Portaria nº 997, de 02 de agosto de 2022 e posteriores alterações;

1.1.2. Interface com o usuário amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela;

1.1.3. Rotina de registro de infração com fotografia(s) integrada à câmera do aparelho portátil;

1.1.4. Rotina de registro de infração com vídeo e áudio integrado a câmera e microfone do aparelho portátil;

1.1.5. A licitante deverá oferecer seu sistema em multiplataforma, sendo compatível com diversos sistemas operacionais, de modo a garantir a reposição de equipamentos mesmo em caso de descontinuação do equipamento e/ou do sistema operacional;

1.1.6. O acesso ao sistema de registro de infrações e apoio ao trânsito deverá seguir padrões de segurança da informação, que permitam a identificação do agente autuador responsável pela lavratura do Auto de Infração, por meio de sua matrícula e senha de acesso. As tabelas referentes ao controle de acesso ao sistema deverão ser instaladas no equipamento, permitindo acesso off-line

mesmo em áreas de sombra;

1.1.7. O software para registro de infrações e apoio ao trânsito deverá permitir, que somente agentes autuadores, cadastrados para determinados equipamentos portáteis, tenham permissão de acesso ao sistema. Um agente autuador poderá possuir acesso a mais de um equipamento portátil, desde que devidamente cadastrado e de acordo com as permissões atribuídas pelo operador do sistema no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito.

1.1.8. O Software deve permitir a consulta de veículos através da informação da placa ou chassi do veículo. Esta consulta poderá ser realizada de forma off-line, de acordo com a base de dados de veículos instalada no próprio dispositivo móvel, ou, on-line, sendo realizada através de consulta via conexão GPRS ou similar, a base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito.

1.1.9. Quando encontrado o registro referente ao veículo consultado, o sistema deverá apresentar ao agente autuador, no mínimo, as seguintes informações: placa, chassi, país, município, cor, marca, categoria, modelo e espécie;

1.1.10. Caso o veículo consultado possuir restrições, as mesmas deverão ser apresentadas ao agente autuador;

1.1.11. O administrador do sistema, através do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, poderá configurar a emissão de alertas a serem emitidos ao agente autuador, no momento da consulta aos dados do veículo, para cada uma das restrições existentes;

1.1.12. Durante o processo de autuação, caso o veículo consultado seja encontrado na base de dados do dispositivo móvel, ou, do Sistema Gerenciamento de Infrações de Trânsito, não será permitido ao agente autuador alterar qualquer informação dos dados do veículo;

1.1.13. Durante a lavratura do auto de infração, caso o veículo consultado não seja encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco na base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, ou, não sendo possível a consulta, online, por falta de sinal GPRS ou similar (área de sombra), o sistema deverá permitir ao agente autuador informar os dados do veículo, necessários a autuação.

1.1.14. Não será permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos em legislação.

1.1.15. Com o objetivo de diminuir a possibilidade de erros, quando do preenchimento dos dados pelo agente autuador, o software de autuação

instalado no equipamento portátil deverá vincular à marca do veículo infrator, informada pelo agente autuador, os modelos pertinentes, quando o sistema estiver trabalhando offline, ou, quando o veículo não for encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco, na base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, disponibilizados pelo DETRAN/PB e CODATA

1.1.16. Após consultado os dados do veículo, na base de dados do equipamento portátil ou do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, é iniciado o processo de autuação, e o agente autuador não poderá realizar alterações nos dados do veículo informado. Também não poderá desistir do lançamento sem justificativa. O sistema deve registrar os dados do auto de infração, permitindo que mesmo em caso de falta de bateria, ou retirada da mesma, este registro seja enviado ao sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, para apuração da ocorrência por parte do operador do sistema.

1.1.17. Identificar a localização da infração através da latitude e longitude informada pela antena de GPS do dispositivo móvel, sempre que houver sinal GPS disponível;

1.1.18. Apresentar ao agente autuador o nome do logradouro e demais dados de localização, conforme latitude e longitude informada pela antena de GPS;

1.1.19. Dispor de consulta de logradouros cadastrados, permitindo a busca por parte da descrição;

1.1.20. Possibilitar, ao agente autuador, cadastrar um novo logradouro que ainda não consta na base de dados do equipamento portátil, ou do sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, necessário a lavratura do auto de infração, sendo este, transmitido ao sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, e, após validado o auto de infração, possibilitar ao operador do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, validar a informação, e atualizar para os demais equipamentos portáteis, quando da sincronização da base de dados;

1.1.21. Permitir ao agente autuador registrar informações complementares sobre o local da infração;

1.1.22. Listar os logradouros com maior incidência de autuações, no respectivo equipamento portátil;

1.1.23. Dispor de mecanismos de consulta de infrações de trânsito, por enquadramento, artigo, descrição e palavras chaves cadastradas previamente no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito;

1.1.24. Permitir o registro de infrações aplicadas com o auxílio de equipamentos/aparelhos, que comprovem/registrem o cometimento de infração de trânsito, tais como radares portáteis, decibelímetro, etilômetro;

1.1.25. Fornecer ao agente autuador, quando for o caso, listagem de equipamentos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) compatíveis com o enquadramento selecionado, previamente cadastrado no sistema de retaguarda;

1.1.26. O sistema deverá fornecer ao agente autuador oportunamente, listagem de equipamentos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) compatíveis com o enquadramento selecionado, previamente cadastrado no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito. Deverão ser apresentados no mínimo os dados de identificação do equipamento, sua marca/modelo a data de sua aferição além do vencimento da aferição;

1.1.27. Deverá possuir interface amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela;

1.1.28. Dispor de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data da infração no auto de infração;

1.1.29. Deverá definir método de autenticação, online ou off-line;

1.1.30. Disporá de mecanismos que permita o bloqueio de sessão simultânea de usuário e possibilitará autenticação off-line;

1.1.31. Deverá exibir em lista os autos de infração gerados, ordenados por data de início da lavratura, contendo número do auto de infração, placa do veículo, marca/modelo, código e artigo da infração, data, hora e matrícula do agente autuador;

1.1.32. Permitirá visualizar o histórico de consulta de placas realizadas no aplicativo, contendo: placa, marca/ modelo, cor, data e hora, informações que poderão ser utilizadas pelo operador;

1.1.33. Possibilitará o cadastro prévio de endereços no aplicativo, onde o operador poderá cadastrar todos os endereços que desejar e editá-los, para que no momento da lavratura do auto de infração essa informação possa ser utilizada de forma ágil e responsiva;

1.1.34. O sistema permitirá a inclusão de fotos, sendo que essa poderá vir da galeria do smartphone ou câmera tendo sua quantidade definida pelo órgão ou entidade.

1.1.35. Possibilitará a visualização e a situação de envio e preenchimento de cada auto através da lista de autos de infração;

- 1.1.36. Possibilitará a inclusão de imagens no auto de infração.
- 1.1.37. Possibilitará inclusão de assinatura virtualizada do condutor do veículo autuado no momento da lavratura do auto de infração na tela smartphone.
- 1.1.38. Deverá possuir campo para assinatura do agente da autoridade e do condutor quando o auto de infração for impresso.
- 1.1.39. Possibilitará a consulta de infrações por código, artigo ou descrição com ou sem conexão com a internet.
- 1.1.40. Possibilitará a consulta de marcas/modelos de veículos estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet.
- 1.1.41. Possibilitará a consulta de logradouros estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet.
- 1.1.42. Possibilitará a consulta de dados do condutor por CPF no momento da lavratura do auto.
- 1.1.43. Permitirá a consulta de modelos/padrões de observações pré-definidas pelo órgão por infração com ou sem conexão com a internet.
- 1.1.44. Possibilitará o preenchimento do auto de infração de acordo com tipo de abordagem estabelecida no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito resolução 985/2022 e suas alterações.
- 1.1.45. Disporá de mecanismos que possibilite a utilização de faixas de auto de infração diferentes para cada tipo de auto de infração existente definido pelo órgão. Podendo cada faixa de auto de infração ser iniciada com uma letra diferente definida pelo órgão ou entidade de trânsito.
- 1.1.46. Possibilitará mecanismos de preenchimento ou consulta de equipamentos para preenchimento rápido, inserindo a medição, número do teste, marca/modelo do equipamento, serial do equipamento e data da última aferição do equipamento, caso a infração utilize medição com ou sem conexão com a internet.
- 1.1.47. Permitirá mecanismo de impressão do auto de infração em pelo menos duas vias, permitindo também que o usuário reimprima quantas vias forem necessárias com ou sem acesso a conexão com a internet.

1.1.48. Disporá de mecanismo de confirmação para finalização do auto de infração, possibilitando checagem final das informações preenchidas antes de enviar o auto de infração ao servidor do órgão ou entidade de trânsito.

1.1.49. Permitirá mecanismo de seleção do motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de trânsito e a inclusão de texto de justificativa para desistência de lavratura do auto de infração.

1.1.50. Deverá permitir a transferência eletrônica dos dados à central de processamento.

1.1.51. Deverá permitir o registro das informações no auto de infração de trânsito conforme prevê os requisitos formais do art. 280 da lei 9.503/97 do CTB e regulamentações posteriores do CONTRAN ou SENATRAN, a ser utilizado pela autoridade de trânsito ou por seus agentes para a lavratura do Auto de Infração.

1.1.52. Deverá garantir que as informações cadastradas não sofram alterações após a lavratura do auto de infração de trânsito pelo agente da autoridade de trânsito.

1.1.53. Deverá permitir a consulta do cadastro de veículos previamente disponibilizado pela CONTRATANTE.

1.1.54. Deverá atender integralmente o disposto nas Portarias nº 354/2022, 1230/2022, 1477/2022, 004/2023 e resoluções 217/06, 909/2022 e 985/2022 do CONTRAN com suas atualizações.

1.1.55. Deverá permitir que quando o auto de infração seja de competência estadual, a possibilidade da inserção da foto do auto de infração impresso e que o mesmo seja transferido ao sistema de retaguarda.

1.1.56. Deverá permitir o registro de Auto de Infrações não vinculadas ao veículo.

1.1.57. Deverá permitir o registro de Auto de Infração de veículos nacionais e estrangeiros.

1.1.58. Deverá permitir o registro de Auto de Infração com abordagem e sem abordagem ao condutor ou infrator.

1.1.59. Permitirá mecanismo de seleção do registro do auto de infração a partir de lista: com abordagem, sem abordagem ou por videomonitoramento, devendo essa infração seguir os requisitos do manual brasileiro de infração, resolução 985/2022.

1.1.60. Deverá integrar os dados do AIT lavrado com os recolhimentos de documentos, retenções ou remoções de veículos, com fito de dar maior agilidade nos preenchimentos desses formulários e na própria fiscalização.

1.1.61. Deverá dispor de padrões de segurança da informação que permitam a identificação do agente autuador responsável pela lavratura do Auto de Infração, por meio de identificador único e senha, biometria ou assinatura digital.

1.1.62. Deverá dispor de elementos de segurança que garantam a confiabilidade, fidelidade e integridade dos dados registrados e impeçam sua alteração após o término da lavratura do Auto de Infração.

1.1.63. Deverá receber, de forma automática, sem interferência externa, numeração sequencial de autos de infração, estabelecida previamente pela autoridade de trânsito.

1.1.64. Deverá utilizar criptografia para os dados lidos, gravados e transmitidos;

1.1.65. Deverá armazenar os Autos de Infração até a sua transmissão ao órgão ou entidade de trânsito.

1.1.66. Deverá exigir que o agente de trânsito indique a finalização do preenchimento do Auto de Infração, para que um novo Auto de Infração possa ser preenchido, não podendo ser de forma automática ao final do preenchimento.

1.1.67. Deverá garantir que iniciado o preenchimento do Auto de Infração, o seu cancelamento poderá ser solicitado à Autoridade de Trânsito, no próprio software, com a devida justificativa pré-definida pelo órgão.

1.1.68. Deverá possibilitar a impressão dos dados do Auto de Infração deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth ou Wireless com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento;

1.1.69. Deverá permitir a lavratura do auto de infração no padrão Mercosul, conforme estabelecido na resolução 729/2018 e 780/2019 do Contran e posteriores alterações.

1.1.70. Deverá garantir que o Auto de Infração impresso deverá conter aviso que é obrigatória a presença do código RENAINF nas notificações, sob pena de invalidade da multa.

1.1.71. Deverá garantir que o Auto de Infração permanecerá armazenado no equipamento, durante o dia em que foi registrada a infração, a fim de permitir a impressão, pelo equipamento, posterior a autuação

1.1.72. Deverá permitir a geração e o envio por e-mail em formato PDF, do espelho do auto de infração, contendo todas as informações da infração de trânsito para destinatário pré-cadastrado no órgão ou informado no momento da infração quando essa for na modalidade com abordagem.

1.1.73. Deverá permitir e realizar as atualizações das informações pertinentes as alterações, formais ou materiais, de código de infração, portarias e resoluções e outros dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro.

1.1.74. Deverá permitir a discricionariedade do campo da observação para Auto de Infração de Trânsito, onde o agente poderá optar por três formas de inserção, sendo estas: utilização do padrão do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.

1.1.75. Deverá permitir a discricionariedade dos campos referentes ao endereço do local do cometimento da infração, onde o agente poderá optar por três formas de inserção, sendo estas: por meio de utilização de ferramenta de GPS onde deverá ser realizada a conversão das informações de Latitude e Longitude em logradouro, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.

1.1.76. Deverá informar a medida administrativa cabível para infração lavrada no momento da lavratura do auto de infração.

1.1.77. Deverá possibilitar a lavratura de infrações consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes.

1.1.78. Deverá possibilitar a lavratura da infração para veículos distintos de forma consecutiva, gravando as demais informações relevantes.

1.1.79. Possibilitará a aplicação de uma nova infração para o mesmo veículo, sendo mantidos os dados da autuação anterior, permitindo ao agente de trânsito proceder como lançamento alterando as informações que lhe forem necessárias

1.1.80. Deverá possibilitar o preenchimento e impressão no aplicativo por parte do agente da autoridade de trânsito o Termo de Constatação de Embriaguez ou Termo de Avaliação Psicomotora nos moldes da resolução 432/13 do CONTRAN para autos de alcoolemia previstos nos artigos 165, 276 e 277 da lei 9.503/97 do CTB e regulamentações posteriores do CONTRAN ou SENATRAN, quando não for utilizado equipamento específico para aferição de teor alcoólico.

1.1.81. Deverá informar no caso de teste de etilômetro, a marca, modelo e nº de série do aparelho, nº do teste, a medição realizada, o valor considerado e o limite regulamentado em mg/L.

1.1.82. Deverá informar no caso de infração de alcoolemia, artigo 165 do CTB realizada através do teste de etilômetro o cálculo do valor considerado para autuação, informando se o cálculo representa: crime de trânsito e infração de trânsito, somente infração de trânsito ou está dentro da margem de tolerância conforme resolução 432/2013 do Contran.

1.1.83. Deverá realizar o cálculo do valor considerado para autuação, através da medição realizada pelo etilômetro informando a medição considerada para lavratura do auto de infração conforme portaria nº432/2013, anexo I do Contran.

1.1.84. Deverá possibilitar a lavratura de infrações para pessoas jurídicas ou físicas, através do CNPJ ou CPF conforme prevê o CTB e suas resoluções.

1.1.85. Deverá permitir que quando o agente da autoridade de trânsito indicar que o auto está sendo lavrado com abordagem, o aplicativo terá a capacidade de permitir que a assinatura do condutor seja colhida de forma digital no Auto de Infração de Trânsito e deverá manter esta relacionada ao mesmo.

1.1.86. Deverá ser capaz de impedir que infrações que só podem ser realizadas com abordagem de acordo com Manual Brasileiro de Fiscalização e suas atualizações, sejam lavradas sem abordagem.

1.1.87. Deverá possuir um sistema de gestão de dispositivos móveis (MDM) para bloquear o acesso a configuração do equipamento móvel e aos demais aplicativos, devendo o órgão definir quais os níveis de acessos de cada equipamento.

1.1.88. Permitirá ao agente de trânsito registrar informações complementares sobre o local da infração.

1.1.89. Deverá possibilitar a lavratura de infrações consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes

1.1.90. Não será permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos em legislação

1.1.91. Disporá de número de auto ou faixa de auto diferente, quando se tratar de auto de infração por videomonitoramento, devendo esse auto seguir o padrão de observação estabelecido na resolução 909/2022.

1.1.92. Disporá de módulo de Pré-AIT com as características abaixo:

1.1.93. Disponibilizar lista de Pré-AITs integrados ao sistema WEB, permitindo sua seleção para lavratura no talão eletrônico.

1.1.94. Garantir que o Auto seja efetivamente lavrado, com a devida geração do Pré-AIT correspondente.

1.1.95. Assegurar que cada Pré-AIT seja integrado exclusivamente ao talão eletrônico do agente que o gerou, impedindo o uso indevido por outros agentes.

1.1.96. Permitir ao agente a edição completa das informações no momento da lavratura do Auto de Infração, utilizando o Pré-AIT como base de dados.

1.1.97. Proibir o cancelamento de Pré-AITs após sua integração ou utilização no processo de lavratura.

1.1.98. Permitir o cancelamento de Autos de Infração lavrados, mediante justificativa e conforme regras definidas pela administração contratante.

1.1.99. Disponibilizar mecanismo de busca direta de Pré-AITs disponíveis a partir da lista sincronizada, permitindo rápida localização e seleção pelo agente.

1.2. Requisitos da licença para registro de boletim de ocorrência de trânsito:

1.2.1. O sistema deverá dispor de mecanismo para cadastramento e manutenção de usuário e senha de acesso, sendo o mesmo vinculado a um grupo de usuário. O software deverá controlar horário de acesso ao sistema, além de permitir o bloqueio de usuários que já não fazem parte do quadro de funcionários;

1.2.2. O sistema deverá garantir a padronização da nomenclatura dos logradouros, com cadastramento de novo logradouro em tempo de transcrição de dados do Boletim de Ocorrência e permitir que um logradouro já existente seja selecionado em sua grafia padrão;

1.2.3. O sistema deverá permitir o cadastro e manutenção das regiões geográficas do município, sendo estes relacionados aos bairros onde ocorreram as ocorrências;

1.2.4. O sistema deverá dispor de mecanismo para cadastramento e manutenção de grupos de usuários com suas respectivas permissões de acesso aos principais menus do sistema;

1.2.5. O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção das

viaturas utilizadas para atendimento das ocorrências, sendo registrados os principais dados, tais como: Placa, Marca/Modelo, ano de fabricação e número de identificação;

1.2.6. O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção dos policiais militares responsáveis pelas ocorrências;

1.2.7. O sistema deverá permitir o cadastro e manutenção dos bairros do município, sendo estes relacionados aos logradouros onde ocorreram as ocorrências;

1.2.8. O sistema deverá possuir ferramenta para o registro do boletim de ocorrência, contendo:

1.2.9. O sistema deverá registrar as informações de todos os veículos e seus respectivos proprietários envolvidos na ocorrência;

1.2.10. O sistema deverá registrar os dados das testemunhas que presenciaram a ocorrência;

1.2.11. O sistema deverá registrar os dados das possíveis vítimas envolvidas na ocorrência, sendo informada a condição da vítima (Pedestre, Motorista) e também o estado da vítima (Fatal ou não Fatal);

1.2.12. O sistema deverá permitir, em qualquer tempo, a impressão do Boletim de Ocorrência com todos os dados informados no cadastramento, inclusive com o croqui, quando for o caso;

1.2.13. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por natureza do acidente. (Ex: choque, colisão, atropelamento);

1.2.14. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de condutores envolvidos em ocorrências por sua faixa etária (Ex: De 0 a 17, de 18 a 29, mais de 60 anos), permitindo ao Órgão de Trânsito planejar ações de educação específicas de acordo com a idade dos condutores;

1.2.15. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de vítimas envolvidas em ocorrências de trânsito de acordo com a sua faixa etária;

1.2.16. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por tipo de pista. (Ex: Asfalto, Concreto, Cascalho);

1.2.17. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências com base na sinalização semafórica. (Ex: Existente, Não existe, Com defeito);

1.2.18. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências com base nas condições. (Ex: Chuva, Neblina, Sol);

1.2.19. O sistema deverá dispor de relatório com o total de acidentes por logradouro, sendo o período informado pelo usuário. O sistema deverá também apresentar as ocorrências registradas em cada logradouro permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem na via pública em questão, permitindo a criação de ações de educação e fiscalização específicas para o local;

1.2.20. O sistema deverá dispor de relatório com o total de acidentes por bairro, sendo o período informado pelo usuário. O sistema deverá também apresentar as ocorrências registradas em cada bairro permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem no bairro em questão, permitindo a criação de ações de educação e fiscalização, específicas para o local;

1.2.21. O sistema deverá dispor de relatório, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por tipo de veículo. (Ex: Automóvel, Camioneta, Motociclo);

1.2.22. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de vítimas envolvidas em ocorrências de trânsito de acordo com a condição da vítima. (Ex: Pedestre, Motorista, Ciclista);

1.2.23. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de condutores envolvidos em ocorrências pelo tempo de habilitação (Ex: menos de um ano, entre 1 e 2 anos, inabilitado);

1.2.24. O sistema deverá dispor de relatório com o total de acidentes por região geográfica do município, sendo o período informado pelo usuário. O sistema deverá também apresentar as ocorrências registradas em cada região permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem na região em questão, permitindo criação de ações de educação e fiscalização, específicas para o local;

1.2.25. Deverá possuir geração local de numeração única.

1.2.26. O sistema deverá dispor de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por dia do mês e por dia da semana, permitindo ao Órgão de Trânsito planejar ações de educação e fiscalização, específicas para as datas com maior ocorrência de acidentes;

1.2.27. Deverá exibir uma lista dos registros de ocorrências de trânsito preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento. Permitirá a salva guarda.

1.2.28. Disporá de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada registro de ocorrências de trânsito na lista de registro de ocorrências de trânsito preenchido e informará sobre data e horário de ocorrência do acidente.

1.2.29. Deverá exibir uma seleção de itens para descrição de tipo de acidente de acordo com ABNT NBR 10697, tipo de elemento atingido, tipo de cruzamento, condição do tempo, controle de tráfego, tipo de iluminação a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de trânsito.

1.2.30. Permitirá a inclusão de lista de agentes que participaram do registro da ocorrência.

1.2.31. Permitirá a inclusão de informações de veículos que participaram do acidente, com quantidade máxima de veículos definida pelo órgão.

1.2.32. Permitirá a inclusão de informações de pessoas que participaram do acidente, com quantidade máxima de pessoas definida pelo órgão.

1.2.33. Permitirá a inclusão de informações de vias de ocorrência do acidente, com quantidade máxima de vias definida pelo órgão.

1.2.34. Permitirá a inclusão de informações de viaturas que participaram da operação de apoio após o acidente, com quantidade máxima de viaturas definida pelo órgão.

1.2.35. Permitirá a inserção de pelo menos quatro fotos de cada veículo envolvido no acidente, o desenho técnico do veículo, o local onde ocorreu a avaria e a descrição dos danos de cada veículo que participou do acidente.

1.2.36. Permitirá a inclusão de dados gerais de cada veículo que participou do acidente, com placa, chassi, marca, modelo, cor, espécie, categoria, dados proprietário e país de origem.

1.2.37. Permitirá a inclusão de dados gerais de cada pessoa que participou do acidente, com nome, identidade, CPF, endereço e gênero.

1.2.38. Permitirá a consulta dos dados da pessoa relacionada no acidente através do CPF. Definirá em qual veículo cada pessoa que participou do acidente estava no momento do acidente e informará a qualificação disposta como: condutor, passageiro, pedestre, ciclista, testemunha ou noticiante e permitirá a inclusão de situação física de cada pessoa que participou do acidente.

1.2.39. Deverá possuir lista de boletins gerados com informações mínimas de data, hora e situação de transmissão e ocorrência.

1.2.40. Deverá transmitir para sistema de retaguarda os boletins finalizados.

1.2.41. Deverá contemplar dados gerais do acidente ocorrido onde estará disposto tipo de acidente, elemento atingindo, tipo de cruzamento, condição do tráfego.

1.2.42. Deverá possibilitar a inclusão de veículo(s) envolvido(s), pessoa(s) envolvida(s) e equipe(s) de apoio.

1.2.43. Deverá caracterizar o local do acidente onde estará disposto condições da via, tipo de pista, tipo de via, sinalização vertical e horizontal, condições climáticas, obra na via, separação central, superfície da via, tipo de pavimento e condição da calçada.

1.2.44. Deverá permitir discriminação da narrativa do acidente.

1.2.45. Deverá permitir vincular ou anexar o registro fotográfico (até 04 quatro fotos) para o cenário do acidente de trânsito, (até 04 quatro fotos) para cada veículo envolvido.

1.2.46. Deverá permitir informar por meio de figura técnica no aplicativo específica as avarias relativas de cada tipo de veículo envolvido, sendo automóvel, motocicleta ou caminhão;

1.2.47. Deverá possuir campo para descrição da narrativa do acidente;

1.2.48. Deverá possuir na narrativa duas formas de inserção, sendo essa selecionada no momento do registro do boletim de acidente no aplicativo: através do relato verbal de cada condutor envolvido ou a digitalização em pdf da narrativa escrita pelo envolvidos no acidente.

1.2.49. O Aplicativo deverá possuir campo para inserir o ano exercício do veículo

1.2.50. Deverá permitir a gravação parcial do boletim de acidente de trânsito de modo que o agente da autoridade de trânsito possa realizar preenchimentos parciais até a finalização definitiva.

1.2.51. Deverá não permitir alterações do boletim de acidente de trânsito após a finalização definitiva.

1.2.52. O sistema deverá dispor de campos para a digitação dos dados da ocorrência, tais como: data, local, natureza, condições da pista, condições do tempo, sinalização e descrição sumária da ocorrência;

1.2.53. O sistema deverá registrar os dados dos condutores envolvidos incluindo informações sobre a situação da habilitação do mesmo;

1.2.54. O sistema deverá dispor de consulta de Boletins de Ocorrências já lançados;

1.2.55. O sistema deverá dispor de ferramentas para geração de estatísticas de acidentes de trânsito, objetivando a identificação dos pontos críticos da cidade e as causas dos acidentes de maneira a fornecer subsídios para projetos para redução de acidentes, sendo disponibilizado no mínimo os seguintes dados:

1.3. Requisitos da licença para registro de recolhimento de documentos:

1.3.1. O sistema deverá especificar o documento recolhido, com seus dados gerais como nome e numeração.

1.3.2. O sistema especificar o local do recolhimento do documento.

1.3.3. O sistema especificará os dados do veículo envolvido no recolhimento, manualmente ou via consulta de placa.

1.3.4. O sistema deverá possibilitar a impressão comprobatória do recolhimento via do condutor.

1.3.5. O sistema integrará com o aplicativo de registro de infração para aproveitamento dos dados lavrados no auto de infração de trânsito para preenchimento automático.

1.3.6. O sistema deverá transmitir para sistema de retaguarda as informações do recolhimento de documento.

1.3.7. O sistema deverá sinalizar o(s) recolhimento(s) enviado(s).

1.3.8. O sistema deverá possuir em forma lista os recolhimentos realizados nas últimas 24h.

1.3.9. O sistema deverá especificar qual documento será recolhido: CNH, PPD,

ACC, CRLV, CRV e outros com campo para inserção do documento não mencionado na lista.

1.3.10. O sistema disporá de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada registro de documentos.

1.3.11. O sistema deverá apresentar formulário contendo informações de local, condutor e veículo e guardará informações sobre data e horário de recolhimento.

1.3.12. O sistema possibilitará mecanismo de consulta de qualquer auto de infração lavrado pelo órgão ou entidade de trânsito dentro de um período pré-definido pelo órgão para reaproveitamento de dados do local, condutor e veículo.

1.3.13. O sistema deverá dispor de mecanismo com campo apropriado para justificar o motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão e a inclusão de texto de justificativa para desistência de preenchimento de formulário.

1.3.14. O sistema deverá integrar com auto de infração de trânsito, quando essa informar alguma medida administrativa que imporá em recolhimento de qualquer documento. Permitindo a inclusão do motivo do recolhimento, a partir de lista definida pelo órgão.

1.3.15. O sistema possibilitará inclusão do tipo de documento, a partir de lista definida pelo órgão. Permitirá a inclusão dos dados dos documentos e a inclusão de pelos menos duas fotos do documento recolhido.

1.3.16. O sistema disporá de campo para prazo de regularização que será de 1 a 30 dias, onde o operador poderá selecionar os dias de regularização pré-estabelecidos dentro desse intervalo;

1.3.17. O sistema deverá possuir campo para identificação do veículo através de placa, chassi ou outros;

1.3.18. O sistema deverá possuir campo para identificação do condutor, possuindo opção de identificado ou não identificado;

1.3.19. O sistema permitirá a inclusão de fotos do documento recolhido, sendo que essa poderá vir da galeria do smartphone ou câmera, permitindo que seja inserido observações em cada imagem e sua quantidade será definida pelo órgão ou entidade;

1.3.20. Deverá possuir opção para selecionar o tipo de recolhimento de documento: físico ou digital;

1.3.21. Deverá possuir campo para informar no recolhimento de documento:

tipo do documento (ACC,CNH, CRLV,CRV, PPD ou outros); nome do titular; número do formulário e número do registro;

1.3.22. O sistema deverá possuir um campo na impressão para assinatura do condutor e do agente da autoridade.

1.3.23. O sistema possibilitará impressão dos dados do formulário preenchido em duas vias ou mais se necessário.

1.3.24. O sistema exibirá lista de formulários preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento.

1.4. Requisitos da licença para registro de recolhimento de veículo:

1.4.1. Deverá possuir interface amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as funcionalidades do aplicativo através de toque na tela.

1.4.2. Deverá dispor de mecanismo de seleção em lista para fácil identificação dos autos de infrações contendo as informações do AIT para vincular ao FRV se necessário, como: Número do auto, placa do veículo, marca e modelo, infração e artigo, para vincular ao FRV se necessário.

1.4.3. Dispor de campos básicos automaticamente preenchidos como tipo de remoção, data, hora, tipo de local, situação do condutor, situação da CNH ao abrir o FRV.

1.4.4. Dispor de mecanismo de seleção do tipo de recolhimento utilizado

1.4.5. Deverá dispor de campo para inserção e edição da data e hora do recolhimento veicular

1.4.6. Dispor de campo para preenchimento de possíveis observações se necessário.

1.4.7. Dispor de facilitador de preenchimento com apenas um clique realize a inserção de logradouro por meio de geoposicionamento utilizando o GPS

1.4.8. Deverá dispor de campo para o preenchimento do complemento do logradouro se necessário.

1.4.9. Deverá dispor de campo para o preenchimento do Número do logradouro se necessário.

1.4.10. Deverá identificar o município e automaticamente realizar o preenchimento do campo para rápida confecção do FRV

1.4.11. Dispor de campos básicos automaticamente preenchidos como tipo de remoção, data, hora, tipo de local, situação do condutor, situação da CNH ao

abrir o FRV.

1.4.12. Dispor de mecanismo de supressão de campos em caso não usabilidade, no caso da situação da CNH estiver como não apresentada os campos do N° do registro e UF da CNH ficam suprimidos automaticamente.

1.4.13. Dispor de mecanismo de seleção para facilitar a identificação da situação do condutor.

1.4.14. Dispor de campos para identificação do condutor como situação, CPF, nome, situação da CNH, número de registro da CNH e UF da CNH.

1.4.15. Dispor de consulta de CNH por CPF (Se Disponível pelo DETRAN) com preenchimento automático para facilitação da confecção do FRV.

1.4.16. Dispor de mecanismo de seleção em lista da situação da CNH;

1.4.17. Dispor de campos para identificação do veículo como placa, UF, marca/modelo, tipo, cor e dados do proprietário como nome e CPF

1.4.18. Dispor de mecanismo de seleção em lista do tipo do identificador do proprietário do veículo se necessário;

1.4.19. Dispor de mecanismo de seleção em lista das possíveis identificações de veículo tais como placa, chassi e outros;

1.4.20. Dispor no campo de tipificação do veículo um mecanismo de seleção em lista de todos os tipos de veículo;

1.4.21. Dispor de consulta de placas no modelo padrão e no modelo MERCOSUL (Se Disponível pelo DETRAN), realizar a transposição de letras por números se necessário com preenchimento automático de todos os dados do veículo para facilitação da confecção do FRV;

1.4.22. Dispor de todos os campos de todas as partes do veículo que existem a possibilidade de vistoria tais como odômetro, nível de combustível, chave do veículo, para-choque dianteiro, para-choque traseiro, faróis, lanternas, bateria, para-lamas, piscas, retrovisores, vidros, rodas, macaco, estepe, chave de roda, extintor, triângulo, bancos traseiros, bancos dianteiros, pneus nos casos de carros, e no caso de motos acrescenta-se manetes, estribos, tanque, assento e amortecedores.

1.4.23. Dispor de campos em mecanismo de seleção em lista contendo vários tipos de estados predefinidos por opções do estado do veículo, Não verificado e verificado no odômetro e assim respectivamente mantendo os padrões e adicionando mais campos para cada nova parte vistoriada;

1.4.24. Dispor de campos para inserção das observações do veículo se

necessário;

1.4.25. Dispor de campo aberto para digitação para inserção da identificação do local para qual o veículo será enviado após remoção;

1.4.26. Dispor de mecanismos de verificação e validação dos campos não preenchidos ou preenchidos erroneamente e evidenciando onde e o que está incoerente para que haja a menor quantidade de erros ao finalizar;

1.4.27. Dispor de campos para anexo de imagens de cada parte do veículo individualmente, com identificador especificando onde deve ser cada imagem sendo possível abrir a câmera para tirar a foto no momento da inserção ou abrindo a galeria e inserindo uma imagem previamente realizada, também sendo possível a exclusão de qualquer uma das imagens inseridas;

1.4.28. Dispor de impressão em impressora térmica no padrão de idioma brasileiro contendo todas as informações preenchidas no documento.

1.4.29. O sistema deverá possibilitar a impressão comprobatória do recolhimento via do condutor.

1.4.30. O sistema deverá possuir um campo na impressão para assinatura do condutor, agente da autoridade e o responsável pela remoção do veículo.

1.4.31. O sistema deverá ter integração com o aplicativo de bloco eletrônico.

1.4.32. O sistema permitirá especificar os dados do veículo recolhido, via consulta por placa, manualmente, ou permitir informar ausência de placa.

1.4.33. O sistema deverá exibir lista dos formulários preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento.

1.4.34. O sistema disporá de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada recolhimento de veículo.

1.4.35. O sistema deverá apresentar formulário contendo informações de local, condutor e veículo e guardará informações sobre data e horário de recolhimento.

1.4.36. O sistema possibilitará mecanismo de consulta de qualquer auto de infração lavrado pelo órgão ou entidade de trânsito dentro de um período pré-definido pelo órgão para reaproveitamento de dados do local, condutor e veículo.

1.4.37. O sistema possibilitará consulta de logradouros, dados do condutor por CPF, placa ou qualquer outro meio estabelecido pelo órgão ou entidade no momento do preenchimento do formulário de recolhimento.

1.4.38. O sistema possibilitará inclusão do tipo e o motivo do recolhimento, a partir de lista definida pelo órgão. Permitirá a inclusão de texto de observações.

1.4.39. O sistema deverá permitir especificar o local do recolhimento do veículo, para aproveitamento dos dados lavrados no auto de infração de trânsito para preenchimento automático.

1.4.40. O sistema deverá transmitir para sistema de retaguarda as informações do recolhimento do veículo.

1.4.41. O sistema deverá sinalizar o(s) recolhimento(s) enviado(s).

1.4.42. O sistema deverá possuir em forma lista os recolhimentos realizados nas últimas 24h.

1.4.43. O sistema disporá de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data do recolhimento de veículo.

1.4.44. O sistema deverá possibilitar informar o tipo de recolhimento se retenção ou remoção.

1.4.45. O sistema permitirá a descrição de todas as partes do veículo, para caracterização apropriada.

1.4.46. O sistema permitirá a inclusão de fotos tendo sua quantidade definida pelo órgão ou entidade.

1.4.47. O sistema permitirá a inclusão de informações sobre o local de destino de veículo removido.

1.4.48. O sistema possibilitará inclusão de informações sobre a pessoa designada para condução do veículo em caso de retenção.

1.4.49. O sistema possibilitará impressão dos dados do formulário preenchido em duas vias ou mais se necessário.

1.4.50. O sistema deverá dispor de mecanismo com campo apropriado para justificar o motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão e a inclusão de texto de justificativa para desistência de preenchimento de formulário.

1.4.51. O serviço em questão se qualificará pela quantidade de licenças disponibilizadas para uso por parte dos usuários multiplicado pelo seu valor unitário.

2. LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE APLICATIVO PARA SISTEMA DE GESTÃO DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PÚBLICA

- 2.1. Possuir uma interface unificada para autenticação e gerenciamento oferecendo uma interface unificada que permita o cadastro e a autenticação de usuários de forma integrada entre o APP e o sistema WEB;
- 2.2. Ser intuitiva, com botões e menus que facilitam a navegação, reduzindo a curva de aprendizado dos usuários, possibilitando a gestão centralizada e o monitoramento em tempo real dos cadastros, assegurando agilidade na operação;
- 2.3. Permitir a autenticação por meio de múltiplos fatores, combinando dados biométricos com informações cadastrais para aumentar a segurança visando reduzir a possibilidade de fraudes e garantir que apenas usuários autenticados tenham acesso ao sistema;
- 2.4. Oferecer dashboards configuráveis para visualização de métricas importante e implementar controle granular de permissões baseado em perfis de usuário;
- 2.5. Integrar de métodos de autenticação diversos (senha, biometria e QR Code) amplia a segurança operacional;
- 2.6. Interface com o usuário amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela;
- 2.7. Rotina de registro de ocorrências com fotos integrada à câmera do aparelho portátil;
- 2.8. O sistema permitirá cadastro e visualização de lista de ocorrências atribuídas ao agente, ordenadas por proximidade ou urgência.
- 2.9. O sistema permitirá a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.
- 2.10. O sistema permitirá a Gestão de Pessoas Envolvidas e inclusão de “Envolvidos” em cada ocorrência, com campos obrigatórios contendo: nome completo, data de nascimento, CPF, identidade (Órgão Expedidor), endereço (autopreenchido via GPS, complemento manual: número, bairro, CEP); anexos de identificação: foto de rosto, foto do documento, tatuagens ou marcas e outros que o órgão definir;
- 2.11. Deverá permitir anexos de ocorrência upload de imagens livres (cenar, veículos, locais), sem vínculo direto a pessoa, para enriquecer o registro; notificações de Atribuição.

2.12. O sistema permitirá Notificações de Atribuição através de Pushnotification instantânea ao receber nova ocorrência, exibindo: Localização (mapa em miniatura), tipo, descrição e observações iniciais.

2.13. O sistema permitirá que operador receba no aplicativo as ocorrências da central e que possua botões de ação: “Aceitar” ou “Recusar”.

2.14. O sistema permitirá que caso o operador recuse a ocorrência, o app obriga preenchimento de justificativa (texto livre) antes de confirmar a ação.

2.15. O Sistema possuirá um fluxo de conclusão das ocorrências e um botão para Concluir Ocorrência e para registrar encerramento, com campo opcional de observações finais e anexos complementares.

2.16. O sistema permitirá o envio automático de notificação à Central Web, atualizando o status em tempo real.

2.17. O sistema permitirá a sincronização e segurança dos Dados em trânsito cifrados por TLS; armazenamento local criptografado até sincronização.

2.18. O sistema possuirá a função offline com fila de sincronização quando reconectar (cadastros e anexos).

2.19. O sistema permitirá a sincronização e segurança dos dados através da autenticação por token JWT, renovável via refresh token no login.

2.20. Deverá disponibilizar ferramenta em formato app, compatível com tecnologias dispostas no mercado que permitam o usuário baixar via biblioteca pública o aplicativo;

2.21. A solução deverá também permitir a abertura da ocorrência pelo próprio operador, caso o referido se depare com alguma situação que necessite do registro e atendimento, mas que porventura não tenha sido requerido por outrem, devendo ser realizada via app a ser instalado em equipamento já utilizado pelo referido;

2.22. No app em questão o operador poderá informar todas as condições validas de abertura de uma ocorrência, assim como deverá disponibilizar de mecanismos de comprovação, como inclusão de mínimo: 08 (oito) fotos, 03 (três) gravações de vídeos de até 2 minutos cada, dentre outros julgados necessários, contudo é necessário apenas que o referido esteja em um raio mínimo parametrizado do endereço da ocorrência que está sendo registrada.

2.23. A solução permitirá que o operador/equipe possa se vincular a uma ocorrência a partir do app, contanto que dentro do raio delimitado como limite mínimo de proximidade seja respeitado para o referido atendimento e que os

critérios de atendimento estejam de acordo com os da central de monitoramento, visando assim que essa análise seja feita de maneira centralizada e assertiva;

2.24. No app do operador o referido poderá informar todas as atividades realizadas e demandar informações complementares a base para que o atendimento possa ser monitorado e bem assessorado.

2.25. O app poderá funcionar com canal de comunicação de voz, contanto que por processo de gestão da comunicação similar a rádio onde ao abrir uma frequência de comunicação e o restantes dos canais fiquem como ouvintes, até que o referido seja liberado pelo emissor.

2.26. As ocorrências e demandas atendidas pelos operadores, sejam em campo ou administrativamente se refletirão automaticamente a na central de monitoramento, fazendo com que o processo seja fluido e eficaz.

2.27. O app do operador deverá contar com a função pânico/apoio, onde o operador caso se depare em uma situação que esteja em sua análise fugindo da normalidade ou de seu controle, possa acionar um apoio imediato. Tal função tocará nos apps de operadores próximos e aptos e ainda na central de monitoramento que poderá dispor de meios complementares de apoio e intervenção a ocorrência.

2.28. A solução deverá ainda quando do acionamento de operador/equipe, disponibilizar na própria ferramenta mecanismos de simulação e proposição das rotas mais rápidas para que cheguem ao local da ocorrência, dispondo ainda de tempo previsto de chegada ao local;

2.29. Rotina de registro de ocorrências com fotos integradas à câmera do aparelho portátil;

2.30. O sistema permitirá cadastro e visualização de lista de ocorrências atribuídas ao agente, ordenadas por proximidade ou urgência.

2.31. O sistema permitirá a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.

2.32. O sistema permitirá a Gestão de Pessoas Envolvidas e inclusão de “Envolvidos” em cada ocorrência, com campos obrigatórios contendo: nome completo, data de nascimento, CPF, identidade (Órgão Expedidor) endereço (auto preenchido via GPS + complemento manual: número, bairro, CEP); anexos de identificação: foto de rosto, foto do documento, tatuagens ou marcas e outros que o órgão definir;

2.33. Deverá permitir anexos de ocorrência upload de imagens livres (cenas, veículos, locais), sem vínculo direto a pessoa, para enriquecer o registro; notificações de Atribuição

2.34. O sistema permitirá Notificações de Atribuição através de Pushnotification instantânea ao receber nova ocorrência, exibindo: Localização (mapa em miniatura), tipo, descrição e observações iniciais.

2.35. O sistema permitirá que operador receba no aplicativo as ocorrências da central e que possua botões de ação: “Aceitar” ou “Recusar”.

2.36. O sistema permitirá que caso o operador recuse a ocorrência, o app obriga preenchimento de justificativa (texto livre) antes de confirmar a ação.

2.37. O Sistema possuirá um fluxo de conclusão das ocorrências e um botão para Concluir Ocorrência e para registrar encerramento, com campo opcional de observações finais e anexos complementares.

2.38. O sistema permitirá o envio automático de notificação à Central Web, atualizando o status em tempo real.

2.39. O sistema permitirá a sincronização e segurança dos Dados em trânsito cifrados por TLS; armazenamento local criptografado até sincronização.

2.40. O sistema possuirá a função offline com fila de sincronização quando reconectar (cadastros e anexos).

2.41. O sistema permitirá a sincronização e segurança dos dados através da autenticação por token JWT, renovável via refresh token no login.

2.1.1. Requisitos da licença para aplicativo de registro de autuação de transporte:

2.1.1.1. Sistema com Interface com o usuário amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela;

2.1.1.2. Rotina de registro de infração de transporte com fotografia(s) integrada à câmera do aparelho portátil;

2.1.1.3. O sistema deverá ser multiplataforma, sendo compatível com diversos sistemas operacionais, de modo a garantir a reposição de equipamentos mesmo em caso de descontinuação do equipamento e/ou do sistema operacional;

2.1.1.4. O acesso ao sistema de registro de infrações e apoio ao transporte deverá seguir padrões de segurança da informação, que permitam a identificação do agente de transporte responsável pela lavratura do auto de

infração de transporte, por meio de sua matrícula e senha de acesso. As tabelas referentes ao controle de acesso ao sistema deverão ser instaladas no equipamento, permitindo acesso off-line mesmo em áreas de sombra;

2.1.1.5. O software para registro de infrações de transporte e apoio deverá permitir, que somente agentes fiscalizador cadastrados para determinados equipamentos portáteis, tenham permissão de acesso ao sistema. Um agente fiscalizador poderá possuir acesso a mais de um equipamento portátil, desde que devidamente cadastrado e de acordo com as permissões atribuídas pelo operador do sistema no Software de Gerenciamento de Infrações de transporte.

2.1.1.6. O Software deve permitir a consulta de veículos através da informação da placa ou chassi do veículo. Esta consulta poderá ser realizada de forma off-line, de acordo com a base de dados de veículos instalada no próprio dispositivo móvel, ou, on-line, sendo realizada através de consulta via conexão GPRS ou similar, a base de dados do Software de Gerenciamento de infrações de transporte.

2.1.1.7. Quando encontrado o registro referente ao veículo consultado, o sistema deverá apresentar ao agente fiscalizador, no mínimo, as seguintes informações: placa, uf, marca, modelo tipo e espécie;

2.1.1.8. Caso o veículo consultado possuir restrições, as mesmas deverão ser apresentadas ao agente;

2.1.1.9. Durante o processo de autuação, caso o veículo consultado seja encontrado na base de dados do dispositivo móvel, ou, do sistema gerenciamento de infrações de transporte, não será permitido ao agente fiscalizador alterar qualquer informação dos dados do veículo;

2.1.1.10. Não será permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos em legislação.

2.1.1.11. Após consultado os dados do veículo, na base de dados do equipamento portátil ou do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, é iniciado o processo de autuação, e o agente fiscalizador não poderá realizar alterações nos dados do veículo informado. Também não poderá desistir do lançamento sem justificativa. O sistema deve registrar os dados do auto de infração, permitindo que mesmo em caso de falta de bateria, ou retirada da mesma, este registro seja enviado ao sistema de Gerenciamento de Infrações de transporte, para apuração da ocorrência por parte do operador do sistema;

2.1.1.12. Identificar a localização da infração através da latitude e longitude informada pela antena de GPS do dispositivo móvel, sempre que houver sinal

GPS disponível;

2.1.1.13. Apresentar ao agente fiscalizador o nome do logradouro e demais dados de localização, conforme latitude e longitude informada pela antena de GPS;

2.1.1.14. Dispor de consulta de logradouros cadastrados, permitindo a busca por parte da descrição;

2.1.1.15. Possibilitar, ao agente fiscalizador, cadastrar um novo logradouro que ainda não consta na base de dados do equipamento portátil, ou do sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, necessário a lavratura do auto de infração, sendo este, transmitido ao sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, e, após validado o auto de infração, possibilitar ao operador do sistema de Gerenciamento de Infrações de Transporte, validar a informação, e atualizar para os demais equipamentos portáteis, quando da sincronização da base de dados;

2.1.1.16. Permitir ao agente fiscalizador registrar informações complementares sobre o local da infração;

2.1.1.17. Listar os logradouros com maior incidência de autuações, no respectivo equipamento portátil;

2.1.1.18. Dispor de mecanismos de consulta de infrações de transporte., por enquadramento, artigo, descrição e palavras chaves cadastradas previamente no Software de Gerenciamento de Infrações de transporte.;

2.1.1.19. Dispor de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data da infração no auto de infração de transporte.;

2.1.1.20. Deverá definir método de autenticação, online ou off-line;

2.1.1.21. Deverá exibir em lista os autos de infração gerados, ordenados por data de início da lavratura, contendo número do auto de infração, placa do veículo, marca/modelo, código e artigo da infração, data, hora e matrícula do agente fiscalizador;

2.1.1.22. Possibilitará a visualização e a situação de envio e preenchimento de cada auto através da lista de autos de infração de transporte;

2.1.1.23. Possibilitará a inclusão de imagens no auto de infração de transporte.

2.1.1.24. Deverá possuir campo para assinatura do agente da autoridade e do condutor quando o auto de infração de transporte for impresso.

2.1.1.25. Possibilitará a consulta de infrações por código, grupo, artigo ou descrição com ou sem conexão com a internet.

2.1.1.26. Possibilitará a consulta de marcas/modelos de veículos estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração de transporte. com ou sem conexão com a internet.

2.1.1.27. Possibilitará a consulta de logradouros estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet.

2.1.1.28. Permitirá a consulta de modelos/padrões de observações pré-definidas pelo órgão por infração com ou sem conexão com a internet.

2.1.1.29. Disporá de mecanismos que possibilite a utilização de faixas de auto de infração de transporte diferentes para cada tipo de auto de infração existente definido pelo órgão. Podendo cada faixa de auto de infração de transporte ser iniciar com uma letra diferente definida pelo órgão ou entidade fiscalizadora.

2.1.1.30. Permitirá mecanismo de impressão do auto de infração transporte em pelo menos duas vias, permitindo também que o usuário reimprima quantas vias forem necessárias com ou sem acesso a conexão com a internet.

2.1.1.31. Disporá de mecanismo de confirmação para finalização do auto de infração transporte, possibilitando checagem final das informações preenchidas antes de enviar o auto de infração ao servidor do órgão ou entidade fiscalizadora.

2.1.1.32. Permitirá mecanismo de seleção do motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de fiscalizadora e a inclusão de texto de justificativa para desistência de lavratura do auto de infração de transporte.

2.1.1.33. Deverá permitir a transferência eletrônica dos dados à central de processamento.

2.1.1.34. Deverá permitir o registro das informações no auto de infração de transporte conforme prevê os requisitos formais da legislação de transporte de JP e regulamentações posteriores a ser utilizado pela SEMOB/JP

2.1.1.35. Deverá garantir que as informações cadastradas não sofram alterações após a lavratura do auto de infração de transporte pelo agente da autoridade de transporte.

2.1.1.36. Deverá permitir a consulta do cadastro de veículos previamente disponibilizado pela CONTRATANTE.

2.1.1.37. Deverá permitir o registro de Auto de Infração de transporte com abordagem e sem abordagem ao condutor ou infrator.

2.1.1.38. Deverá dispor de padrões de segurança da informação que permitam a identificação do agente fiscalizador responsável pela lavratura do Auto de Infração de transporte, por meio de identificador único e senha, biometria ou assinatura digital.

2.1.1.39. Deverá dispor de elementos de segurança que garantam a confiabilidade, fidelidade e integridade dos dados registrados e impeçam sua alteração após o término da lavratura do Auto de infração de transporte.

2.1.1.40. Deverá receber, de forma automática, sem interferência externa, numeração sequencial de autos de infração, estabelecida previamente pela autoridade fiscalizadora.

2.1.1.41. Deverá utilizar criptografia para os dados lidos, gravados e transmitidos;

2.1.1.42. Deverá armazenar os Autos de Infração de transporte até a sua transmissão ao órgão ou entidade fiscalizadora.

2.1.1.43. Deverá exigir que o agente fiscalizador indique a finalização do preenchimento do Auto de Infração de transporte, para que um novo Auto de Infração de transporte possa ser preenchido, não podendo ser de forma automática ao final do preenchimento.

2.1.1.44. Deverá possibilitar a impressão dos dados do Auto de Infração de transporte deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth ou Wireless com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento;

2.1.1.45. Deverá permitir a discricionariedade dos campos referentes ao endereço do local do cometimento da infração de transporte, onde o fiscalizador poderá optar por três formas de inserção, sendo estas: por meio de utilização de ferramenta de GPS onde deverá ser realizada a conversão das informações de Latitude e Longitude em logradouro, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.

2.1.1.46. Deverá possibilitar a lavratura de infrações de transporte consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes.

2.1.1.47. Deverá possibilitar a lavratura da infração de transporte para veículos distintos de forma consecutiva, gravando as demais informações relevantes.

2.1.1.48. Possibilitará a aplicação de uma nova infração para o mesmo veículo, sendo mantidos os dados da autuação anterior, permitindo ao fiscalizador proceder como lançamento alterando as informações que lhe forem necessárias

2.1.1.49. Permitirá ao agente de trânsito registrar informações complementares sobre o local da infração.

2.1.1.50. Deverá possibilitar a lavratura de infrações consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes

2.1.1.51. O auto de infração de fiscalização de transporte rodoviário deverá conter campos em consonância aos regulamentos de transportes constando: identificação da empresa através do nome e código da Empresa Operadora; identificação da linha e código da linha; identificação do veículo através da placa, marca, modelo, espécie, tipo e número de ordem; local da infração através do local da infração, ponto de referência, município horário e data da infração; enquadramento da infração através do grupo da empresa operadora e outros grupos; observação da infração de transporte; identificação do condutor através do nome, CPF e número do registro da CNH; identificação do agente de transporte através da matrícula e campo para assinatura quando for impresso.

3. LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE APLICATIVO PARA USUÁRIOS PRIVADOS REGISTRAR DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA

3.1. Possuir uma interface unificada para autenticação e gerenciamento oferecendo uma interface unificada que permita o cadastro e a autenticação de usuários de forma integrada entre o APP e o sistema WEB;

3.2. Ser intuitiva, com botões e menus que facilitam a navegação, reduzindo a curva de aprendizado dos usuários, possibilitando a gestão centralizada e o monitoramento em tempo real dos cadastros, assegurando agilidade na operação;

3.3. Permitir a autenticação por meio de múltiplos fatores, combinando dados biométricos com informações cadastrais para aumentar a segurança visando reduzir a possibilidade de fraudes e garantir que apenas usuários autenticados tenham acesso ao sistema;

3.4. Oferecer dashboards configuráveis para visualização de métricas importante e implementar controle granular de permissões baseado em perfis de usuário;

3.5. Integrar de métodos de autenticação diversos (senha, biometria e QR Code) amplia a segurança operacional;

3.6. A solução integrar-se com bases de dados externas, permitindo a verificação em tempo real de restrições e antecedentes, assegurando que cadastros potencialmente suspeitos sejam identificados e bloqueados imediatamente, reforçando a segurança;

3.7. Integrar-se com bases de dados como SENATRAN e Ministério da Justiça otimizando o fluxo de validação dos dados;

3.8. O sistema suportar a sincronização automática dos cadastros entre o APP e o sistema WEB, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas, reduzindo discrepâncias e assegurando que todos os pontos de acesso operem com os dados mais recentes;

3.9. Ser atualizada automaticamente e configurada para ocorrer periodicamente, minimizando a necessidade de intervenções manuais;

3.10. A solução incluir rotinas de backup automáticas para garantir a preservação dos cadastros, com possibilidade de restauração rápida em caso de falhas;

3.11. O procedimento de recuperação ser testado periodicamente para confirmar a eficácia das medidas de segurança;

3.12. As informações transmitidas e armazenadas serem protegidas por criptografia avançada, utilizando algoritmos modernos para impedir acesso não autorizado sendo reforçadas por autenticações contínuas e monitoramento constante do tráfego de informações, garantindo que os cadastros permaneçam íntegros e seguros, mesmo em ambientes de alta criticidade;

3.13. Interface com o usuário amigável e de fácil aprendizado, dispondo de acesso a todas as rotinas do sistema através de toque na tela;

3.14. Rotina de registro de ocorrências com fotos integradas à câmera do aparelho portátil;

3.15. O sistema permitirá a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.

3.16. A solução deverá ainda disponibilizar um app em biblioteca pública que possa ser baixado e utilizado pelo cidadão que poderá a partir de seu cadastro e identificação abrir ocorrências das mais diferentes naturezas, podendo realizar a inserção de até 04 (quatro) fotos e acompanhar os seus registros a partir do app disponibilizado.

3.17. As ocorrências abertas pelos cidadãos necessariamente precisarão seguir um fluxo de análise manual, para que a demanda aberta possa ser analisada e direcionada da melhor forma mediante os procedimentos.

3.18. No app do cidadão tanto em caso de recusa quanto de atendimento da ocorrência, o cidadão será notificado ao término e encerramento da mesma, podendo ainda consultar o atendimento em acordo com sua necessidade para acompanhamento da resolução.

3.19. O app do cidadão será um canal de registro, comunicação e apoio, onde o cidadão poderá visualizar o atendimento do seu registro, assim como utilizar como canal de interação com a central, dispondo de canais de reclamação, sugestões, dentre outros, voltados a necessidade do serviço.

3.20. A licença deve oferecer uma interface intuitiva e responsiva, compatível com múltiplos dispositivos (smartphones, tablets e desktops), sendo sua usabilidade otimizada por meio de menus simplificados e ícones claros, facilitando a navegação mesmo para usuários menos experientes;

3.21. Possuir compatibilidade com os principais navegadores e sistemas operacionais garantindo o acesso contínuo sem barreiras tecnológicas;

3.22. Permitir o cadastro detalhado de usuários e veículos, com campos para informações pessoais, documentos e características veiculares;

3.23. Cada cadastro possibilitar a inclusão de dados adicionais, como fotos e autenticações biométricas, promovendo maior segurança;

3.24. A plataforma integrar funcionalidades para edição, exclusão e atualização dos registros, permitindo uma gestão dinâmica dos dados;

3.25. Possibilitar o usuário e seu veículo serem cadastrados por meio de um aplicativo mobile ou sistema web de gestão, onde todas as informações ficam registradas. Para garantir mais segurança, o sistema realiza a integração com bases de dados, verificando eventuais restrições criminais associadas ao usuário e se o veículo possui registros de roubo ou furto;

3.26. As informações serem criptografadas em repouso e durante a transmissão, utilizando protocolos avançados de segurança, adotando padrões como SSL/TLS para garantir a proteção dos dados dos usuários e evitar interceptações;

3.27. A política de segurança ser revisada periodicamente para incorporar novas medidas contra ameaças cibernéticas;

3.28. Apresentar software que permita o cadastro de pessoas e veículos através de sistemas de aplicativo móvel e WEB;

3.29. Implementar fluxos de trabalho automatizados para validação, aprovação e atualização de cadastros, minimizando erros humanos e acelerando a operação, garantindo uma resposta rápida em situações críticas;

3.30. Os fluxos incluir notificações em tempo real para os responsáveis quando ocorrerem alterações significativas;

3.31. A plataforma deverá incluir rotinas de backup automático dos cadastros, com capacidade de restauração rápida em caso de falhas, garantindo a integridade dos dados e minimizando riscos de perdas significativas em incidentes;

3.32. Os aplicativos deverão estar disponíveis para download nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS), permitindo que os usuários realizem tanto a instalação quanto as atualizações diretamente por meio dessas plataformas.

4. LOCAÇÃO DE SMARTPHONES PARA EMBARCAR SISTEMA EM ACORDO COM ITEM 1 - PARA REGISTRO DE AUTUAÇÕES DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, RETENÇÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS E DOCUMENTOS.

4.1. DEVERÁ DISPONIBILIZAR SMARTPHONE COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:

4.1.1. Peso: não superior a 210 (g)

4.1.2. Polegadas: não inferior a 6.4"polegadas

4.1.3. Touchscreen: SIM

4.1.4. Gsm: Quad Band (850/900/1800/1900)

4.1.5. Wi-Fi: 802.11a/b/g/n 2.4GHz + 5GHz

4.1.6. Bluetooth: SIM v.5.0

4.1.7. GPS: GPS/Glonass/Beidou/Galileo

4.1.8. RAM: não inferior a 3GB

4.1.9. USB: Tipo C / USB 2.0

4.1.10. Memória interna de no mínimo 128 GB

4.1.11. Processador: não inferior a 2 GHz Octa Core

4.1.12. Quantidade de Câmeras traseiras não inferior: 3 unidades

4.1.13. Câmeras Traseiras não inferiores a 48 MP + 5 MP + 2 MP

4.1.14. Câmera Frontal: não inferior a 5MP

4.1.15. Bateria: não inferior a 6000 mAh

4.2. A medição do serviço em questão se dará pela quantidade de smartphones disponibilizados, pelo valor unitário contratado;

5. LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS TÉRMICAS DE CONEXÃO WIFI OU BLUETOOTH PARA IMPRESSÃO DOS DOCUMENTOS ORIUNDOS DO REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TRANSPORTE, TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, RETENÇÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS E DOCUMENTOS.

5.1. O serviço em questão será composto pela disponibilização de impressora térmica e bobina para impressão sobre as expensas da contratada que permitirá a emissão dos autos de infração, guias de recolhimento de documentos e boletins de acidente de trânsito os quais os agentes de trânsito necessitem de sua impressão no momento da fiscalização.

5.2. Deverá ser disponibilizada impressora térmica com conexão via bluetooth ou wifi, que permita a integração com o smartphone disponibilizado, no intuito de garantir que o processo de impressão quando necessário possa ser realizado em campo;

5.3. Deverá dispor a impressora já configurada em padrão para a impressão dos documentos em acordo com as Resoluções e Portarias do Código de Trânsito Brasileiro;

5.4. Quanto às características de mínimas de hardware deverá:

5.4.1. Resolução mínima: 203dpi (8 dots/mm);

5.4.2. Largura de impressão de 48 mm (bobina de cartão de crédito);

5.4.3. Velocidade de impressão: não inferior a 90 mm por segundo;

5.4.4. Método de impressão térmico direto (dispensa o uso de tinta);

5.4.5. Alimentação por bateria do tipo Lítio (recarregável);

5.4.6. Bateria: não inferior 1200mAh/7.4V

5.4.7. Peso: não superior a 300 gramas

5.4.8. Comunicação por bluetooth ou Wi-Fi.

5.4.9. Visor LCD ou luz de led com indicação de falta de papel, status de funcionamento, capacidade de bateria, carregador conectado e configurações.

5.4.10. Certificação IP: IP-54

5.4.11. Proteção contra quedas de até 1,5m

5.4.12. Homologação na ANATEL

5.5. Os equipamentos disponibilizados terão como responsáveis por sua guarda a SEMOB/JP, ficando o mesmo de devolvê-los ao término do contrato;

5.6. A medição do serviço em questão se dará pela quantidade de impressoras disponibilizadas, pelo valor unitário contratado;

6. LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO) PARA SISTEMA DE GERENCIAMENTO WEB DE OPERAÇÕES DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, SEGURANÇA PÚBLICA E VIDEOMONITORAMENTO

6.1. O sistema consultará o auto de infração de trânsito: por intervalo de tempo, por Agente selecionado, por Infração selecionada, por aparelho selecionado, por competência; por logradouro, por situação do preenchimento, por situação do processamento, por número identificador do AIT, por placa de veículo autuado, por tipo de veículo autuado e por tipo de Consultará de boletim de acidente de trânsito.

6.2. Consultará de formulários de recolhido.

6.3. Consultará de veículos recolhidos.

6.4. Gerenciamento de infrações.

6.5. Exibirá relatórios por tipo de abordagem: sem abordagem, com abordagem ou por videomonitoramento;

6.6. Possuirá relatórios por valores estimados de cada infração, por agente por série letra, por competência,
Exibirá relatórios de acompanhamento de AIT em tempo real;

6.7. Possibilitará acesso restritos a cada usuário, estabelecendo níveis de acesso estabelecidos pelo contratante.

6.8. Permitirá que os relatórios ou consultas sejam exportados para várias extensões :Excel, CSV e PDF;

6.9. Exibirá painel gráfico com indicadores dos dados do sistema;

6.10. Possibilitará cadastro de novos Agentes a partir do Sistema Web;

6.11. Permitirá o gerenciamento de escalas dos agentes cadastrados;

- 6.12. Possibilitará a visualização de informações de AIT com imagens, caso exista;
- 6.13. Realizará o controle e gerenciamento dos aparelhos utilizados;
- 6.14. Permitirá a visualização através de mapa dos aparelhos;
- 6.15. Possibilitará o gerenciamento de cerca virtual, onde é possível delimitar área de uso do aparelho;
- 6.16. Permitirá o cancelamento do AIT com devida justificativa para usuários com permissão;
- 6.17. Possibilitará a visualização de informações de veículos recolhidos;
- 6.18. Possibilitará a visualização de informações de formulários recolhidos;
- 6.19. Permitirá a análise de AIT através de critérios;
- 6.20. Realizará o cadastro de beneficiários estabelecidos pelo contratante;
- 6.21. Consultará informações de beneficiários através do nome ou CPF cadastrado;
- 6.22. Realizará cadastro de Endereços para uso no aplicativo;
- 6.23. Realizará o gerenciamento dos endereços;
- 6.24. Realizará gerenciamento de observações cadastrados
- 6.25. Realizará o cadastro de observações de infrações para uso no aplicativo;
- 6.26. Realizará o cadastro de equipamentos de medição
- 6.27. Realizará o cadastro e gerenciamento de equipamentos de medição
- 6.28. Realizará o cadastro e gerenciamento de medidas administrativas;
- 6.29. Consulta de auto de infração de trânsito
- 6.30. Consulta de boletim de acidente de trânsito
- 6.31. Deverá apresentar relatórios dos termos (recolhimento de veículo, CNH, CRLV e Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora) recebidos pelo sistema, contendo todos os dados coletados: código do termo, data da recepção, dados do condutor/infrator, dados do veículo, dados da infração e dados do termo.

- 6.32. Deverá imprimir o Auto de Infração no formato PDF.
- 6.33. Registro de log de erros.
- 6.34. Deverá possuir integração com bases de mapas.
- 6.35. Autenticar o aparelho no sistema através no número IMEI do aparelho.
- 6.36. Deverá possuir comunicação segura, através do protocolo HTTPS, com o aparelho.
- 6.37. Deverá possuir cadastro de agentes pelo nome, e-mail e número de matrícula.
- 6.38. Deverá possuir cadastro de administradores do sistema com login, senha, nome, endereço, número de matrícula.
- 6.39. Deverá possuir níveis de controle de acesso de usuários ao sistema, controlando o acesso ao gerenciamento de relatórios, gestão de infrações e estatísticas gerais.
- 6.40. Possuir geração dinâmica de formulários eletrônicos com atualização automática no software embarcado do sistema.
- 6.41. Deverá possuir filtros para apresentação de relatórios gráficos das infrações registradas no sistema.
- 6.42. Permitir que o administrador configure a área de trabalho corrente de cada agente de trânsito, associando o agente a área de um polígono desenhado sobre a base de mapas.
- 6.43. Deverá permitir a geração de relatórios customizados em formato .PDF, a partir de filtros das infrações registradas pela CNH, endereço e período da busca.
- 6.44. Deve ser capaz de informar em tempo real quais agentes estão logados no sistema;
- 6.45. Deve ser capaz de informar a faixa códigos de autos de infração distribuídos para cada aparelho e a quantidade de autos de infração lavrados no aparelho.
- 6.46. Deverá ser capaz de gerenciar solicitações de cancelamento de infrações realizadas por agentes autuadores. O gestor do sistema, poderá aprovar ou declinar a solicitação de cancelamento.
- 6.47. A solução oferecer um painel centralizado que possibilite o monitoramento

de acessos e a gestão de usuários em tempo real com interface que apresente gráficos, indicadores e alertas configuráveis para uma visão abrangente do desempenho do sistema;

6.48. O design intuitivo facilitar a compreensão e a navegação, permitindo que os gestores tomem decisões com base em dados precisos;
Todos os acessos e eventos ficam registrados em uma plataforma de monitoramento, onde será realizado:

6.48.1. Cadastro e gestão de usuários;

6.48.2. Geração de relatórios detalhados em xls, pdf e csv;

6.48.3. Painéis de controle (dashboards) personalizados;

6.48.4. Monitoramento em tempo real para maior segurança e controle.

6.49. Garantir a sincronização dos dados em tempo real entre os módulos de acesso, permitindo atualizações imediatas em caso de alterações, assegurando que os gestores sempre tenham acesso a informações precisas e atualizadas;

6.50. Integrar métodos de autenticação com login e senha, ampliando a segurança operacional e definições de níveis de acessos: gestor e operador;

6.51. A solução deve integrar-se com aplicativo Waze de navegação GPS, deverá ser possível monitorar apenas o perímetro pré configurado.

6.52. O sistema deverá receber as informações em tempo real sobre o trânsito e as condições das estradas podendo assim ser utilizada a sua abordagem colaborativa, onde os usuários contribuem com dados em tempo real, para a área que está sendo monitorada. Cada registro efetuado pelo usuário da plataforma waze deve ser gravado automaticamente na base local gerando um novo registro de ocorrência identificado por protocolo único e classificado por tipo. (buraco na via, acidente na via, obras na via). Essas informações devem ser exibidas em mapa.

6.53. A solução integrar-se com bases de dados externas, permitindo a verificação em tempo real de restrições e antecedentes, assegurando que cadastros potencialmente suspeitos sejam identificados e bloqueados imediatamente, reforçando a segurança;

6.54. Dispor de solução que permita a análise e criação de painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento e indicadores de controle para o órgão;

6.55. Permitir consultas dinâmicas, relacionadas aos fatos identificados em

acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações;

6.56. O sistema deverá suportar a sincronização automática dos cadastros entre o APP e o sistema WEB, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas, reduzindo discrepâncias e assegurando que todos os pontos de acesso operem com os dados mais recentes;

6.57. Possibilitar a geração de relatórios com gráficos em nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas facilitando e dando agilidade em todo o processo de análise e tomada de decisão do órgão;

6.58. Possibilitará no sistema gestão de ocorrências de trânsito e segurança pública na web:

6.59. Cadastro de Ocorrências: formulário completo para inclusão de dados básicos: título, descrição, tipo, prioridade e anexos (fotos, documentos); campos para data/hora prevista e localização inicial da ocorrência (endereço geográfico ou coordenadas GPS).

6.60. Gerenciamento de Agentes: registro de agentes com dados pessoais, contato, status (“disponível”, “em atendimento”, “indisponível”) e área de atuação definida; painel de distribuição automática ou manual de ocorrências, com filtro por proximidade e carga de trabalho.

6.61. Vinculação e Acompanhamento: tela de alocação de ocorrências a agentes, com visualização de mapa interativo (Google Maps ou OpenStreetMap e outros), exibindo a localização atual de cada agente e das ocorrências pendentes; dashboard de status (pendente, em andamento, recusada, concluída) com indicadores em tempo real e opção de reatribuição.

6.62. Notificações e Feedback: recebimento de justificativas de recusa pelos agentes, com campo de texto livre, automaticamente associado à ocorrência para revisão central; alertas para gestores quando uma ocorrência ultrapassar prazo de atendimento ou for recusada por mais de um agente.

6.63. Relatórios Administrativos: Geração de relatórios customizáveis sobre:

6.63.1. Número de ocorrências por área geográfica, tipo e período;

6.63.2. Tempo médio de resposta e conclusão por agente;

6.63.3. Taxa de recusa e principais justificativas;

6.63.4. Carga de trabalho e eficiência individual e de equipes.

6.64. Exportação para PDF, XLS e integração via API REST para sistemas de

Possibilitará acesso restritos a cada usuário, estabelecendo níveis de acesso estabelecidos pelo contratante.

6.65. Permitirá que os relatórios ou consultas sejam exportados para várias extensões :Excel, CSV e PDF;

6.66. Exibirá painel gráfico com indicadores dos dados do sistema;

6.67. Possibilitará cadastro de novos usuários a partir do Sistema Web;

6.68. Realizará o controle e gerenciamento dos aparelhos utilizados;

6.69. Possibilitará o gerenciamento de cerca virtual, onde é possível delimitar área de uso do aparelho;

6.70. Realizará o cadastro de beneficiários estabelecidos pelo contratante;

6.71. Registro de log de erros.

6.72. Autenticar o aparelho no sistema através no número IMEI do aparelho.

6.73. Deverá possuir comunicação segura, através do protocolo HTTPS, com o aparelho.

6.74. Deverá possuir cadastro de usuários pelo nome, e-mail e número de matrícula.

6.75. Deverá possuir cadastro de administradores do sistema com login, senha, nome, endereço, número de matrícula.

6.76. Deverá possuir níveis de controle de acesso de usuários ao sistema, controlando o acesso ao gerenciamento de relatórios, gestão de infrações e estatísticas gerais.

6.77. Possuir geração dinâmica de formulários eletrônicos com atualização automática no software embarcado do sistema.

6.78. Deverá possuir filtros para apresentação de relatórios gráficos das infrações registradas no sistema.

6.79. Permitir que o administrador configure a área de trabalho corrente de cada agente de trânsito, associando o agente a área de um polígono desenhado sobre a base de mapas.

6.80. Deve ser capaz de informar em tempo real quais usuários estão logados no sistema;

6.81. Possibilitará que o sistema de gestão de ocorrências:

- 6.82. Deverá dispor de uma numeração de identificação de cada ocorrência já cadastrada e/ou em andamento.
- 6.83. Deverá possuir mecanismo de seleção do tipo da ocorrência para facilitar e agilizar o preenchimento da ocorrência.
- 6.84. Deverá dispor de campo para preenchimento de narrativa do solicitante sem limitação de caracteres como narrativa complementar.
- 6.85. Deverá dispor de campo para preenchimento de narrativa do agente sem limitação de caracteres como narrativa complementar.
- 6.86. Deverá dispor campo para preenchimento de logradouro.
- 6.87. Deverá dispor mecanismo de seleção de bairros.
- 6.88. Deverá dispor de cadastro rápido de bairros e/ou comunidades específicas.
- 6.89. Dispor de campo para preenchimento do ponto de referência.
- 6.90. Deverá dispor mecanismos de validação de campos essenciais para o preenchimento da ocorrência.
- 6.91. Possibilitar o cadastro do solicitante da ocorrência anonimamente e/ou por nome e/ou por documentos como CPF, RG e telefone.
- 6.92. Deverá dispor de mecanismo de seleção para designação de agentes responsáveis pela ocorrência.
- 6.93. Deverá dispor de mecanismo de seleção para designação de agentes responsáveis pela ocorrência.
- 6.94. Deverá permitir a adição de narrativas adicionais dos agentes envolvidos somente durante o andamento em aberto da ocorrência.
- 6.95. Deverá armazenar e exibir o histórico de narrativas por ocorrência seja solicitante ou usuário.
- 6.96. Deverá permitir a designação de novos agentes somente durante a abertura ou com andamento em aberto da ocorrência.
- 6.97. Deverá possuir a possibilidade de alterar o status de ocorrência para finalizado com sucesso, finalizado com restrição ou cancelado.
- 6.98. Deverá restringir todo e qualquer tipo de alteração dos campos preenchidos com as informações do solicitante após a finalização da

ocorrência.

6.99. Deverá possibilitar o download da ocorrência em arquivo no formato PDF contendo todas as informações que foram inseridas na ocorrência.

6.100. Deverá dispor de campo para preenchimento de observação final ao finalizar a ocorrência

6.101. Deverá dispor de consultas das ocorrências com filtro por período, agente, status e por bairro.

6.102. Possibilitará que o sistema de gestão de plantão:

6.103. Deverá possuir interface amigável e intuitiva, dispondo de acesso a todas as páginas de cadastro de forma que a usabilidade seja adequadamente fácil;

6.104. Deverá disponibilizar o cadastro prévio de viaturas contendo todos os dados pertinentes para a identificação dos respectivos veículos tais como prefixo da viatura, placa, tipo de veículo, marca e modelo.

6.105. Deverá permitir o gerenciamento completo de todas as viaturas cadastradas no sistema.

6.106. Deverá possuir campos didáticos com calendários virtuais para identificar e registrar a data e hora de cada plantão cadastrado.

6.107. Deverá permitir a designação de supervisores do plantão diário usando um mecanismo de seleção em lista de fácil identificação e leitura.

6.108. Deverá dispor de um campo para status do plantão, tais como em aberto, cancelado ou finalizado.

6.109. Deverá permitir a inserção e gerenciamento de agentes responsáveis pelo plantão juntamente com suas respectivas escalas de horários, início e término.

6.110. Disporá de opção de permuta para associar horas extras e possíveis trocas de agentes já incluídos no plantão e/ou identificar de forma automática a quantidade de horas extras individualmente.

6.111. Deverá dispor de uma lista e histórico dos agentes inseridos contendo a identificação do agente por nome de guerra, matrícula funcional e indicador de horas extras se existir.

6.112. Dispor de identificadores de permuta, agentes acionados ou supervisores responsáveis na lista e no histórico de agentes já inseridos.

6.113. Deverá utilizar a lista de veículos previamente cadastrados ao sistema em mecanismo de seleção em lista contendo a placa da viatura para fácil visualização.

6.114. Deverá dispor de cadastro de rádio HT por viatura cadastrada.

6.115. Deverá possuir campos para inserção da quilometragem inicial, quilometragem final e a quilometragem de abastecimento do veículo durante o plantão.

6.116. Deverá dispor de uma lista e histórico dos veículos inseridos contendo todas as informações do veículo.

6.118. Deverá permitir a indicação de um motorista em mecanismo de seleção em lista somente dos agentes já inseridos no plantão, a indicação do motorista deve ser respectivamente do veículo a ser cadastrado.

6.119. Deverá permitir a indicação de patrulheiros, ou seja, os agentes que irão realizar o acompanhamento com a viatura juntamente do motorista.

6.120. Deverá permitir a inserção de ocorrências, apenas ocorrências que foram cadastradas dentro do período do plantão.

6.121. Deverá conter um bloqueio de acesso para alterações que compete apenas ao supervisor designado, dessa forma, somente o supervisor poderá encerrar e/o editar o plantão.

6.122. Deverá dispor de uma auditoria de fácil acesso, em um botão, contendo todos os eventos respectivos ao plantão, tais como data e hora e usuário que realizou o cadastro, exclusão, edição ou cancelamento.

6.123. Deverá possibilitar o download do plantão em arquivo no formato PDF contendo todas as informações que foram inseridas no plantão.

6.124. Permitir o registro, a classificação do tipo, natureza e origem da ocorrência, possibilitando a configuração de diferentes ocorrências e a parametrização de prioridade para que o processo de atendimento e operação possa ser tabulado em acordo com a gravidade e tempo de abertura;

6.125. Deverá permitir a parametrização do tempo e criação de sla's de atendimento, em acordo com a prioridade e urgência dada a classificação do registro e o tempo de espera de atendimento, permitindo que a automatização do processo possa ajudar no processo de decisão da equipe de monitoramento.

6.126. Deverá permitir que áreas, departamentos, usuários e órgão devem ser parametrizados e configurados na solução, possibilitando assim uma fluidez e melhor organização dentro do processo de análise e atendimento da

ocorrência;

6.127. A solução deverá permitir a parametrização do organograma funcional, permitindo que o controle das ocorrências e demandas possam ser registradas e encaminhadas por disparo manual ou de maneira automatizada em caso de necessidade, possibilitando assim mitigar ainda mais o tempo de atendimento a demandas específicas que se qualifiquem a essa função automatizada;

6.128. Todas as ocorrências registradas deverão seguir para uma fase de análise que poderá ser realizada pela equipe de abertura ou um birô de análise e crise, onde após a análise (que poderá ser automatizada ou não) serão geradas demandas de atendimento para todos os envolvidos no processo.

6.129. A solução deverá possibilitar o protocolo de ocorrências oriundas do processo de fiscalização e averiguações das mais diversas origens, controlando e qualificando essa interação, no mínimo por:

6.129.1. Cidadão – Identificado

6.129.2. Cidadão – Anônimo

6.129.3. Operador em campo

6.129.4. Via Rádio

6.129.5. Via Ofício

6.129.6. Dentre outros

6.130. A solução deverá possibilitar que a partir do registro e análise da ocorrência registrada, os responsáveis pela análise possam gerar e encaminhar demandas administrativas inclusive com despachos, documentos e informações complementares para atendimento da ocorrência para as mais diversas áreas integradas, fazendo assim que todos os envolvidos no processo de operação tenham sua atividade devidamente registrada e acompanhada;

6.131. Deverá permitir que o gerenciamento do tempo e acionamento para ocorrências e demandas, sejam processadas a partir da configuração e parametrização desses critérios de urgência, garantindo assim que a equipe multidisciplinar foque nos atendimentos e acionamentos a serem realizados em acordo com a escala definida pela solução;

6.132. Em caso de identificação de atendimentos que seguem o referido padrão por parte dos atores, setores e departamentos, o sistema deverá disponibilizar de mecanismos de configuração de fluxo automatizado, controlando inclusive o tempo previsto e esperado de atendimento em cada setor e atividade de forma separada e automatizada.

6.133. Deverá ainda controlar de forma parametrizável se a demanda não atendida dentro do prazo definido gerará alerta ao nível superior e ou deverá ser encaminhada para algum setor de contingência.

6.134. Deverá dispor de ferramenta e informações relacionadas a possíveis gargalos de atendimento que gerem algum atraso no atendimento, possibilitando que a gestão possa atuar a fim de mitigar quaisquer dificuldades apresentadas no processo de operação.

6.135. A ferramenta deverá a partir da criação de um banco de dados robusto e confiável, aplicar mecanismos de análise dos comportamentos e interações, sejam através de Inteligência Artificial ou outros mecanismos que permitam identificar padrões e projetar cenários que irão ajudar em um melhor preparo dos envolvidos no processo de fiscalização e monitoramento.

6.136. A solução deverá levar em constante consideração e de maneira automatizada a eficiência dos serviços e atendimentos a serem realizados a partir das ocorrências registradas, procurando dispor de inteligência embarcada para levar em consideração critérios de economicidade e praticidade, ou seja, deverá disponibilizar de mecanismos que calculem a melhor forma de atender determinada ocorrência e demanda a fim de como resultado permitir um ganho econômico e de tempo nos atendimentos realizados;

6.137. As demandas poderão ser direcionadas a pessoas específicas, setores ou órgãos, permitindo assim que todos saibam de sua responsabilidade perante o atendimento da ocorrência registrada;

6.138. A solução deverá controlar todo o log de segurança e utilização da ferramenta, permitindo inclusive que mesmo se o usuário não iniciar o atendimento ou der ciência do referido, o registro de qualquer ação seja sequer de visualização seja devidamente guardado para futuras auditorias;

6.139. Todos os envolvidos no processo de atendimento terão a visão das ocorrências e demandas que estão sendo realizadas para atendimento, contudo as demandas só poderão sofrer qualquer tipo de alteração por intermédio de seus responsáveis devidamente vinculados e/ou por administrador devidamente identificado;

6.140. A solução deverá permitir que o fechamento da ocorrência só venha a ser possível quando todas as demandas forem devidamente finalizadas, garantindo assim que todas as partes envolvidas no processo interajam com o atendimento;

6.141. A ferramenta deverá permitir a integração via a API'S a qualquer instituição a fim de que o procedimento possa ser devidamente integrado e que as informações necessárias possam ser registradas e finalizadas em quantas bases de dados forem necessárias. Esse procedimento visa a integração entre os mais diversos órgãos participantes do processo de atendimento para que

tenhamos um critério fundamental da via de mão dupla, onde tanto poderemos fornecer as informações aos parceiros conveniados como poderemos consumir informações vitais para funcionalidade do serviço;

6.142. A ferramenta deverá disponibilizar de mecanismos de inteligência que permita a parametrização do formato de acionamento de maneira automatizada, ou seja, que permita um padrão de customização onde o usuário ao início de sua jornada de trabalho evidencie quais os parâmetros de análise e acionamento da equipe e operadores em campo, sendo alguns:

6.142.1. Operador específico

6.142.2. Operador livre

6.142.3. Operador mais próximo do local da ocorrência;

6.142.4. Operador livre mais próximo da ocorrência;

6.142.5. Equipe específica

6.142.6. Equipe mais próxima do local da ocorrência;

6.142.7. Equipe livre mais próxima da ocorrência;

6.143. A solução deverá possibilitar a criação de diferentes cenários de atuação a análise dos requisitos, podendo gerar cenários de plantões onde a equipe é reduzida, por dias da semana, por turnos, dentre outros que julgarem necessário a fim de adequar a capacidade de atendimento ao modelo de monitoramento e controle das demandas, afinando assim ainda mais o algoritmo de apoio a gestão das atividades.

6.144. A solução deverá possibilitar o registro de todos os insumos presentes e disponíveis para atendimento, enriquecendo e controlando assim a utilização dos mesmos no processo de monitoramento e atendimento das ocorrências, controlando no mínimo:

6.144.1. Operadores em escala

6.144.2. Veículos disponíveis

6.144.3. Materiais disponíveis (cones, fitas, impressoras)

6.145. A solução deverá possibilitar integração com as mais diferentes bases a partir da implantação de protocolos de comunicação como web-services, possibilitando que consultas dinâmicas possam ser realizadas na central e em equipamentos dos operadores, como uma placa de carro, CPF e outras julgadas necessárias possam ser implementadas e utilizadas em acordo com os convênios e acesso da entidade;

6.146. Além de informações relacionadas e específicas a ocorrência registrada a solução deverá possibilitar tanto na central quando no app do operador a inclusão de fotos, vídeos e registros complementares que possam ser utilizados no processo de atendimento;

6.147. A solução deverá permitir um controle e unificação de todas as ocorrências que sejam relacionadas a uma inicial, entendendo de maneira automática que através de similaridades nas informações repassadas no momento da abertura da ocorrência, as mesmas se tratam de uma ocorrência única, permitindo assim que a ocorrência aberta seja anexada a título de histórico, composição de prioridade, contudo tendo como documentação e estatística a primeira ocorrência registrada tida como principal;

6.148. A solução deverá apresentar nas telas onde for utilizada, alertas visuais e sonoros que facilitem a partir da abertura da ocorrência a visualização da sala de monitoramento, controle e ação, fazendo assim com que a tomada de decisão seja facilitada, mitigando o máximo os gargalos de atendimentos;

6.149. A solução deverá possibilitar ainda que a partir de análises da equipe de atendimento ou por processo automatizado, as ocorrências tenham sua prioridade alterada em acordo com o tempo de espera, grau de abrangência ou por necessidade da equipe de atendimento;

6.150. A ferramenta deverá disponibilizar de mecanismo de segurança e controle que gerencie e monitore a chegada do operador/equipe até a ocorrência, possibilitando ainda o início de atendimento automatizado, nos casos onde o referido não tenha registrado por algum motivo sua chegada ao local. Esse controle poderá se dá através da delimitação e controle de raio do operador/equipe em relação à ocorrência registrada;

6.151. A ferramenta de apoio deverá disponibilizar de integrações com APIS de georreferenciamento para garantir o menor percurso possível para atendimento da ocorrência registrada.

6.152. As ocorrências poderão ser visualizadas em formato de lista pelos usuários a partir de consultas de sua condição (situação), local, equipe ou operador em atendimento, regime de urgência e outros filtros julgados necessários, devendo ainda haver uma representação via mapa georreferenciando os pontos de monitoramento a partir dos filtros pretendidos;

6.153. Em mapa de monitoramento poderão ser criadas e particionadas diferentes visões de atuação e monitoramento, aumentando assim a facilidade de acompanhamento e operação. Tais visões deverão ser cadastradas como filtros predefinidos e aplicados em acordo com a necessidade operacional apresentada.

6.154. O mapa de monitoramento deve apresentar um croqui delimitado da

cidade, bairro ou perímetros predefinidos e deverá disponibilizar de alertas e indicativos claros e intuitivos que facilitem o processo de visualização e planejamento da equipe externa para atendimento, acompanhamento ou direcionamento do registro;

6.155. A solução deverá disponibilizar de função de segurança e monitoramento de operadores, onde através da definição de perímetros e associação de operadores ao referidos, possam ser gerados alertas de movimentação fora da zona de atuação dos mesmos, o que pode evidenciar algum problema no processo de operação. Para os casos em questão serão emitidos alertas sonoros e notificações tanto para a central, quanto para o app do operador, que poderá motivar se necessário sua saída de perímetro.

6.156. Deverá ainda dispor de mecanismos que facilitem o processo de tomada de decisão e ou registro da mesma, exemplo, possibilitando que ao ato de abertura de um registro o sistema consiga validar se existem equipes disponíveis para atendimento em um raio mínimo de distância e que estejam aptos a atender, podendo esse procedimento ser automatizado através de parametrização ou em acordo com a demanda realizado de maneira manual;

6.157. A solução deverá integrar quando possível toda a parte de veículos e equipamentos entregues aos operadores para que as informações de sua localização e situação possam ser colocadas em mapa de monitoramento e seus status serem tratados no ato de vinculação de equipes ao processo operacional. As informações em questão deverão ainda constar no processo de análise de atendimento da ocorrência, onde a partir do tipo de ocorrência qualquer equipamento de relevância seja um critério de acionamento, pois pode de forma direta ajudar no sucesso do atendimento;

6.158. A solução deve possibilitar a geração de diferentes escalas e estruturação de operações que possibilitem planejamento, monitoramento, execução em ajustes nas escalas de trabalho e operações realizadas, controlando desde a presença ativa do operador/equipe, quanto os horários e materiais utilizados nas atividades;

6.159. A solução deverá possibilitar a criação de campanhas temporais, onde poderão determinar perímetros de atuação, operadores e equipes envolvidos, materiais necessários e as demandas a serem realizadas. Deverá ainda permitir a parametrização se necessário da realização de tais atividades e campanhas para os casos em que as mesmas aconteçam de tempos em tempos, facilitando assim o processo de operacionalização das atividades;

6.160. Para o caso de operações de fiscalização a solução deverá permitir a criação de croquis com perímetro da operação, metas a serem atingidas (quantidade de abordagens, retenções, mortes,), além da inserção de equipes e materiais a serem utilizados visando um controle e monitoramento facilitado dos recursos;

6.161. Deverá ser disponibilizada uma visualização virtual em mapa retratando o município, onde poderão ser criadas de maneira prática e dinâmica visões de monitoramento dos recursos, podendo a equipe de monitoramento optar por critérios de visualização que melhor lhe convieram e que serão incorporados ao modelo de mapa disponibilizado, sendo possíveis critérios como:

6.161.1. Visualização e monitoramento de ocorrência por situação;

6.161.2. Visualização de ocorrências no período;

6.161.3. Visualização de ocorrências por gravidade;

6.161.4. Visualização e monitoramento de viatura;

6.161.5. Visualização de equipe específica;

6.161.6. Visualização de operador específico;

6.161.7. Visualização de operação de fiscalização;

6.161.8. Visualização de pedido de apoio;

6.162. A solução deverá disponibilizar ainda de mecanismos que permitam o rastreio das atividades realizadas por determinado operador/equipe, dispondo de informações a partir do ponto de vista de uma ocorrência específica ou levando em consideração a linha de tempo escolhida, contudo para ambos, as informações como caminho percorrido, ocorrências vinculadas e quaisquer outras ações rastreáveis na ferramenta deverão ser disponibilizadas em formato de consulta e relatórios impressos;

6.163. A solução deverá ainda possibilitar um fechamento de informações a partir de critérios parametrizáveis, gerando um relatório indicativo da operação a partir de alguns parâmetros específicos, como:

6.163.1. Por operador

6.163.2. Por período

6.163.3. Por operação de fiscalização

6.163.4. Por célula de trabalho

6.163.5. Por tipo de ocorrência

6.163.6. Por situação de atendimento

6.164. Solução de apoio a geração de indicadores e estatísticas na gestão de ocorrências de trânsito e segurança pública:

6.165. Deverá dispor de solução que permita a análise e criação de painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento e indicadores de controle para o órgão;

6.166. Deverá permitir consultas dinâmicas, relacionadas aos fatos identificados em acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações;

6.167. Deverá possibilitar a geração de relatórios com gráficos operacionais a nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas facilitando e dando agilidade em todo o processo de análise e tomada de decisão do órgão;

6.168. Deverá dispor de serviço de levantamento e diagnósticos de diferentes bases dados, possibilitando a criação e geração de modelos multidimensionais e de diferentes granularidades, que permitam análise e criação de diferentes cenários de operação e comportamentos.

6.169. A solução deverá permitir que a partir da criação dos modelos baseado nas análises realizadas, possam ser gerados painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e as ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento, gatilho de ações e indicadores de controle para o órgão nortear suas ações;

6.170. Deverá possibilitar consultas dinâmicas e estruturais, relacionadas aos fatos identificados em acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações, possibilitando diferentes tabulações em acordo com a necessidade do gestor, seja a nível estratégico, tático ou operacional.

6.171. Deverá possibilitar a geração de relatórios com gráficos à nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas a todos os envolvidos, facilitando e dando transparência e agilidade em todo o processo de tomada de decisão;

6.172. Deverá disponibilizar de equipe multidisciplinar que despenda um mínimo de 40 (quarenta) horas mensais para acompanhamento e adaptação dos indicadores a necessidade do Órgão.

6.173. Deverá dispor de painéis virtuais de monitoramento para as equipes operacionais do órgão disponibilizando no mínimo as informações relacionadas às:

6.173.1. Ocorrências registradas por tipo;

- 6.173.2. Locais X índices de ocorrências;
- 6.173.3. Ocorrência X horários de registro;
- 6.173.4. Ocorrências por equipes;
- 6.173.5. Ocorrências pendentes por local;
- 6.173.6. Setores com maior tempo de atendimento.
- 6.173.7. Aplicação web do pré-ait
- 6.173.8. Possibilitar o anexo de duas imagens por registro, sendo:
 - a) Uma imagem ampla (visão geral do local); e
 - b) Uma imagem focada na placa do veículo.
- 6.174. Disponibilizar campo para consulta de veículo em base de dados fornecida pelo contratante.
- 6.175. Efetuar validação automática de placas fora do padrão estabelecido pelo CONTRAN.
- 6.176. Permitir o preenchimento manual dos dados do veículo, respeitando as características e formatação exigidas pelas normas do CONTRAN.
- 6.177. Validar as informações inseridas antes do salvamento definitivo na base de dados, garantindo consistência e integridade das informações.
 - 6.177.1. Disponibilizar lista de infrações específicas para uso no processo de registro da infração.
 - 6.177.2. Disponibilizar lista de observações pré-cadastrados, conforme o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), permitindo ainda a edição personalizada pelo agente.
 - 6.177.3. Disponibilizar lista de endereços pré-cadastrados, com catalogação por código do local, permitindo edição manual do endereço, quando necessário.
- 6.178. Controle e Gestão de Dados no pré-ait :
- 6.179. Catalogar e controlar o status do cometimento da infração, por meio de diferentes estados do processo.
- 6.180. Possuir módulo que garanta que o Pré-AIT seja enviado apenas ao

agente responsável por sua geração, assegurando controle de autoria e integridade da informação.

6.181. Incluir módulos de apoio para:

6.181.1. Gestão de infrações permitidas;

6.181.2. Gestão de endereços pré-cadastrados;

6.181.3. Gestão de observações pré-existentes.

6.182. Possibilitar consulta dos Pré-AITs existentes com filtros por:

6.182.1. Período, agente, situação, veículo.

6.183. Na visualização individual do pré-AIT, apresentar todas as informações preenchidas, incluindo anexos e observações.

6.184. Integração com o Sistema de Autos de Infração.

6.184.1. Permitir o direcionamento direto do Pré-AIT para geração manual do Auto de Infração, aproveitando os dados pré-preenchidos.

6.184.2. Gerar código único e imutável para cada Pré-AIT, garantindo sua vinculação ao Auto de Infração correspondente no momento da geração.

6.184.3. Assegurar a imutabilidade dos dados do Pré-AIT após seu envio e vinculação.

6.184.4. Assegurar a integração da imagem anexada ao Pré-AIT com o auto de infração gerado a partir dele.

7. LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO) PARA APOIO AO REGISTRO DE DEFESAS, RECURSOS E COMISSÕES E COLEGIADOS PARA O ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E RECURSOS IMPETRADOS AO ÓRGÃO.

7.1. Deverá disponibilizar uma ferramenta que permitirá ao órgão um acompanhamento de todas as etapas e procedimentos realizados, desde o ato de impetração de processo de trânsito e transporte ao órgão, até a efetiva comunicação ao usuário do julgamento realizado;
Deverá possibilitar a criação e configuração de diversas juntas e comissões para análise dos processos impetrados e de responsabilidade do Órgão;

7.2. Deverá possibilitar o registro e associação dos tipos de processo de competência de cada comissão e junta criada, permitindo assim de uma maneira dinâmica a estruturação de competências dos julgamentos a serem

realizados;

7.3. Deverá possibilitar o registro do membro da junta ou comissão, possibilitando ainda a identificação e associação do mesmo ao papel administrativo a ser exercido dentro da junta ou comissão;

7.4. Deverá possibilitar o cadastro de ementas de julgamento por comissão permitindo que possam ser criados modelos predefinidos a serem utilizados como molde para o despacho do julgamento;

7.5. Deverá possibilitar o julgamento dos processos impetrados ao Órgão de maneira inteiramente virtual, permitindo que o julgador munido de seu acesso possa:

7.6. Possa acompanhar os processos identificando sua competência;

7.7. Ter acesso a todos os documentos de maneira digital relacionados à infração de trânsito e transporte;

7.8. Associar parecer e dar despacho aos processos analisados;

7.9. Deverá possibilitar a abertura de diligência e o lançamento das atividades realizadas e documentos gerados para atender a mesma, permitindo assim que depois de atendido a demanda solicitada o processo seja liberado para nova avaliação;

7.10. Deverá dispor de rotina que controle a realização das reuniões a serem realizadas, possibilitando que sejam criados, agendados e acompanhados os processos que estão sendo analisados pelos relatores e demais envolvidos na referida reunião;

7.11. Deverá quando aplicável permitir a redistribuição de relatoria de processo em virtude da necessidade operacional monitorada pelo gestor da comissão ou junta;

7.12. Deverá permitir a inclusão de processos a reuniões a serem realizadas e durante a realização da mesma deverá possibilitar a secretaria da casa a retirada e inclusão de processos a pauta;

7.13. Após finalização da reunião deverá possibilitar a geração e posterior impressão se necessária da ata da reunião realizada, onde estarão listados os processos e assuntos tratados, permitindo assim a possibilidade do gestor coletar a assinatura dos presentes ou dispor de mecanismos que validem a assinatura dos mesmos de maneira virtual;

7.14. Deverá dispor de mecanismos de comunicação ao usuário que recorreu a infração, gerando e disponibilizando para consulta ou enviando carta em acordo com a necessidade operacional do órgão informando o resultado da

avaliação realizada;

7.15. Deverá permitir quando aplicável e mediante a necessidade do administrador das comissões a possibilidade de listagem e nova confirmação dos pareceres dados, possibilitando assim que o mesmo possa auditar e acompanhar as atividades realizadas pelos membros de sua comissão;

7.16. Deverá apresentar rotina de geração de arquivos para atualização de informações relacionadas às atividades realizadas que precisem ser atualizadas junto as demais entidades pertencentes à administração do trânsito a âmbito municipal, estadual e nacional;

7.17. Deverá possibilitar o monitoramento de todos os processos impetrados ao órgão, permitindo aos gestores uma visualização tabular de todas as informações disponíveis e necessárias para o monitoramento dos processos e atividades realizadas, como:

- a) Processos impetrados por tipo e período
- b) Processos impetrados por comissão e período
- c) Processos impetrados por situação e período
- d) Processos julgados por período, tipo, comissão
- e) Processos em diligência
- f) Reuniões realizadas
- g) Atas de reuniões

7.18. O serviço em questão se qualificará a partir da implantação e disponibilização do sistema para uso por parte dos usuários;

8. LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO SOLUÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE REGISTRO, VISTORIA, LIBERAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PERMISSIONÁRIOS (MOTOTAXISTAS, TAXISTAS, ESCOLARES E OUTROS)

8.1. Deverá controlar de forma automatizada todas as etapas dos processos decorrentes do registro, vistoria, liberação e acompanhamento de permissionários (mototaxistas, taxistas, escolares e outros) e fiscalizados pelo órgão;

8.2. Deverá permitir a customização de diferentes permissionários do órgão, possibilitando assim que as atividades de registro avaliação e monitoramento possam ser realizadas inteiramente na aplicação;

8.3. Deverá possibilitar o registro do pedido de autorização do permissionário, possibilitando ainda a inclusão e manutenção dos documentos necessários ao processo de análise e liberação da autorização;

8.4. Deverá dispor de rotina para digitalizar e anexar os documentos aos registros, fazendo assim que todos os envolvidos no processo possam dispor das imagens e que o procedimento de análise e liberação possa ser realizado a partir da imagem digital;

8.5. Deverá dispor de rotina de aprovação de permissão, possibilitando que a autoridade competente avalie o pedido e documentação apresentada para aprovação ou desaprovação motivada do pedido realizado;

8.6. Deverá dispor de rotina com abertura de pendência e cancelamento de permissão, possibilitando que a informação seja atualizada e fique passível de validação em tempo real por parte dos agentes em campo;

8.7. Deverá possibilitar que os agentes visualizem os veículos que estão com alguma irregularidade de cadastro para que possam utilizar como informação complementar ao processo de fiscalização em campo;

8.8. Deverá dispor de rotina de agendamento de vistorias, possibilitando que o permissionário possa escolher entre as datas disponibilizadas pelo órgão o dia e horário que lhe for mais conveniente;

8.9. Deverá realizar vistoria dos veículos submetidos a inspeção veicular, contendo imagens de todos os ângulos do veículo e dados do veículo (placa, marca, modelo, cor, espécie, tipo e número da permissão) do permissionário (nome, CPF, identidade, endereço, data nascimento, telefone e dados da permissão e outros documentos necessários).

8.10. Deverá dispor de mecanismo de comunicação automatizada por grupo ou individualmente para que o órgão possa disseminar informativos e comunicados específicos aos permissionários;

8.11. Deverá possibilitar a customização, emissão e controle de compensação de taxas a serem cobradas no processo de registro e renovação de permissionários;

8.12. Deverá dispor de rotina que controle o processo de vistoria, seja através de realização de vistoria de maneira eletrônica seja pela inclusão do documento da vistoria realizada de forma manual;

8.13. Deverá dispor de mecanismo de controle de autenticidade da autorização liberada, para que o agente possa realizar a validação da mesma em campo quando julgar necessário;

8.14. Deverá dispor de informações operacionais relacionadas ao serviço, como:

- a) Quantidade de permissionários registrados, por tipo, situação
- b) Cronograma de vistorias por período
- c) Permissões emitidas por período
- d) Mapa de vencimento de permissões

8.15. O serviço em questão se qualificará a partir da implantação e disponibilização do sistema para uso por parte dos usuários;

9. ASSESSORIA TÉCNICA/OPERACIONAL, CUSTOMIZAÇÕES E APOIO AS ATIVIDADES DO ÓRGÃO.

9.1. Deverá possibilitar a contabilização de horas demandas para atender a demandas técnicas e operacionais do órgão, que estejam dentro do escopo do referido termo, como:

9.2. Adaptações relativas às soluções implementadas, assim como auditorias e correções de natureza técnica em virtude de erros nos procedimentos ou particularidades inerentes ao órgão;

9.3. Disponibilização de profissional treinado para realização de atividades de ordem operacional ou acompanhamento interno de atividades no órgão;

9.4. Reuniões de cunho técnico e gerencial que venham a ser solicitadas;

9.5. Implementação de novas rotinas de controle em acordo com a necessidade do órgão;

9.6. Realização de treinamentos adicionais após a implantação das soluções de natureza relevante ao processo de trânsito e fiscalização;

9.7. Treinamentos de sobre atualizações no CTB, MBFT e na legislação pertinente de trânsito e transporte

9.8. A medição do serviço em questão se dará pela quantidade horas devidamente solicitadas e autorizadas, pelo valor unitário contratado;

10. INFRAESTRUTURA DE DATACENTER

10.1. A infraestrutura necessária para o pleno funcionamento na execução e implantação software

10.2. A infraestrutura data center é composta por servidores de aplicação,

servidores de bancos de dados e servidores middleware a mais necessários para o pleno funcionamento da solução:

10.3. Quando a localização se der de forma ON PREMISE a infraestrutura será de responsabilidade da contratante, assim como, camada segurança, a estrutura de links de acesso, fornecimento de energia e mais qualquer outra necessidade requerida para o pleno funcionamento;

10.4. Quando a localização se forma em CLOUD a infraestrutura será de responsabilidade da contratada, sendo necessário a comprovação do nível de certificação do DATA CENTER em conformidade com no mínimo as diretrizes do TIER III ou ter um nível equivalente com essa base de certificação.

10.5. Todos os custos com infraestrutura incorrerão por conta da CONTRATADA.

10.6. A contratada deve demonstrar políticas mínimas de Backups de dados diários, em formato completos e incrementais.

10.7. A contratada é responsável pela segurança e salva guarda dos dados hospedados em sua infraestrutura e em conformidade com Lei Geral de Proteção de Manter a integração de medidas de segurança robustas minimizando riscos de intrusões e garantindo a integridade do ambiente operacional;

10.8. A centralização permitir a gestão unificada dos dados de acesso e monitoramento, facilitando a manutenção e o backup, utilizando servidores de alta performance assegurando resposta rápida e a integridade dos dados armazenados.

10.9. A infraestrutura suportará o fluxo de dados em tempo real, especialmente durante picos de acesso;

10.10. Ser equipado com ferramentas de gerenciamento remoto que permitam monitoramento e diagnóstico em tempo real, facilitando a identificação de problemas e a implementação de correções sem a necessidade de intervenção física;

10.11. Com a automação do diagnóstico reduzir o tempo de resposta e assegurar a continuidade dos serviços de monitoramento;

10.12. A solução ser dimensionada para suportar crescimento gradual, com possibilidade de expansão de servidores e armazenamento conforme o aumento da demanda.

10.13. Ter escalabilidade para garantir que o sistema continue performático referido com o aumento do número de acessos e cadastros, realizado com base em projeções e em análises históricas, garantindo investimentos

eficientes;

10.14. A solução fornecer relatórios detalhados e indicadores de desempenho que auxiliem na avaliação contínua da infraestrutura, permitindo a identificação de gargalos e a previsão de necessidades futuras de expansão ou manutenção;

10.15. Apresentar transparência nos dados operacionais, fundamental para a tomada de decisões estratégicas e para a otimização dos recursos do datacenter;

10.16. Contar com rotinas automáticas de backup, garantindo que os dados críticos sejam preservados e possam ser recuperados em caso de falhas;

10.17. A estratégia de backup incluir cópias locais e remotas, distribuindo o risco e aumentando a segurança dos dados;

10.18. A recuperação de dados ser ágil e testada periodicamente para confirmar a eficácia do processo;

10.19. A infraestrutura oferecer uma plataforma integrada que permita o acesso remoto seguro dos gestores, facilitando a administração do sistema, sendo esse acesso remoto protegido por autenticações fortes e protocolos de segurança, assegurando que apenas pessoal autorizado possa operar o ambiente;

10.20. Manter plataforma integrada centralizando todas as operações, contribuindo para uma gestão mais ágil e eficiente do datacenter.

Sanderson Cesário Duarte
Diretor de Operações

ANEXO II

DO TERMO DE REFERÊNCIA

DA PROVA DE CONCEITO

A prova de conceito é ferramenta indispensável em processos licitatórios com objetos complexos de inovações e tecnologia da informação, os quais necessitam de demonstração da viabilidade técnica e funcional da proposta apresentada pela licitante antes de sua efetiva contratação.

A realização da prova de conceito no objeto em questão visa resguardar o interesse público e traz segurança na redução de riscos e maior probabilidade de êxito na execução do objeto licitado.

Os itens aqui descritos são de natureza obrigatória e assim como os requisitos dos serviços deverão ser apresentados e estarem em conformidade para a aprovação e homologação do resultado da licitação.

A licitante tida como 1ª colocada, será convocada a fazer uma demonstração do(s) aplicativo(s) proposto(s) para execução dos serviços constantes neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação.

As licitantes só terão 1 (uma) única oportunidade para realizar a apresentação da solução.

Caso a demonstração da solução a ser contratada não atenda as especificações, requisitos técnicos e operacionalidades constantes do termo de referência e roteiro de prova, a licitante será desclassificada convocando-se a próxima colocada.

O local, o dia e a hora para a realização dos testes serão designados em sessão pública, ou outro meio de comunicação, previamente informado. Será

disponibilizado ainda aos licitantes o roteiro com toda a rotina e itens que deverão ser demonstrados e avaliados pela comissão de acompanhamento, previamente designada.



ROTEIRO DA PROVA DE CONCEITO

LOCAÇÃO DE LICENÇA DE APLICATIVO PARA REGISTRO DE AUTUAÇÕES DE TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (BOAT), FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTO (FRD), FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTO (FRV).

Requisitos da licença para aplicativo de registro de autuação de trânsito:

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	É homologado pelo SENATRAN em nome da licitante, conforme preceitua a Portaria nº 997, de 02 de agosto de 2022 e posteriores alterações;			
02	Rotina de registro de infração com fotografia(s) integrada à câmera do aparelho portátil;			
03	Rotina de registro de infração com vídeo e áudio integrado a câmera e microfone do aparelho portátil;			
04	A licitante oferece seu sistema em multiplataforma, sendo compatível com diversos sistemas operacionais, de modo a garantir a reposição de equipamentos mesmo em caso de descontinuação do equipamento e/ou do sistema operacional;			
05	O acesso ao sistema de registro de infrações e apoio ao trânsito segue padrões de segurança da informação, que permitam a identificação do agente autuador responsável pela lavratura do Auto de Infração, por meio de sua matrícula e senha de acesso.			
06	As tabelas referentes ao controle de acesso ao sistema são instaladas no equipamento, permitindo acesso off-line mesmo em áreas de sombra;			
07	O software para registro de infrações e apoio ao trânsito permite, que somente agentes autuadores, cadastrados para determinados equipamentos portáteis, tenham permissão de acesso ao sistema. Um agente autuador pode possuir acesso a mais de um equipamento portátil, desde que devidamente cadastrado e de acordo com as permissões atribuídas pelo operador do sistema no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito.			
08	O Software permite a consulta de veículos através da informação da placa ou chassi do veículo. Esta consulta pode ser realizada de forma off-line, de acordo com a base de dados de veículos instalada no próprio dispositivo móvel, ou, on-line, sendo realizada através de consulta via conexão GPRS ou similar, a base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito.			
09	Quando encontrado o registro referente ao veículo consultado, o sistema apresenta ao agente autuador, no mínimo, as seguintes informações: placa, chassi, país, município, cor, marca, categoria, modelo e espécie;			
10	Caso o veículo consultado possuir restrições, as mesmas são apresentadas ao agente autuador;			
11	O administrador do sistema, através do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, configura a emissão de alertas a serem emitidos ao agente autuador, no momento da consulta aos dados do veículo, para cada uma das restrições existentes;			
12	Durante o processo de autuação, caso o veículo consultado seja encontrado na base de dados do dispositivo móvel, ou, do Sistema Gerenciamento de Infrações de Trânsito, não é permitido ao agente autuador alterar qualquer informação dos dados do veículo;			
13	Durante a lavratura do auto de infração, caso o veículo consultado não seja encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco na base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, ou, não sendo possível a consulta, online, por falta de sinal GPRS ou similar			



	(área de sombra), o sistema permite ao agente autuador informar os dados do veículo, necessários a autuação.			
14	Não é permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos em legislação.			
15	Com o objetivo de diminuir a possibilidade de erros, quando do preenchimento dos dados pelo agente autuador, o software de autuação instalado no equipamento portátil é vinculado à marca do veículo infrator, informada pelo agente autuador, os modelos pertinentes, quando o sistema estar trabalhando off-line, ou, quando o veículo não for encontrado na base de dados do equipamento móvel, e tampouco, na base de dados do Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, disponibilizados pelo DETRAN/PB e CODATA.			
16	Após consultado os dados do veículo, na base de dados do equipamento portátil ou do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, é iniciado o processo de autuação, e o agente autuador não pode desistir do lançamento sem justificativa. O sistema deve registrar os dados do auto de infração, permitindo que mesmo em caso de falta de bateria, ou retirada da mesma, este registro seja enviado ao sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, para apuração da ocorrência por parte do operador do sistema.			
17	Identifica a localização da infração através da latitude e longitude informada pela antena de GPS do dispositivo móvel, sempre que houver sinal GPS disponível;			
18	Apresenta ao agente autuador o nome do logradouro e demais dados de localização, conforme latitude e longitude informada pela antena de GPS;			
19	Dispõe de consulta de logradouros cadastrados, permitindo a busca por parte da descrição;			
20	Possibilita, ao agente autuador, cadastrar um novo logradouro que ainda não consta na base de dados do equipamento portátil, ou do sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, necessário a lavratura do auto de infração, sendo este, transmitido ao sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, e, após validado o auto de infração, possibilita ao operador do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, validar a informação, e atualizar para os demais equipamentos portáteis, quando da sincronização da base de dados; .			
21	Permite ao agente autuador registrar informações complementares sobre o local da infração;			
22	Lista os logradouros com maior incidência de autuações, no respectivo equipamento portátil;			
23	Dispõe de mecanismos de consulta de infrações de trânsito, por enquadramento, artigo, descrição e palavras chaves cadastradas previamente no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito;			
24	Permite o registro de infrações aplicadas com o auxílio de equipamentos/aparelhos, que comprovem/registrem o cometimento de infração de trânsito, tais como radares			

	portáteis, decibelímetro, etilômetro;			
25	O sistema fornece ao agente atuador oportunamente, listagem de equipamentos (radares portáteis, decibelímetro, etilômetro) compatíveis com o enquadramento selecionado, previamente cadastrado no Software de Gerenciamento de Infrações de Trânsito. São apresentados no mínimo os dados de identificação do equipamento, sua marca/modelo a data de sua aferição além do vencimento da aferição;			
26	Dispõe de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data da infração no auto de infração;			
27	Define método de autenticação, online ou off-line;			
28	Dispõe de mecanismos que permita o bloqueio de sessão simultânea de usuário e possibilita autenticação off-line;			
29	Exibe em lista os autos de infração gerados, ordenados por data de início da lavratura, contendo número do auto de infração, placa do veículo, marca/modelo, código e artigo da infração, data, hora e matrícula do agente atuador;			
30	Permite visualizar o histórico de consulta de placas realizadas no aplicativo, contendo: placa, marca/ modelo, cor, data e hora, informações que poderão ser utilizadas pelo operador;			
31	Possibilita o cadastro prévio de endereços no aplicativo, onde o operador pode cadastrar todos os endereços que desejar e editá-los, para que no momento da lavratura do auto de infração essa informação possa ser utilizada de forma ágil e responsiva;			
32	O sistema permite a inclusão de fotos, sendo que essa pode vir da galeria do smartphone ou câmera tendo sua quantidade definida pelo órgão ou entidade.			
33	Possibilita a visualização e a situação de envio e preenchimento de cada auto através da lista de autos de infração;			
34	Possibilita a inclusão de imagens no auto de infração.			
35	Possibilita inclusão de assinatura virtualizada do condutor do veículo autuado no momento da lavratura do auto de infração na tela smartphone.			
36	Possuí campo para assinatura do agente da autoridade e do condutor quando o auto de infração for impresso.			
37	Possibilita a consulta de infrações por código, artigo ou descrição com ou sem conexão com a internet.			
38	Possibilita a consulta de marcas/modelos de veículos estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet.			
39	Possibilita a consulta de logradouros estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet			
40	Possibilita a consulta de dados do condutor por CPF no momento da lavratura do auto.			
41	Permite a consulta de modelos/padrões de observações pré-definidas pelo órgão por infração com ou sem conexão com a internet.			
42	Possibilita o preenchimento do auto de infração de acordo com tipo de abordagem estabelecida no Manual Brasileiro de			

	Fiscalização de Trânsito resolução 985/2022 e suas alterações.			
43	Dispõe de mecanismos que possibilite a utilização de faixas de auto de infração diferentes para cada tipo de auto de infração existente definido pelo órgão. Podendo cada faixa de auto de infração ser iniciar com uma letra diferente definida pelo órgão ou entidade de trânsito.			
44	Possibilita mecanismos de preenchimento ou consulta de equipamentos para preenchimento rápido, inserindo a medição, número do teste, marca/modelo do equipamento, serial do equipamento e data da última aferição do equipamento, caso a infração utilize medição com ou sem conexão com a internet.			
45	Permite mecanismo de impressão do auto de infração em pelo menos duas vias, permitindo também que o usuário reimprima quantas vias forem necessárias com ou sem acesso a conexão com a internet.			
46	Dispõe de mecanismo de confirmação para finalização do auto de infração, possibilitando checagem final das informações preenchidas antes de enviar o auto de infração ao servidor do órgão ou entidade de trânsito.			
47	Permite mecanismo de seleção do motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de trânsito e a inclusão de texto de justificativa para desistência de lavratura do auto de infração.			
48	Permite a transferência eletrônica dos dados à central de processamento.			
49	Permite o registro das informações no auto de infração de trânsito conforme prevê os requisitos formais do art. 280 da lei 9.503/97 do CTB e regulamentações posteriores do CONTRAN ou SENATRAN, a ser utilizado pela autoridade de trânsito ou por seus agentes para a lavratura do Auto de Infração.			
50	Garante que as informações cadastradas não sofram alterações após a lavratura do auto de infração de trânsito pelo agente da autoridade de trânsito.			
51	Permite a consulta do cadastro de veículos previamente disponibilizado pela CONTRATANTE.			
52	Atende integralmente o disposto nas Portarias nº 354/2022, 1230/2022, 1477/2022, 004/2023 e resoluções 217/06, 909/2022 e 985/2022 do CONTRAN com suas atualizações.			
53	Permite que quando o auto de infração seja de competência estadual, a possibilidade da inserção da foto do auto de infração impresso e que o mesmo seja transferido ao sistema de retaguarda.			
54	Permite o registro de Auto de Infrações não vinculadas ao veículo.			
55	Permite o registro de Auto de Infração de veículos nacionais e estrangeiros.			
56	Permite o registro de Auto de Infração com abordagem e sem abordagem ao condutor ou infrator.			
57	Permite mecanismo de seleção do registro do auto de infração a partir de lista: com abordagem, sem abordagem ou por videomonitoramento, devendo essa infração seguir os requisitos do manual brasileiro de infração, resolução 985/2022.			

58	Integra os dados do AIT lavrado com os recolhimentos de documentos, retenções ou remoções de veículos, com fito de dar maior agilidade nos preenchimentos desses formulários e na própria fiscalização.			
59	Dispõe de padrões de segurança da informação que permitam a identificação do agente autuador responsável pela lavratura do Auto de Infração, por meio de identificador único e senha, biometria ou assinatura digital.			
60	Dispõe de elementos de segurança que garantam a confiabilidade, fidelidade e integridade dos dados registrados e impeçam sua alteração após o término da lavratura do Auto de Infração.			
61	Recebe, de forma automática, sem interferência externa, numeração sequencial de autos de infração, estabelecida previamente pela autoridade de trânsito.			
62	Utiliza criptografia para os dados lidos, gravados e transmitidos;			
63	Armazena os Autos de Infração até a sua transmissão ao órgão ou entidade de trânsito.			
64	Exige que o agente de trânsito indique a finalização do preenchimento do Auto de Infração, para que um novo Auto de Infração possa ser preenchido, não podendo ser de forma automática ao final do preenchimento.			
65	Garante que iniciado o preenchimento do Auto de Infração, o seu cancelamento poderá ser solicitado à Autoridade de Trânsito, no próprio software, com a devida justificativa pré-definida pelo órgão.			
66	Possibilita a impressão dos dados do Auto de Infração deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth ou Wireless com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento;			
67	Permite a lavratura do auto de infração no padrão Mercosul, conforme estabelecido na resolução 729/2018 e 780/2019 do Contran e posteriores alterações.			
68	Garante que o Auto de Infração impresso deverá conter aviso que é obrigatória a presença do código RENAINF nas notificações, sob pena de invalidade da multa.			
69	Garante que o Auto de Infração permanecerá armazenado no equipamento, durante o dia em que foi registrada a infração, a fim de permitir a impressão, pelo equipamento, posterior a autuação			
70	Permite a geração e o envio por e-mail em formato PDF, do espelho do auto de infração, contendo todas as informações da infração de trânsito para destinatário pré-cadastrado no órgão ou informado no momento da infração quando essa for na modalidade com abordagem.			
71	Permite e realiza as atualizações das informações pertinentes as alterações, formais ou materiais, de código de infração, portarias e resoluções e outros dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro.			
72	Permite a discricionariedade do campo da observação para Auto de Infração de Trânsito, onde o agente pode optar por três formas de inserção, sendo estas: utilização do padrão do			

	Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.			
73	Permite a discricionariedade dos campos referentes ao endereço do local do cometimento da infração, onde o agente pode optar por três formas de inserção, sendo estas: por meio de utilização de ferramenta de GPS onde deverá ser realizada a conversão das informações de Latitude e Longitude em logradouro, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.			
74	Informa a medida administrativa cabível para infração lavrada no momento da lavratura do auto de infração.			
75	Possibilita a lavratura de infrações consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes.			
76	Possibilita a lavratura da infração para veículos distintos de forma consecutiva, gravando as demais informações relevantes.			
77	Possibilita a aplicação de uma nova infração para o mesmo veículo, sendo mantidos os dados da autuação anterior, permitindo ao agente de trânsito proceder como lançamento alterando as informações que lhe forem necessárias.			
78	Possibilita o preenchimento e impressão no aplicativo por parte do agente da autoridade de trânsito o Termo de Constatação de Embriaguez ou Termo de Avaliação Psicomotora nos moldes da resolução 432/13 do CONTRAN para autos de alcoolemia previstos nos artigos 165, 276 e 277 da lei 9.503/97 do CTB e regulamentações posteriores do CONTRAN ou SENATRAN, quando não for utilizado equipamento específico para aferição de teor alcoólico.			
79	Informa no caso de teste de etilômetro, a marca, modelo e nº de série do aparelho, nº do teste, a medição realizada, o valor considerado e o limite regulamentado em mg/L.			
80	Informa no caso de infração de alcoolemia, artigo 165 do CTB realizada através do teste de etilômetro o cálculo do valor considerado para autuação, informando se o cálculo representa: crime de trânsito e infração de trânsito, somente infração de trânsito ou está dentro da margem de tolerância conforme resolução 432/2013 do Contran.			
81	Possibilitar a lavratura de infrações para pessoas jurídicas ou físicas, através do CNPJ ou CPF conforme prevê o CTB e suas resoluções.			
82	Permite que quando o agente da autoridade de trânsito indicar que o auto está sendo lavrado com abordagem, o aplicativo tem a capacidade de permitir que a assinatura do condutor seja colhida de forma digital no Auto de Infração de Trânsito e deverá manter esta relacionada ao mesmo.			
83	É capaz de impedir que infrações que só podem ser realizadas com abordagem de acordo com Manual Brasileiro de Fiscalização e suas atualizações, sejam lavradas sem abordagem.			
84	Possui um sistema de gestão de dispositivos móveis (MDM) para bloquear o acesso a configuração do equipamento móvel e			

	aos demais aplicativos, devendo o órgão definir quais os níveis de acessos de cada equipamento.			
85	Permite ao agente de trânsito registrar informações complementares sobre o local da infração.			
86	Dispõe de número de auto ou faixa de auto diferente, quando se tratar de auto de infração por videomonitoramento, devendo esse auto seguir o padrão de observação estabelecido na resolução 909/2022.			
87	<p>Dispõe de módulo de Pré-AIT com as características abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibiliza lista de Pré-AITs integrados ao sistema WEB, permitindo sua seleção para lavratura no talão eletrônico. • Garante que o Auto seja efetivamente lavrado, com a devida geração do Pré-AIT correspondente. • Assegura que cada Pré-AIT seja integrado exclusivamente ao talão eletrônico do agente que o gerou, impedindo o uso indevido por outros agentes. • Permite ao agente a edição completa das informações no momento da lavratura do Auto de Infração, utilizando o Pré-AIT como base de dados. • Proíbe o cancelamento de Pré-AITs após sua integração ou utilização no processo de lavratura. • Permite o cancelamento de Autos de Infração lavrados, mediante justificativa e conforme regras definidas pela administração contratante. • Disponibiliza mecanismo de busca direta de Pré-AITs disponíveis a partir da lista sincronizada, permitindo rápida localização e seleção pelo agente. 			

Requisitos da licença para registro de boletim de ocorrência de trânsito:

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	O sistema dispõe de mecanismo para cadastramento e manutenção de usuário e senha de acesso, sendo o mesmo vinculado a um grupo de usuário.			
02	O software controla horário de acesso ao sistema, além de permitir o bloqueio de usuários que já não fazem parte do quadro de funcionários.			
03	O sistema garante a padronização da nomenclatura dos logradouros, com cadastramento de novo logradouro em tempo de transcrição de dados do Boletim de Ocorrência e permite que um logradouro já existente seja selecionado em sua grafia padrão.			
04	O sistema permite o cadastro e manutenção das regiões geográficas do município, sendo estes relacionados aos bairros onde ocorreram as ocorrências.			
05	O sistema dispõe de mecanismo para cadastramento e manutenção de grupos de usuários com suas respectivas permissões de acesso aos principais menus do sistema.			
06	O sistema possibilita o cadastramento e manutenção das			

	viaturas utilizadas para atendimento das ocorrências, sendo registrados os principais dados, tais como: Placa, Marca/Modelo, ano de fabricação e número de identificação.			
07	O sistema possibilita o cadastramento e manutenção dos policiais militares responsáveis pelas ocorrências.			
08	O sistema permite o cadastro e manutenção dos bairros do município, sendo estes relacionados aos logradouros onde ocorreram as ocorrências.			
09	O sistema possui ferramenta para o registro do boletim de ocorrência.			
10	O sistema registra as informações de todos os veículos e seus respectivos proprietários envolvidos na ocorrência			
11	O sistema registra os dados das testemunhas que presenciaram a ocorrência.			
12	O sistema registra os dados das possíveis vítimas envolvidas na ocorrência, sendo informada a condição da vítima (Pedestre, Motorista) e também o estado da vítima (Fatal ou não Fatal).			
13	O sistema permite, em qualquer tempo, a impressão do Boletim de Ocorrência com todos os dados informados no cadastramento, inclusive com o croqui, quando for o caso.			
14	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por natureza do acidente. (Ex: choque, colisão, atropelamento).			
15	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de condutores envolvidos em ocorrências por sua faixa etária (Ex: De 0 a 17, de 18 a 29, mais de 60 anos), permitindo ao Órgão de Trânsito planejar ações de educação específicas de acordo com a idade dos condutores.			
16	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de vítimas envolvidas em ocorrências de trânsito de acordo com a sua faixa etária.			
17	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por tipo de pista. (Ex: Asfalto, Concreto, Cascalho).			
18	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências com base na sinalização semafórica. (Ex: Existente, Não existe, Com defeito).			
19	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências com base nas condições. (Ex: Chuva, Neblina, Sol).			
20	O sistema dispõe de relatório com o total de acidentes por logradouro, sendo o período informado pelo usuário. O sistema também apresenta as ocorrências registradas em cada logradouro permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem na via pública em questão, permitindo a criação de ações de educação e fiscalização específicas para o local.			
21	O sistema dispõe de relatório com o total de acidentes por bairro, sendo o período informado pelo usuário. O sistema também apresenta as ocorrências registradas em cada bairro			

	permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem no bairro em questão, permitindo a criação de ações de educação e fiscalização, específicas para o local.			
22	O sistema dispõe de relatório, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por tipo de veículo. (Ex: Automóvel, Camioneta, Motociclo);			
23	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de vítimas envolvidas em ocorrências de trânsito de acordo com a condição da vítima. (Ex: Pedestre, Motorista, Ciclista).			
24	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de condutores envolvidos em ocorrências pelo tempo de habilitação (Ex: menos de um ano, entre 1 e 2 anos, inabilitado).			
25	O sistema dispõe de relatório com o total de acidentes por região geográfica do município, sendo o período informado pelo usuário. O sistema também apresenta as ocorrências registradas em cada região permitindo estudo detalhado dos tipos de acidentes que ocorrem na região em questão, permitindo criação de ações de educação e fiscalização, específicas para o local.			
26	Possui geração local de numeração única.			
27	O sistema dispõe de relatório mensal, com base no ano informado pelo usuário, que apresente os totais de ocorrências por dia do mês e por dia da semana, permitindo ao Órgão de Trânsito planejar ações de educação e fiscalização, específicas para as datas com maior ocorrência de acidentes.			
28	Exibe uma lista dos registros de ocorrências de trânsito preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento. Permite a salva guarda.			
29	Dispõe de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada registro de ocorrências de trânsito na lista de registro de ocorrências de trânsito preenchido e informa sobre data e horário de ocorrência do acidente.			
30	Exibe uma seleção de itens para descrição de tipo de acidente de acordo com ABNT NBR 10697, tipo de elemento atingido, tipo de cruzamento, condição do tempo, controle de tráfego, tipo de iluminação a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de trânsito.			
31	Permite a inclusão de lista de agentes que participaram do registro da ocorrência.			
32	Permite a inclusão de informações de veículos que participaram do acidente, com quantidade máxima de veículos definida pelo órgão.			
33	Permite a inclusão de informações de pessoas que participaram do acidente, com quantidade máxima de pessoas definida pelo órgão.			
34	Permite a inclusão de informações de vias de ocorrência do acidente, com quantidade máxima de vias definida pelo órgão.			
35	Permite a inclusão de informações de viaturas que participaram da operação de apoio após o acidente, com quantidade máxima de viaturas definida pelo órgão.			

36	Permite a inserção de pelo menos quatro fotos de cada veículo envolvido no acidente, o desenho técnico do veículo, o local onde ocorreu a avaria e a descrição dos danos de cada veículo que participou do acidente.			
37	Permite a inclusão de dados gerais de cada veículo que participou do acidente, com placa, chassi, marca, modelo, cor, espécie, categoria, dados proprietário e país de origem.			
38	Permite a inclusão de dados gerais de cada pessoa que participou do acidente, com nome, identidade, CPF, endereço e gênero.			
39	Permite a consulta dos dados da pessoa relacionada no acidente através do CPF. Define em qual veículo cada pessoa que participou do acidente estava no momento do acidente e informa a qualificação disposta como: condutor, passageiro, pedestre, ciclista, testemunha ou noticiante e permite a inclusão de situação física de cada pessoa que participou do acidente.			
40	Possui lista de boletins gerados com informações mínimas de data, hora e situação de transmissão e ocorrência.			
41	Transmite para sistema de retaguarda os boletins finalizados.			
42	Contempla dados gerais do acidente ocorrido onde estará disposto tipo de acidente, elemento atingindo, tipo de cruzamento, condição do tráfego.			
43	Possibilita a inclusão de veículo(s) envolvido(s), pessoa(s) envolvida(s) e equipe(s) de apoio.			
44	Caracteriza o local do acidente onde estará disposto condições da via, tipo de pista, tipo de via, sinalização vertical e horizontal, condições climáticas, obra na via, separação central, superfície da via, tipo de pavimento e condição da calçada.			
45	Permite discriminação da narrativa do acidente.			
46	Permite vincular ou anexar o registro fotográfico (até 04 quatro fotos) para o cenário do acidente de trânsito, (até 04 quatro fotos) para cada veículo envolvido.			
47	Permite informar por meio de figura técnica no aplicativo específica as avarias relativas de cada tipo de veículo envolvido, sendo automóvel, motocicleta ou caminhão.			
48	Possui campo para descrição da narrativa do acidente.			
49	Possui na narrativa duas formas de inserção, sendo essa selecionada no momento do registro do boletim de acidente no aplicativo: através do relato verbal de cada condutor envolvido ou a digitalização em PDF da narrativa escrita pelo envolvidos no acidente.			
50	O Aplicativo possui campo para inserir o ano exercício do veículo.			
51	Permite a gravação parcial do boletim de acidente de trânsito de modo que o agente da autoridade de trânsito possa realizar preenchimentos parciais até a finalização definitiva.			
52	Não permite alterações do boletim de acidente de trânsito após a finalização definitiva.			
53	O sistema dispõe de campos para a digitação dos dados da ocorrência, tais como: data, local, natureza, condições da pista, condições do tempo, sinalização e descrição sumária da ocorrência;			

54	O sistema registra os dados dos condutores envolvidos incluindo informações sobre a situação da habilitação do mesmo.			
55	O sistema dispõe de consulta de Boletins de Ocorrências já lançados.			
56	O sistema dispõe de ferramentas para geração de estatísticas de acidentes de trânsito, objetivando a identificação dos pontos críticos da cidade e as causas dos acidentes de maneira a fornecer subsídios para projetos para redução de acidentes, sendo disponibilizado os dados.			

Requisitos da licença para registro de recolhimento de documentos

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	O sistema especifica o documento recolhido, com seus dados gerais como nome e numeração.			
02	O sistema especifica o local do recolhimento do documento.			
03	O sistema especifica os dados do veículo envolvido no recolhimento, manualmente ou via consulta de placa.			
04	O sistema possibilita a impressão comprobatória do recolhimento via do condutor.			
05	O sistema integra com o aplicativo de registro de infração para aproveitamento dos dados lavrados no auto de infração de trânsito para preenchimento automático.			
06	O sistema transmite para sistema de retaguarda as informações do recolhimento de documento.			
07	O sistema transmite para sistema de retaguarda as informações do recolhimento de documento.			
08	O sistema sinaliza o(s) recolhimento(s) enviado(s).			
09	O sistema possui em forma lista os recolhimentos realizados nas últimas 24h.			
10	O sistema especifica qual documento será recolhido: CNH, PPD, ACC, CRLV, CRV e outros com campo para inserção do documento não mencionado na lista.			
11	O sistema dispõe de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada registro de documentos.			
12	O sistema apresenta formulário contendo informações de local, condutor e veículo e guardará informações sobre data e horário de recolhimento.			

13	O sistema possibilita mecanismo de consulta de qualquer auto de infração lavrado pelo órgão ou entidade de trânsito dentro de um período pré-definido pelo órgão para reaproveitamento de dados do local, condutor e veículo.			
14	O sistema dispõe de mecanismo com campo apropriado para justificar o motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão e a inclusão de texto de justificativa para desistência de preenchimento de formulário.			
15	O sistema integra com auto de infração de trânsito, quando essa informar alguma medida administrativa que impor em recolhimento de qualquer documento. Permitindo a inclusão do motivo do recolhimento, a partir de lista definida pelo órgão.			
16	O sistema possibilita inclusão do tipo de documento, a partir de lista definida pelo órgão. Permite a inclusão dos dados dos documentos e a inclusão de pelos menos duas fotos do documento recolhido.			
17	O sistema dispõe de campo para prazo de regularização que será de 1 a 30 dias, onde o operador pode selecionar os dias de regularização preestabelecidos dentro desse intervalo			
18	O sistema deverá possuir campo para identificação do veículo através de placa, chassi ou outros.			
19	O sistema possui campo para identificação do condutor, possuindo opção de identificado ou não identificado.			
20	O sistema permite a inclusão de fotos do documento recolhido, sendo que essa pode vir da galeria do smartphone ou câmera, permitindo que seja inserido observações em cada imagem e sua quantidade será definida pelo órgão ou entidade.			
21	Possui opção para selecionar o tipo de recolhimento de documento: físico ou digital.			
22	Possui campo para informar no recolhimento de documento: tipo do documento(ACC,CNH, CRLV,CRV, PPD ou outros) ; nome do titular; número do formulário e número do registro.			
23	O sistema possui um campo na impressão para assinatura do condutor e do agente da autoridade.			
24	O sistema possibilita impressão dos dados do formulário preenchido em duas vias ou mais se necessário.			

25	O sistema exibe lista de formulários preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento.			
----	--	--	--	--

Requisitos da licença para registro de recolhimento de veículo

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Dispõe de mecanismo de seleção em lista para fácil identificação dos autos de infrações contendo as informações do AIT para vincular ao FRV se necessário, como: Número do auto, placa do veículo, marca e modelo, infração e artigo, para vincular ao FRV se necessário.			
02	Dispõe de campos básicos automaticamente preenchidos como tipo de remoção, data, hora, tipo de local, situação do condutor, situação da CNH ao abrir o FRV.			
03	Dispõe de mecanismo de seleção do tipo de recolhimento utilizado.			
04	Dispõe de campo para inserção e edição da data e hora do recolhimento veicular.			
05	Dispõe de campo para preenchimento de possíveis observações se necessário.			
06	Dispõe de facilitador de preenchimento com apenas um clique realize a inserção de logradouro por meio de geoposicionamento utilizando o GPS.			
07	Dispõe de campo para o preenchimento do complemento do logradouro se necessário.			
08	Dispõe de campo para o preenchimento do número do logradouro se necessário.			
09	Identifica o município e automaticamente realizar o preenchimento do campo para rápida confecção do FRV.			
10	Dispõe de campos básicos automaticamente preenchidos como tipo de remoção, data, hora, tipo de local, situação do condutor, situação da CNH ao abrir o FRV.			
11	Dispõe de mecanismo de supressão de campos em caso não usabilidade, no caso da situação da CNH estiver como não apresentada os campos do N° do registro e UF da CNH ficam suprimidos automaticamente.			
12	Dispõe de mecanismo de seleção para facilitar a identificação da situação do condutor.			
13	Dispõe de campos para identificação do condutor como situação, CPF, nome, situação da CNH, número de registro			

	da CNH e UF da CNH.			
14	Dispõe de consulta de CNH por CPF (Se Disponível pelo DETRAN) com preenchimento automático para facilitação da confecção do DRV.			
15	Dispõe de mecanismo de seleção em lista da situação da CNH.			
16	Dispõe de campos para identificação do veículo como placa, UF, marca/modelo, tipo, cor e dados do proprietário como nome e CPF.			
17	Dispõe de mecanismo de seleção em lista do tipo do identificador do proprietário do veículo se necessário.			
18	Dispõe de mecanismo de seleção em lista das possíveis identificações de veículo tais como placa, chassi e outros.			
19	Dispõe no campo de tipificação do veículo um mecanismo de seleção em lista de todos os tipos de veículo;			
20	Dispõe de consulta de placas no modelo padrão e no modelo MERCOSUL(Se Disponível pelo DETRAN), realizar a transposição de letras por números se necessário com preenchimento automático de todos os dados do veículo para facilitação da confecção do FRV.			
21	Dispõe de todos os campos de todas as partes do veículo que existem a possibilidade de vistoria tais como odômetro, nível de combustível, chave do veículo, para-choque dianteiro, para-choque traseiro, faróis, lanternas, bateria, para-lamas, piscas, retrovisores, vidros, rodas, macaco, estepe, chave de roda, extintor, triângulo, bancos traseiros, bancos dianteiros, pneus nos casos de carros, e no caso de motos acrescenta-se manetes, estribos, tanque, assento e amortecedores.			
22	Dispõe de campos em mecanismo de seleção em lista contendo vários tipos de estados predefinidos por opções do estado do veículo, não verificado e verificado no odômetro e assim respectivamente mantendo os padrões e adicionando mais campos para cada nova parte vistoriada.			
23	Dispõe de campos para inserção das observações do veículo se necessário.			
24	Dispõe de campo aberto para digitação para inserção da identificação do local para qual o veículo será enviado após remoção.			
25	Dispõe de mecanismos de verificação e validação dos			

	campos não preenchidos ou preenchidos erroneamente e evidenciando onde e o que está incoerente para que haja a menor quantidade de erros ao finalizar.			
26	Dispõe de campos para anexo de imagens de cada parte do veículo individualmente, com identificador especificando onde deve ser cada imagem sendo possível abrir a câmera para tirar a foto no momento da inserção ou abrindo a galeria e inserindo uma imagem previamente realizada, também sendo possível a exclusão de qualquer uma das imagens inseridas.			
27	Dispõe de impressão em impressora térmica no padrão de idioma brasileiro contendo todas as informações preenchidas no documento.			
28	O sistema possibilita a impressão comprobatória do recolhimento via do condutor.			
29	O sistema possui um campo na impressão para assinatura do condutor, agente da autoridade e o responsável pela remoção do veículo.			
30	O sistema tem integração com o aplicativo de bloco eletrônico.			
31	O sistema permite especificar os dados do veículo recolhido, via consulta por placa, manualmente, ou permitir informar ausência de placa.			
32	O sistema exibe lista dos formulários preenchidos, ordenados por data de início do preenchimento.			
33	O sistema dispõe de mecanismo que informará a situação de envio e preenchimento de cada recolhimento de veículo.			
34	O sistema apresenta formulário contendo informações de local, condutor e veículo e guardará informações sobre data e horário de recolhimento.			
35	O sistema possibilita mecanismo de consulta de qualquer auto de infração lavrado pelo órgão ou entidade de trânsito dentro de um período pré-definido pelo órgão para reaproveitamento de dados do local, condutor e veículo.			
36	O sistema possibilita consulta de logradouros, dados do condutor por CPF, placa ou qualquer outro meio estabelecido pelo órgão ou entidade no momento do preenchimento do formulário de recolhimento.			
37	O sistema possibilita inclusão do tipo e o motivo do recolhimento, a partir de lista definida pelo órgão. Permite			

	a inclusão de texto de observações.			
38	O sistema permite especificar o local do recolhimento do veículo para aproveitamento dos dados lavrados no auto de infração de trânsito para preenchimento automático.			
39	O sistema transmite para sistema de retaguarda as informações do recolhimento do veículo.			
40	O sistema sinaliza o(s) recolhimento(s) enviado(s).			
41	O sistema possui em forma lista os recolhimentos realizados nas últimas 24h.			
42	O sistema dispõe de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data do recolhimento de veículo.			
43	O sistema possibilita informar o tipo de recolhimento se retenção ou remoção.			
44	O sistema permite a descrição de todas as partes do veículo, para caracterização apropriada.			
45	O sistema permite a inclusão de fotos tendo sua quantidade definida pelo órgão ou entidade.			
46	O sistema permite a inclusão de informações sobre o local de destino de veículo removido.			
47	O sistema possibilita inclusão de informações sobre a pessoa designada para condução do veículo em caso de retenção.			
48	O sistema possibilita impressão dos dados do formulário preenchido em duas vias ou mais se necessário.			
49	O sistema dispõe de mecanismo com campo apropriado para justificar o motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão e a inclusão de texto de justificativa para desistência de preenchimento de formulário			
50	O serviço em questão se qualifica pela quantidade de licenças disponibilizadas para uso por parte dos usuários multiplicado pelo seu valor unitário.			

LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE APLICATIVO PARA SISTEMA DE GESTÃO DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PÚBLICA

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Possui uma interface unificada para autenticação e gerenciamento oferecendo uma interface unificada que permita o cadastro e a autenticação de usuários de forma integrada entre o APP e o sistema WEB;			
02	É intuitiva, com botões e menus que facilitam a navegação,			

	reduzindo a curva de aprendizado dos usuários, possibilitando a gestão centralizada e o monitoramento em tempo real dos cadastros, assegurando agilidade na operação;			
03	Permite a autenticação por meio de múltiplos fatores, combinando dados biométricos com informações cadastrais para aumentar a segurança visando reduzir a possibilidade de fraudes e garantir que apenas usuários autenticados tenham acesso ao sistema.			
04	Oferece dashboards configuráveis para visualização de métricas importante e implementar controle granular de permissões baseado em perfis de usuário.			
05	Integração de métodos de autenticação diversos (senha, biometria e QR Code) amplia a segurança operacional;			
06	Rotina de registro de ocorrências com fotos integrada à câmera do aparelho portátil.			
07	O sistema permite cadastro e visualização de lista de ocorrências atribuídas ao agente, ordenadas por proximidade ou urgência.			
08	O sistema permite a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.			
09	O sistema permite a Gestão de Pessoas Envolvidas e inclusão de "Envolvidos" em cada ocorrência, com campos obrigatórios contendo: nome completo, data de nascimento, CPF, identidade (Órgão Expedidor), endereço (autopreenchido via GPS, complemento manual: número, bairro, CEP); anexos de identificação: foto de rosto, foto do documento, tatuagens ou marcas e outros que o órgão definir.			
10	Permite anexos de ocorrência upload de imagens livres (cenas, veículos, locais), sem vínculo direto a pessoa, para enriquecer o registro; notificações de Atribuição.			
11	O sistema permite Notificações de Atribuição através de Push notification instantânea ao receber nova ocorrência, exibindo: Localização (mapa em miniatura), tipo, descrição e observações iniciais.			
11	O sistema permite que operador receba no aplicativo as ocorrências da central e que possua botões de ação: "Aceitar" ou "Recusar".			
12	O sistema permite que caso o operador recuse a ocorrência, o app obriga preenchimento de justificativa (texto livre) antes de confirmar a ação.			
13	O Sistema possui um fluxo de conclusão das ocorrências e um botão para Concluir Ocorrência e para registrar encerramento, com campo opcional de observações finais e anexos complementares.			
14	O sistema permite o envio automático de notificação à Central Web, atualizando o status em tempo real.			
15	O sistema permite a sincronização e segurança dos Dados em trânsito cifrados por TLS; armazenamento local criptografado até sincronização.			

16	O sistema possui a função offline com fila de sincronização quando reconectar (cadastros e anexos).			
17	O sistema permite a sincronização e segurança dos dados através da autenticação por token JWT, renovável via refresh token no login.			
18	Disponibiliza ferramenta em formato app, compatível com tecnologias dispostas no mercado que permitam o usuário baixar via biblioteca pública o aplicativo;			
19	A solução permite a abertura da ocorrência pelo próprio operador, caso o referido se depare com alguma situação que necessite do registro e atendimento, mas que porventura não tenha sido requerido por outrem, devendo ser realizada via app a ser instalado em equipamento já utilizado pelo referido.			
20	No app em questão o operador pode informar todas as condições validas de abertura de uma ocorrência, assim como disponibiliza de mecanismos de comprovação, como inclusão de mínimo: 08 (oito) fotos, 03 (três) gravações de vídeos de até 2 minutos cada, dentre outros julgados necessários, contudo é necessário apenas que o referido esteja em um raio mínimo parametrizado do endereço da ocorrência que está sendo registrada.			
21	A solução permite que o operador/equipe possa se vincular a uma ocorrência a partir do app, contanto que dentro do raio delimitado como limite mínimo de proximidade seja respeitado para o referido atendimento e que os critérios de atendimento estejam de acordo com os da central de monitoramento, visando assim que essa análise seja feita de maneira centralizada e assertiva.			
22	No app do operador o referido pode informar todas as atividades realizadas e demandar informações complementares a base para que o atendimento possa ser monitorado e bem assessorado.			
23	O app funciona com canal de comunicação de voz, contanto que por processo de gestão da comunicação similar a rádio onde ao abrir uma frequência de comunicação e o restantes dos canais fiquem como ouvintes, até que o referido seja liberado pelo emissor.			
24	As ocorrências e demandas atendidas pelos operadores, sejam em campo ou administrativamente se refletirão automaticamente a na central de monitoramento, fazendo com que o processo seja fluido e eficaz.			
25	O app do operador conta com a função pânico/apoio, onde o operador caso se depare em uma situação que esteja em sua análise fugindo da normalidade ou de seu controle, possa acionar um apoio imediato. Tal função toca nos apps de operadores próximos e aptos e ainda na central de monitoramento que pode dispor de meios complementares de apoio e intervenção a ocorrência.			
26	A solução quando do acionamento de operador/equipe, disponibiliza na própria ferramenta mecanismos de simulação e proposição das rotas mais rápidas para que cheguem ao local da ocorrência, dispondo ainda de tempo previsto de chegada ao			

	local.			
27	Rotina de registro de ocorrências com fotos integrada à câmera do aparelho portátil.			
28	O sistema permite cadastro e visualização de lista de ocorrências atribuídas ao agente, ordenadas por proximidade ou urgência.			
29	O sistema permite a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.			
30	O sistema permite a Gestão de Pessoas Envolvidas e inclusão de “Envolvidos” em cada ocorrência, com campos obrigatórios contendo: nome completo, data de nascimento, CPF, identidade (Órgão Expedidor) endereço (auto preenchido via GPS + complemento manual: número, bairro, CEP), anexos de identificação: foto de rosto, foto do documento, tatuagens ou marcas e outros que o órgão definir.			
31	Permite anexos de ocorrência upload de imagens livres (cenas, veículos, locais), sem vínculo direto a pessoa, para enriquecer o registro e notificações de atribuição.			
32	O sistema permite Notificações de Atribuição através de Push notification instantânea ao receber nova ocorrência, exibindo: Localização (mapa em miniatura), tipo, descrição e observações iniciais.			
33	O sistema permite que operador receba no aplicativo as ocorrências da central e que possua botões de ação: “Aceitar” ou “Recusar”.			
34	O sistema permite que caso o operador recuse a ocorrência, o app obriga preenchimento de justificativa (texto livre) antes de confirmar a ação.			
35	O Sistema possui um fluxo de conclusão das ocorrências e um botão para Concluir Ocorrência e para registrar encerramento, com campo opcional de observações finais e anexos complementares.			
36	O sistema permite o envio automático de notificação à Central Web, atualizando o status em tempo real.			
37	O sistema permite a sincronização e segurança dos Dados em trânsito cifrados por TLS; armazenamento local criptografado até sincronização.			
38	O sistema possui a função offline com fila de sincronização			

	quando reconectar (cadastros e anexos).			
39	O sistema permite a sincronização e segurança dos dados através da autenticação por token JWT, renovável via refresh token no login.			

Requisitos da licença para aplicativo de registro de autuação de transporte:

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Rotina de registro de infração de transporte com fotografia(s) integrada à câmera do aparelho portátil.			
02	O sistema é multiplataforma, sendo compatível com diversos sistemas operacionais, de modo a garantir a reposição de equipamentos mesmo em caso de descontinuação do equipamento e/ou do sistema operacional;			
03	O acesso ao sistema de registro de infrações e apoio ao transporte segue padrões de segurança da informação, que permitam a identificação do agente de transporte responsável pela lavratura do auto de infração de transporte, por meio de sua matrícula e senha de acesso. As tabelas referentes ao controle de acesso ao sistema deverão ser instaladas no equipamento, permitindo acesso off-line mesmo em áreas de sombra;			
04	O software para registro de infrações de transporte e apoio permite, que somente agentes fiscalizador cadastrados para determinados equipamentos portáteis, tenham permissão de acesso ao sistema. Um agente fiscalizador possui acesso a mais de um equipamento portátil, desde que devidamente cadastrado e de acordo com as permissões atribuídas pelo operador do sistema no Software de Gerenciamento de Infrações de transporte.			
05	O Software permite a consulta de veículos através da informação da placa ou chassi do veículo. Esta consulta pode ser realizada de forma off-line, de acordo com a base de dados de veículos instalada no próprio dispositivo móvel, ou, on-line, sendo realizada através de consulta via conexão GPRS ou similar, a base de dados do Software de Gerenciamento de infrações de transporte.			
06	Quando encontrado o registro referente ao veículo consultado, o sistema apresenta ao agente fiscalizador, no mínimo, as seguintes informações: placa, uf, marca, modelo tipo e espécie.			
07	Caso o veículo consultado possuir restrições, as mesmas deverão ser apresentadas ao agente.			
08	Durante o processo de autuação, caso o veículo consultado seja encontrado na base de dados do dispositivo móvel, ou, do sistema gerenciamento de infrações de transporte, não será permitido ao agente fiscalizador alterar qualquer informação dos dados do veículo.			

09	Não é permitida a lavratura do auto de infração sem que haja o preenchimento dos campos obrigatórios previstos em legislação.			
10	Após consultado os dados do veículo, na base de dados do equipamento portátil ou do sistema de Gerenciamento de Infrações de Trânsito, é iniciado o processo de autuação, e o agente fiscalizador não pode realizar alterações nos dados do veículo informado. Também não pode desistir do lançamento sem justificativa. O sistema deve registrar os dados do auto de infração, permitindo que mesmo em caso de falta de bateria, ou retirada da mesma, este registro seja enviado ao sistema de Gerenciamento de Infrações de transporte, para apuração da ocorrência por parte do operador do sistema.			
11	Identifica a localização da infração através da latitude e longitude informada pela antena de GPS do dispositivo móvel, sempre que houver sinal GPS disponível.			
12	Apresenta ao agente fiscalizador o nome do logradouro e demais dados de localização, conforme latitude e longitude informada pela antena de GPS.			
13	Dispõe de consulta de logradouros cadastrados, permitindo a busca por parte da descrição.			
14	Possibilita, ao agente fiscalizador, cadastrar um novo logradouro que ainda não consta na base de dados do equipamento portátil, ou do sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, necessário a lavratura do auto de infração, sendo este, transmitido ao sistema de gerenciamento de infrações de trânsito, e, após validado o auto de infração, possibilitar ao operador do sistema de Gerenciamento de Infrações de Transporte, validar a informação, e atualizar para os demais equipamentos portáteis, quando da sincronização da base de dados.			
15	Permite ao agente fiscalizador registrar informações complementares sobre o local da infração.			
16	Lista os logradouros com maior incidência de autuações, no respectivo equipamento portátil.			
17	Dispõe de mecanismos de consulta de infrações de transporte, por enquadramento, artigo, descrição e palavras chaves cadastradas previamente no Software de Gerenciamento de Infrações de transporte.			
18	Dispõe de parametrização que permita o tempo limite de retrocessão da data da infração no auto de infração de transporte.			
19	Defini método de autenticação, online ou off-line.			
20	Exibe em lista os autos de infração gerados, ordenados por data de início da lavratura, contendo número do auto de infração,			

	placa do veículo, marca/modelo, código e artigo da infração, data, hora e matrícula do agente fiscalizador.			
21	Possibilita a visualização e a situação de envio e preenchimento de cada auto através da lista de autos de infração de transporte.			
22	Possibilita a inclusão de imagens no auto de infração de transporte.			
23	Possui campo para assinatura do agente da autoridade e do condutor quando o auto de infração de transporte for impresso.			
24	Possibilita a consulta de infrações por código, grupo, artigo ou descrição com ou sem conexão com a internet.			
25	Possibilita a consulta de marcas/modelos de veículos estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração de transporte. com ou sem conexão com a internet.			
26	Possibilita a consulta de logradouros estabelecidos pelo órgão ou entidade no momento da lavratura do auto de infração com ou sem conexão com a internet.			
27	Permite a consulta de modelos/padrões de observações pré-definidas pelo órgão por infração com ou sem conexão com a internet.			
28	Dispõe de mecanismos que possibilite a utilização de faixas de auto de infração de transporte diferentes para cada tipo de auto de infração existente definido pelo órgão. Podendo cada faixa de auto de infração de transporte ser iniciar com uma letra diferente definida pelo órgão ou entidade fiscalizadora.			
29	Permite mecanismo de impressão do auto de infração transporte em pelo menos duas vias, permitindo também que o usuário reimprima quantas vias forem necessárias com ou sem acesso a conexão com a internet.			
30	Dispõe de mecanismo de confirmação para finalização do auto de infração transporte, possibilitando checagem final das informações preenchidas antes de enviar o auto de infração ao servidor do órgão ou entidade fiscalizadora.			
31	Permite mecanismo de seleção do motivo de cancelamento a partir de lista definida pelo órgão ou entidade de fiscalizadora e a inclusão de texto de justificativa para desistência de lavratura do auto de infração de transporte.			
32	Permite a transferência eletrônica dos dados à central de processamento.			
33	Permite o registro das informações no auto de infração de transporte conforme prevê os requisitos formais da (colocar a legislação de transporte de JP e regulamentações posteriores a ser utilizado pela SEMOB/JP).			
34	Garante que as informações cadastradas não sofram alterações após a lavratura do auto de infração de transporte pelo agente da autoridade de transporte.			

35	Permite a consulta do cadastro de veículos previamente disponibilizado pela CONTRATANTE.			
36	Permite o registro de Auto de Infração de transporte com abordagem e sem abordagem ao condutor ou infrator.			
37	Dispõe de padrões de segurança da informação que permitam a identificação do agente fiscalizador responsável pela lavratura do Auto de Infração de transporte, por meio de identificador único e senha, biometria ou assinatura digital.			
38	Dispõe de elementos de segurança que garantam a confiabilidade, fidelidade e integridade dos dados registrados e impeçam sua alteração após o término da lavratura do Auto de infração de transporte.			
39	Recebe, de forma automática, sem interferência externa, numeração sequencial de autos de infração, estabelecida previamente pela autoridade fiscalizadora.			
40	Utiliza criptografia para os dados lidos, gravados e transmitidos.			
41	Armazena os Autos de Infração de transporte até a sua transmissão ao órgão ou entidade fiscalizadora.			
42	Exige que o agente fiscalizador indique a finalização do preenchimento do Auto de Infração de transporte, para que um novo Auto de Infração de transporte possa ser preenchido, não podendo ser de forma automática ao final do preenchimento.			
43	Possibilita a impressão dos dados do Auto de Infração de transporte deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth ou Wireless com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento.			
44	Permite a discricionariedade dos campos referentes ao endereço do local do cometimento da infração de transporte, onde o fiscalizador poderá optar por três formas de inserção, sendo estas: por meio de utilização de ferramenta de GPS onde deverá ser realizada a conversão das informações de Latitude e Longitude em logradouro, pré-cadastrado no equipamento pela gestão, podendo ser consultada on-line ou off-line ou inserida manualmente.			
45	Possibilita a lavratura de infrações de transporte consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes.			
46	Possibilita a lavratura da infração de transporte para veículos distintos de forma consecutiva, gravando as demais informações relevantes.			
47	Possibilita a aplicação de uma nova infração para o mesmo veículo, sendo mantidos os dados da autuação anterior, permitindo ao fiscalizador proceder como lançamento alterando as informações que lhe forem necessárias.			
48	Permite ao agente de trânsito registrar informações complementares sobre o local da infração.			

49	Possibilita a lavratura de infrações consecutivas para o mesmo veículo, gravando as demais informações relevantes.			
50	O auto de infração de fiscalização de transporte rodoviário deverá conter campos em consonância (LEGISLAÇÃO DE TRANSPORTE DE JP) constando: identificação da empresa através do nome e código da Empresa Operadora; identificação da linha e código da linha; identificação do veículo através da placa, marca, modelo, espécie, tipo e número de ordem; local da infração através do local da infração, ponto de referência, município, horário e data da infração; enquadramento da infração através do grupo da empresa operadora e outros grupos; observação da infração de transporte; identificação do condutor através do nome, CPF e número do registro da CNH; identificação do agente de transporte através da matrícula e campo para assinatura quando for impresso.			

LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE APLICATIVO PARA USUÁRIOS PRIVADOS REGISTRAR DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Possui uma interface unificada para autenticação e gerenciamento que permite o cadastro e a autenticação de usuários de forma integrada entre o APP e o sistema WEB.			
02	É intuitiva, com botões e menus que facilitam a navegação, reduzindo a curva de aprendizado dos usuários, possibilitando a gestão centralizada e o monitoramento em tempo real dos cadastros, assegurando agilidade na operação.			
03	Permite a autenticação por meio de múltiplos fatores, combinando dados biométricos com informações cadastrais para aumentar a segurança visando reduzir a possibilidade de fraudes e garante que apenas usuários autenticados tenham acesso ao sistema.			
04	Oferece dashboards configuráveis para visualização de métricas importante e implementa controle granular de permissões baseado em perfis de usuário.			
05	Integra de métodos de autenticação diversos (senha, biometria e QR Code) amplia a segurança operacional.			
06	A solução integrar-se com bases de dados externas, permitindo a verificação em tempo real de restrições e antecedentes, assegurando que cadastros potencialmente suspeitos sejam identificados e bloqueados imediatamente, reforçando a segurança.			
07	Integrar-se com bases de dados como SENATRAN e Ministério da Justiça otimizando o fluxo de validação dos dados.			
08	O sistema suporta a sincronização automática dos cadastros entre o APP e o sistema WEB, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas, reduzindo discrepâncias e			

	assegurando que todos os pontos de acesso operem com os dados mais recentes.			
09	É atualizada automaticamente e configurada para ocorrer periodicamente, minimizando a necessidade de intervenções manuais.			
10	A solução inclui rotinas de backup automáticas para garanti a preservação dos cadastros, com possibilidade de restauração rápida em caso de falhas.			
11	O procedimento de recuperação ser testado periodicamente para confirmar a eficácia das medidas de segurança.			
12	As informações transmitidas e armazenadas serem protegidas por criptografia avançada, utilizando algoritmos modernos para impedir acesso não autorizado sendo reforçadas por autenticações contínuas e monitoramento constante do tráfego de informações, garantindo que os cadastros permaneçam íntegros e seguros, mesmo em ambientes de alta criticidade.			
13	Rotina de registro de ocorrências com fotos integrada à câmera do aparelho portátil.			
14	O sistema permite a criação de formulários simplificados para criação de novas ocorrências no local, com: seleção automática de localização via GPS (com opção de ajuste manual); preenchimento de tipo, descrição, prioridade e anexos (fotos) da cena.			
15	A solução ainda disponibiliza um app em biblioteca pública que possa ser baixado e utilizado pelo cidadão que poderá a partir de seu cadastro e identificação abrir ocorrências das mais diferentes naturezas, podendo realizar a inserção de até 04 (quatro) fotos e acompanhar os seus registros a partir do app disponibilizado.			
16	As ocorrências abertas pelos cidadãos necessariamente seguem um fluxo de análise manual, para que a demanda aberta possa ser analisada e direcionada da melhor forma mediante os procedimentos.			
17	No app do cidadão tanto em caso de recusa quanto de atendimento da ocorrência, o cidadão será notificado ao término e encerramento da mesma, podendo ainda consultar o atendimento em acordo com sua necessidade para acompanhamento da resolução.			
18	O app do cidadão é um canal de registro, comunicação e apoio, onde o cidadão poderá visualizar o atendimento do seu registro, assim como utilizar como canal de interação com a central, dispondo de canais de reclamação, sugestões, dentre outros, voltados a necessidade do serviço.			
19	A licença oferece uma interface intuitiva e responsiva,			

	compatível com múltiplos dispositivos (smartphones, tablets e desktops), sendo sua usabilidade otimizada por meio de menus simplificados e ícones claros, facilitando a navegação mesmo para usuários menos experientes.			
20	Possui compatibilidade com os principais navegadores e sistemas operacionais garantindo o acesso contínuo sem barreiras tecnológicas.			
21	Permite o cadastro detalhado de usuários e veículos, com campos para informações pessoais, documentos e características veiculares.			
22	Cada cadastro possibilita a inclusão de dados adicionais, como fotos e autenticações biométricas, promovendo maior segurança.			
23	A plataforma integra funcionalidades para edição, exclusão e atualização dos registros, permitindo uma gestão dinâmica dos dados.			
24	Possibilita o usuário e seu veículo serem cadastrados por meio de um aplicativo mobile ou sistema web de gestão, onde todas as informações ficam registradas. Para garantir mais segurança, o sistema realiza a integração com bases de dados, verificando eventuais restrições criminais associadas ao usuário e se o veículo possui registros de roubo ou furto.			
25	As informações serem criptografadas em repouso e durante a transmissão, utilizando protocolos avançados de segurança, adotando padrões como SSL/TLS para garantir a proteção dos dados dos usuários e evitar interceptações.			
26	A política de segurança ser revisada periodicamente para incorporar novas medidas contra ameaças cibernéticas.			
27	Apresentar software que permita o cadastro de pessoas e veículos através de sistemas de aplicativo móvel e WEB.			
28	Implementa fluxos de trabalho automatizados para validação, aprovação e atualização de cadastros, minimizando erros humanos e acelerando a operação, garantindo uma resposta rápida em situações críticas.			
29	Os fluxos incluir notificações em tempo real para os responsáveis quando ocorrerem alterações significativas.			
30	A plataforma inclui rotinas de backup automático dos cadastros, com capacidade de restauração rápida em caso de falhas, garantindo a integridade dos dados e minimizando riscos de perdas significativas em incidentes.			

31	Os aplicativos estão disponíveis para download nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS), permitindo que os usuários realizem tanto a instalação quanto as atualizações diretamente por meio dessas plataformas.			
----	---	--	--	--

LOCAÇÃO DE SMARTPHONES PARA EMBARCAR SISTEMA EM ACORDO COM ITEM PARA REGISTRO DE AUTUAÇÕES DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, RETENÇÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS E DOCUMENTOS.

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Peso: não superior a 210 (g)			
02	Polegadas: não inferior a 6.4"polegadas			
03	Touchscreen: SIM			
04	Gsm: Quad Band (850/900/1800/1900)			
05	Wi-Fi: 802.11a/b/g/n 2.4GHz + 5GHz			
06	Bluetooth: SIM v.5.0			
07	GPS: GPS/Glonass/Beidou/Galileo			
08	RAM: não inferior a 3GB			
09	USB: Tipo C / USB 2.0			
10	Memória interna de no mínimo 128 GB			
11	Processador: não inferior a 2 GHz Octa Core			
12	Quantidade de Câmeras traseiras não inferior: 3 unidades			
13	Câmeras Traseiras não inferiores a 48 MP + 5 MP + 2 MP			
14	Câmera Frontal: não inferior a 5MP			
15	Bateria: não inferior a 6000 mAh			

LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS TÉRMICAS DE CONEXÃO WIFI OU BLUETOOTH PARA IMPRESSÃO DOS DOCUMENTOS ORIUNDOS DO REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TRANSPORTE, TRÂNSITO, BOLETINS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, RETENÇÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS E DOCUMENTOS.

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	O serviço em questão será composto pela disponibilização de impressora térmica que permite a emissão dos autos de infração, guias de recolhimento de documentos e boletins de acidente de trânsito os quais os agentes de trânsito necessitarem de sua impressão no momento da fiscalização			
02	É disponibilizada impressora térmica com conexão via bluetooth ou wifi, que permita a integração com o smartphone disponibilizado, no intuito de garantir que o processo de impressão quando necessário possa ser realizado em campo;			
03	Dispõe a impressora já configurada em padrão para a impressão dos documentos em acordo com as Resoluções e Portarias do Código de Trânsito Brasileiro;			
04	Resolução mínima: 203dpi (8 dots/mm);			
05	Largura de impressão de 48 mm (bobina de cartão de crédito);			
06	Velocidade de impressão: não inferior a 90 mm por segundo;			
07	Método de impressão térmico direto (dispensa o uso de tinta);			
08	Alimentação por bateria do tipo Lítio (recarregável);			
09	Bateria: não inferior 1200mAh/7.4V			

10	Peso: não superior a 300 gramas			
11	Comunicação por bluetooth ou Wi-Fi.			
12	Visor LCD ou luz de led com indicação de falta de papel, status de funcionamento, capacidade de bateria, carregador conectado e configurações.			
13	Certificação IP: IP-54			
14	Proteção contra quedas de até 1,5m			
15	Homologação na ANATEL			

LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO) PARA SISTEMA DE GERENCIAMENTO WEB DE OPERAÇÕES DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, SEGURANÇA PÚBLICA E VIDEOMONITORAMENTO

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
1	O sistema consulta o auto de infração de trânsito: por intervalo de tempo, por Agente selecionado, por Infração selecionada, por aparelho selecionado, por competência; por logradouro, por situação do preenchimento, por situação do processamento, por número identificador do AIT, por placa de veículo autuado, por tipo de veículo autuado e por tipo de consulta de boletim de acidente de trânsito.			
2	Consulta de formulários de recolhido.			
3	Consulta de veículos recolhidos.			
4	Gerenciamento de infrações.			
5	Exibe relatórios por tipo de abordagem: sem abordagem, com abordagem ou por videomonitoramento.			
6	Possui relatórios por valores estimados de cada infração, por agente por série letra e por competência.			
7	Exibe relatórios de acompanhamento de AIT em tempo real.			
8	Possibilita acesso restritos a cada usuário, estabelecendo níveis de acesso estabelecidos pelo contratante.			
9	Permite que os relatórios ou consultas sejam exportados para várias extensões: Excel, CSV e PDF.			
10	Exibe painel gráfico com indicadores dos dados do sistema.			
11	Possibilita cadastro de novos Agentes a partir do Sistema Web.			
12	Permite o gerenciamento de escalas dos agentes cadastrados.			

13	Possibilita a visualização de informações de AIT com imagens, caso exista.			
14	Realiza o controle e gerenciamento dos aparelhos utilizados.			
15	Permite a visualização através de mapa dos aparelhos.			
16	Possibilita o gerenciamento de cerca virtual, onde é possível delimitar área de uso do aparelho.			
17	Permite o cancelamento do AIT com devida justificativa para usuários com permissão.			
18	Possibilita a visualização de informações de veículos recolhidos.			
19	Possibilita a visualização de informações de formulários recolhidos.			
20	Permite a análise de AIT através de critérios.			
21	Realiza o cadastro de beneficiários estabelecidos pelo contratante.			
22	Consulta informações de beneficiários através do nome ou CPF cadastrado.			
23	Realiza cadastro de Endereços para uso no aplicativo.			
24	Realiza o gerenciamento dos endereços.			
25	Realiza gerenciamento de observações cadastrados.			
26	Realiza o cadastro de observações de infrações para uso no aplicativo.			
27	Realiza o cadastro de equipamentos de medição.			
28	Realiza o cadastro e gerenciamento de equipamentos de medição.			
29	Realiza o cadastro e gerenciamento de medidas administrativas.			
30	Consulta de auto de infração de trânsito.			
31	Consulta de boletim de acidente de trânsito.			
32	Apresenta relatórios dos termos (recolhimento de veículo, CNH, CRLV e Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora) recebidos pelo sistema, contendo todos os dados coletados: código do termo, data da recepção, dados do condutor/infrator, dados do veículo, dados da infração e dados do termo.			

33	Imprimir o Auto de Infração no template d formato PDF.			
34	Registro de log de erros.			
35	Possui integração com bases de mapas.			
36	Autentica o aparelho no sistema através no número IMEI do aparelho.			
37	Possui comunicação segura, através do protocolo HTTPS, com o aparelho.			
38	Possui cadastro de agentes pelo nome, e-mail e número de matrícula.			
39	Possui cadastro de administradores do sistema com login, senha, nome, endereço, número de matrícula.			
40	Possui níveis de controle de acesso de usuários ao sistema, controlando o acesso ao gerenciamento de relatórios, gestão de infrações e estatísticas gerais.			
41	Possui geração dinâmica de formulários eletrônicos com atualização automática no software embarcado do sistema.			
42	Possui filtros para apresentação de relatórios gráficos das infrações registradas no sistema.			
43	Permite que o administrador configure a área de trabalho corrente de cada agente de trânsito, associando o agente a área de um polígono desenhado sobre a base de mapas.			
44	Permite a geração de relatórios customizados em formato .PDF, a partir de filtros das infrações registradas pela CNH, endereço e período da busca.			
45	É capaz de informar em tempo real quais agentes estão logados no sistema.			
46	É capaz de informar a faixa códigos de autos de infração distribuídos para cada aparelho e a quantidade de autos de infração lavrados no aparelho.			
47	É capaz de gerenciar solicitações de cancelamento de infrações realizadas por agentes autuadores. O gestor do sistema, pode aprovar ou declinar a solicitação de cancelamento.			
48	A solução oferece um painel centralizado que possibilite o monitoramento de acessos e a gestão de usuários em tempo real com interface que apresente gráficos, indicadores e alertas configuráveis para uma visão abrangente do desempenho do sistema.			

49	O design intuitivo facilitar a compreensão e a navegação, permitindo que os gestores tomem decisões com base em dados precisos.			
50	Todos os acessos e eventos ficam registrados em uma plataforma de monitoramento, onde é realizado: - Cadastro e gestão de usuários; - Geração de relatórios detalhados em xls, pdf e csv; - Painéis de controle (dashboards) personalizados; - Monitoramento em tempo real para maior segurança e controle.			
51	Garante a sincronização dos dados em tempo real entre os módulos de acesso, permitindo atualizações imediatas em caso de alterações, assegurando que os gestores sempre tenham acesso a informações precisas e atualizadas.			
52	Integra métodos de autenticação com login e senha, ampliando a segurança operacional e definições de níveis de acessos: gestor e operador.			
53	A solução integrar-se com aplicativo Waze de navegação GPS, deverá ser possível monitorar apenas o perímetro pré configurado.			
54	O sistema recebe as informações em tempo real sobre o trânsito e as condições das estradas podendo assim ser utilizada a sua abordagem colaborativa, onde os usuários contribuem com dados em tempo real, para a área que está sendo monitorada. Cada registro efetuado pelo usuário da plataforma waze deve ser gravado automaticamente na base local gerando um novo registro de ocorrência identificado por protocolo único e classificado por tipo. (buraco na via, acidente na via, obras na via). Essas informações são exibidas em mapa.			
55	A solução integrar-se com bases de dados externas, permitindo a verificação em tempo real de restrições e antecedentes, assegurando que cadastros potencialmente suspeitos sejam identificados e bloqueados imediatamente, reforçando a segurança.			
56	Dispõe de solução que permita a análise e criação de painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento e indicadores de controle para o órgão.			
57	Permite consultas dinâmicas, relacionadas aos fatos identificados em acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações.			
58	O sistema suporta a sincronização automática dos cadastros entre o APP e o sistema WEB, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas, reduzindo discrepâncias e assegurando que todos os pontos de acesso operem com os			

	dados mais recentes.			
59	Possibilita a geração de relatórios com gráficos em nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas facilitando e dando agilidade em todo o processo de análise e tomada de decisão do órgão.			
60	Possibilita no sistema gestão de ocorrências de trânsito e segurança pública na web.			
61	Cadastro de Ocorrências: formulário completo para inclusão de dados básicos: título, descrição, tipo, prioridade e anexos (fotos, documentos); campos para data/hora prevista e localização inicial da ocorrência (endereço geográfico ou coordenadas GPS).			
62	Gerenciamento de Agentes: registro de agentes com dados pessoais, contato, status ("disponível", "em atendimento", "indisponível") e área de atuação definida; painel de distribuição automática ou manual de ocorrências, com filtro por proximidade e carga de trabalho.			
63	Vinculação e Acompanhamento: tela de alocação de ocorrências a agentes, com visualização de mapa interativo (Google Maps ou OpenStreetMap e outros), exibindo a localização atual de cada agente e das ocorrências pendentes; dashboard de status (pendente, em andamento, recusada, concluída) com indicadores em tempo real e opção de redistribuição.			
64	Notificações e Feedback: recebimento de justificativas de recusa pelos agentes, com campo de texto livre, automaticamente associado à ocorrência para revisão central; alertas para gestores quando uma ocorrência ultrapassar prazo de atendimento ou for recusada por mais de um agente.			
65	Relatórios Administrativos - Geração de relatórios customizáveis sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Número de ocorrências por área geográfica, tipo e período; - Tempo médio de resposta e conclusão por agente; - Taxa de recusa e principais justificativas; - Carga de trabalho e eficiência individual e de equipes. 			
66	Exportação para PDF, XLS e integração via API REST para sistemas.			
67	Possibilita cadastro de novos usuários a partir do Sistema Web.			
68	Realiza o controle e gerenciamento dos aparelhos utilizados.			
69	Possibilita o gerenciamento de cerca virtual, onde é possível delimitar área de uso do aparelho.			
70	Realiza o cadastro de beneficiários estabelecidos pelo contratante.			

71	Possui comunicação segura, através do protocolo HTTPS, com o aparelho.			
72	Possui cadastro de usuários pelo nome, e-mail e número de matrícula.			
73	Possui cadastro de administradores do sistema com login, senha, nome, endereço, número de matrícula.			
74	Possui níveis de controle de acesso de usuários ao sistema, controlando o acesso ao gerenciamento de relatórios, gestão de infrações e estatísticas gerais.			
75	Possui geração dinâmica de formulários eletrônicos com atualização automática no software embarcado do sistema.			
76	Possui filtros para apresentação de relatórios gráficos das infrações registradas no sistema.			
77	Permite que o administrador configure a área de trabalho corrente de cada agente de trânsito, associando o agente a área de um polígono desenhado sobre a base de mapas.			
78	É capaz de informar em tempo real quais usuários estão logados no sistema.			
79	Possibilita que o sistema de gestão de ocorrências.			
80	Dispõe de uma numeração de identificação de cada ocorrência já cadastrada e/ou em andamento.			
81	Possui mecanismo de seleção do tipo da ocorrência para facilitar e agilizar o preenchimento da ocorrência.			
82	Dispõe de campo para preenchimento de narrativa do solicitante sem limitação de caracteres como narrativa complementar.			
83	Dispõe de campo para preenchimento de narrativa do agente sem limitação de caracteres como narrativa complementar.			
84	Dispõe campo para preenchimento de logradouro.			
85	Dispõe mecanismo de seleção de bairros.			
86	Dispõe de cadastro rápido de bairros e/ou comunidades específicas.			
87	Dispõe de campo para preenchimento do ponto de referência.			
88	Dispõe mecanismos de validação de campos essenciais para o preenchimento da ocorrência.			
89	Possibilita o cadastro do solicitante da ocorrência anonimamente e/ou por nome e/ou por documentos como CPF, RG e telefone.			
90	Dispõe de mecanismo de seleção para designação de agentes responsáveis pela ocorrência.			

91	Dispõe de mecanismo de seleção para designação de agentes responsáveis pela ocorrência.			
92	Permite a adição de narrativas adicionais dos agentes envolvidos somente durante o andamento em aberto da ocorrência.			
93	Armazena e exibe o histórico de narrativas por ocorrência seja solicitante ou usuário.			
94	Permite a designação de novos agentes somente durante a abertura ou com andamento em aberto da ocorrência.			
95	Possui a possibilidade de alterar o status de ocorrência para finalizado com sucesso, finalizado com restrição ou cancelado.			
96	Restringe todo e qualquer tipo de alteração dos campos preenchidos com as informações do solicitante após a finalização da ocorrência.			
97	Possibilita o download da ocorrência em arquivo no formato PDF contendo todas as informações que foram inseridas na ocorrência.			
98	Dispõe de campo para preenchimento de observação final ao finalizar a ocorrência			
99	Dispõe de consultas das ocorrências com filtro por período, agente, status e por bairro.			
100	Possibilita que o sistema de gestão de plantão.			
101	Possui interface amigável e intuitiva, dispondo de acesso a todas as páginas de cadastro de forma que a usabilidade seja adequadamente fácil.			
102	Disponibiliza o cadastro prévio de viaturas contendo todos os dados pertinentes para a identificação dos respectivos veículos tais como prefixo da viatura, placa, tipo de veículo, marca e modelo.			
103	Permite o gerenciamento completo de todas as viaturas cadastradas no sistema.			
104	Possui campos didáticos com calendários virtuais para identificar e registrar a data e hora de cada plantão cadastrado.			
105	Permite a designação de supervisores do plantão diário usando um mecanismo de seleção em lista de fácil identificação e leitura.			
106	Dispõe de um campo para status do plantão, tais como em aberto, cancelado ou finalizado.			
107	Permite a inserção e gerenciamento de agentes responsáveis pelo plantão juntamente com suas respectivas escalas de horários, início e término.			

108	Dispõe de opção de permuta para associar horas extras e possíveis trocas de agentes já incluídos no plantão e/ou identificar de forma automática a quantidade de horas extras individualmente.			
109	Dispõe de uma lista e histórico dos agentes inseridos contendo a identificação do agente por nome de guerra, matrícula funcional e indicador de horas extras se existir.			
110	Dispõe de identificadores de permuta, agentes acionados ou supervisores responsáveis na lista e no histórico de agentes já inseridos.			
111	Utiliza a lista de veículos previamente cadastrados ao sistema em mecanismo de seleção em lista contendo a placa da viatura para fácil visualização.			
112	Dispõe de cadastro de rádio HT por viatura cadastrada.			
113	Possui campos para inserção da quilometragem inicial, quilometragem final e a quilometragem de abastecimento do veículo durante o plantão.			
114	Dispõe de uma lista e histórico dos veículos inseridos contendo todas as informações do veículo.			
115	Permite a indicação de um motorista em mecanismo de seleção em lista somente dos agentes já inseridos no plantão, a indicação do motorista deve ser respectivamente do veículo a ser cadastrado.			
116	Permite a indicação de patrulheiros, ou seja, os agentes que irão realizar o acompanhamento com a viatura juntamente do motorista.			
117	Permite a inserção de ocorrências, apenas ocorrências que foram cadastradas dentro do período do plantão.			
118	Conte um bloqueio de acesso para alterações que compete apenas ao supervisor designado, dessa forma, somente o supervisor poderá encerrar e/o editar o plantão.			
119	Dispõe de uma auditoria de fácil acesso, em um botão, contendo todos os eventos respectivos ao plantão, tais como data e hora e usuário que realizou o cadastro, exclusão, edição ou cancelamento.			
120	Possibilita o download do plantão em arquivo no formato PDF contendo todas as informações que foram inseridas no plantão.			
121	Permite o registro, a classificação do tipo, natureza e origem da ocorrência, possibilitando a configuração de diferentes ocorrências e a parametrização de prioridade para que o processo de atendimento e operação possa ser tabulado em acordo com a gravidade e tempo de abertura.			
122	Permite a parametrização do tempo e criação de sla's de			

	atendimento, em acordo com a prioridade e urgência dada a classificação do registro e o tempo de espera de atendimento, permitindo que a automatização do processo possa ajudar no processo de decisão da equipe de monitoramento.			
123	Permite que áreas, departamentos, usuários e órgão devem ser parametrizados e configurados na solução, possibilitando assim uma fluidez e melhor organização dentro do processo de análise e atendimento da ocorrência.			
124	A solução permite a parametrização do organograma funcional, permitindo que o controle das ocorrências e demandas possam ser registradas e encaminhadas por disparo manual ou de maneira automatizada em caso de necessidade, possibilitando assim mitigar ainda mais o tempo de atendimento a demandas específicas que se qualifiquem a essa função automatizada.			
125	Todas as ocorrências registradas seguem para uma fase de análise que é realizada pela equipe de abertura ou um birô de análise e crise, onde após a análise (que poderá ser automatizada ou não) são geradas demandas de atendimento para todos os envolvidos no processo.			
126	A solução possibilita o protocolo de ocorrências oriundas do processo de fiscalização e averiguações das mais diversas origens, controlando e qualificando essa interação, no mínimo por: <ul style="list-style-type: none"> - Cidadão – Identificado - Cidadão – Anônimo - Operador em campo - Via Rádio - Via Ofício - Dentre outros 			
127	A solução possibilita que a partir do registro e análise da ocorrência registrada, os responsáveis pela análise possam gerar e encaminhar demandas administrativas inclusive com despachos, documentos e informações complementares para atendimento da ocorrência para as mais diversas áreas integradas, fazendo assim que todos os envolvidos no processo de operação tenham sua atividade devidamente registrada e acompanhada;			
128	Permite que o gerenciamento do tempo e acionamento para ocorrências e demandas, sejam processadas a partir da configuração e parametrização desses critérios de urgência, garantindo assim que a equipe multidisciplinar foque nos atendimentos e acionamentos a serem realizados em acordo com a escala definida pela solução.			
129	Em caso de identificação de atendimentos que seguem o referido padrão por parte dos atores, setores e departamentos, o sistema deverá disponibilizar de mecanismos de configuração de fluxo automatizado, controlando inclusive o tempo previsto e esperado de atendimento em cada setor e atividade de forma			

	separada e automatizada.			
130	Controla de forma parametrizável se a demanda não atendida dentro do prazo definido gerará alerta ao nível superior e ou deverá ser encaminhada para algum setor de contingência.			
131	Dispõe de ferramenta e informações relacionadas a possíveis gargalos de atendimento que gerem algum atraso no atendimento, possibilitando que a gestão possa atuar a fim de mitigar quaisquer dificuldades apresentadas no processo de operação.			
132	A ferramenta a partir da criação de um banco de dados robusto e confiável, aplicar mecanismos de análise dos comportamentos e interações, sejam através de Inteligência Artificial ou outros mecanismos que permite identificar padrões e projetar cenários que ajuda em um melhor preparo dos envolvidos no processo de fiscalização e monitoramento.			
133	A solução leva em constante consideração e de maneira automatizada a eficiência dos serviços e atendimentos a serem realizados a partir das ocorrências registradas, procurando dispor de inteligência embarcada para levar em consideração critérios de economicidade e praticidade, ou seja, disponibiliza de mecanismos que calculem a melhor forma de atender determinada ocorrência e demanda a fim de como resultado permite um ganho econômico e de tempo nos atendimentos realizados.			
134	As demandas são direcionadas a pessoas específicas, setores ou órgãos, permitindo assim que todos saibam de sua responsabilidade perante o atendimento da ocorrência registrada.			
135	A solução controla todo o log de segurança e utilização da ferramenta, permitindo inclusive que mesmo se o usuário não iniciar o atendimento ou der ciência do referido, o registro de qualquer ação seja sequer de visualização seja devidamente guardado para futuras auditorias.			
136	Todos os envolvidos no processo de atendimento tem a visão das ocorrências e demandas que estão sendo realizadas para atendimento, contudo as demandas só pode sofrer qualquer tipo de alteração por intermédio de seus responsáveis devidamente vinculados e/ou por administrador devidamente identificado.			
137	A solução permite que o fechamento da ocorrência só venha a ser possível quando todas as demandas forem devidamente finalizadas, garantindo assim que todas as partes envolvidas no processo interajam com o atendimento.			
138	A ferramenta permite a integração via a API'S a qualquer instituição a fim de que o procedimento possa ser devidamente integrado e que as informações necessárias possam ser registradas e finalizadas em quantas bases de dados forem necessárias. Esse procedimento visa a integração entre os mais			

	diversos órgãos participantes do processo de atendimento para que tenhamos um critério fundamental da via de mão dupla, onde tanto poderemos fornecer as informações aos parceiros conveniados como poderemos consumir informações vitais para funcionalidade do serviço.			
139	A ferramenta disponibiliza de mecanismos de inteligência que permita a parametrização do formato de acionamento de maneira automatizada, ou seja, que permita um padrão de customização onde o usuário ao início de sua jornada de trabalho evidencie quais os parâmetros de análise e acionamento da equipe e operadores em campo.			
140	Operador específico.			
141	Operador livre.			
142	Operador mais próximo do local da ocorrência.			
143	Operador livre mais próximo da ocorrência.			
144	Equipe específica.			
145	Equipe mais próxima do local da ocorrência.			
146	Equipe livre mais próxima da ocorrência.			
147	A solução possibilita a criação de diferentes cenários de atuação a análise dos requisitos, podendo gerar cenários de plantões onde a equipe é reduzida, por dias da semana, por turnos, dentre outros que julgarem necessário a fim de adequar a capacidade de atendimento ao modelo de monitoramento e controle das demandas, afinando assim ainda mais o algoritmo de apoio a gestão das atividades.			
148	A solução possibilita o registro de todos os insumos presentes e disponíveis para atendimento, enriquecendo e controlando assim a utilização dos mesmos no processo de monitoramento e atendimento das ocorrências, controlando no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> - Operadores em escala - Veículos disponíveis - Materiais disponíveis (cones, fitas, impressoras) 			
149	A solução possibilita integração com as mais diferentes bases a partir da implantação de protocolos de comunicação como web-services, possibilitando que consultas dinâmicas possam ser realizadas na central e em equipamentos dos operadores, como uma placa de carro, CPF e outras julgadas necessárias possam ser implementadas e utilizadas em acordo com os convênios e acesso da entidade.			
150	Além de informações relacionadas e específicas a ocorrência registrada a solução possibilita tanto na central quando no app do operador a inclusão de fotos, vídeos e registros complementares que possam ser utilizados no processo de atendimento.			

151	A solução permite um controle e unificação de todas as ocorrências que sejam relacionadas a uma inicial, entendendo de maneira automática que através de similaridades nas informações repassadas no momento da abertura da ocorrência, as mesmas se tratam de uma ocorrência única, permitindo assim que a ocorrência aberta seja anexada a título de histórico, composição de prioridade, contudo tendo como documentação e estatística a primeira ocorrência registrada tida como principal.			
152	A solução apresenta nas telas onde for utilizada, alertas visuais e sonoros que facilitem a partir da abertura da ocorrência a visualização da sala de monitoramento, controle e ação, fazendo assim com que a tomada de decisão seja facilitada, mitigando o máximo os gargalos de atendimentos.			
153	A solução possibilita ainda que a partir de análises da equipe de atendimento ou por processo automatizado, as ocorrências tenham sua prioridade alterada em acordo com o tempo de espera, grau de abrangência ou por necessidade da equipe de atendimento.			
154	A ferramenta disponibiliza de mecanismo de segurança e controle que gerencie e monitore a chegada do operador/equipe até a ocorrência, possibilitando ainda o início de atendimento automatizado, nos casos onde o referido não tenha registrado por algum motivo sua chegada ao local. Esse controle se dá através da delimitação e controle de raio do operador/equipe em relação à ocorrência registrada.			
155	A ferramenta de apoio disponibiliza de integrações com APIS de georreferenciamento para garantir o menor percurso possível para atendimento da ocorrência registrada.			
156	As ocorrências são visualizadas em formato de lista pelos usuários a partir de consultas de sua condição (situação), local, equipe ou operador em atendimento, regime de urgência e outros filtros julgados necessários, ainda havendo uma representação via mapa georreferenciando os pontos de monitoramento a partir dos filtros pretendidos.			
157	Em mapa de monitoramento sendo criadas e particionadas diferentes visões de atuação e monitoramento, aumentando assim a facilidade de acompanhamento e operação. Tais visões sendo cadastradas como filtros predefinidos e aplicados em acordo com a necessidade operacional apresentada.			
158	O mapa de monitoramento apresenta um croqui delimitado da cidade, bairro ou perímetros predefinidos e disponibiliza de alertas e indicativos claros e intuitivos que facilitem o processo de visualização e planejamento da equipe externa para atendimento, acompanhamento ou direcionamento do registro.			
159	A solução disponibiliza de função de segurança e monitoramento de operadores, onde através da definição de			

	perímetros e associação de operadores ao referidos, possam ser gerados alertas de movimentação fora da zona de atuação dos mesmos, o que pode evidenciar algum problema no processo de operação. Para os casos em questão emitidos alertas sonoros e notificações tanto para a central, quanto para o app do operador, que motiva se necessário sua saída de perímetro.			
160	Dispõe de mecanismos que facilitem o processo de tomada de decisão e ou registro da mesma, exemplo, possibilitando que ao ato de abertura de um registro o sistema consiga validar se existem equipes disponíveis para atendimento em um raio mínimo de distância e que estejam aptos a atender, podendo esse procedimento ser automatizado através de parametrização ou em acordo com a demanda realizado de maneira manual.			
161	A solução integra quando possível toda a parte de veículos e equipamentos entregues aos operadores para que as informações de sua localização e situação possam ser colocados em mapa de monitoramento e seus status serem tratados no ato de vinculação de equipes ao processo operacional. As informações em questão ainda consta no processo de análise de atendimento da ocorrência, onde a partir do tipo de ocorrência qualquer equipamento de relevância seja um critério de acionamento, pois pode de forma direta ajudar no sucesso do atendimento.			
162	A solução possibilita a geração de diferentes escalas e estruturação de operações que possibilitem planejamento, monitoramento, execução em ajustes nas escalas de trabalho e operações realizadas, controlando desde a presença ativa do operador/equipe, quanto os horários e materiais utilizados nas atividades.			
163	A solução possibilita a criação de campanhas temporais, onde poderão determinar perímetros de atuação, operadores e equipes envolvidos, materiais necessários e as demandas a serem realizadas. Ainda permite a parametrização se necessário da realização de tais atividades e campanhas para os casos em que as mesmas aconteçam de tempos em tempos, facilitando assim o processo de operacionalização das atividades.			
164	Para o caso de operações de fiscalização a solução permite a criação de croquis com perímetro da operação, metas a serem atingidas (quantidade de abordagens, retenções, mortes,), além da inserção de equipes e materiais a serem utilizados visando um controle e monitoramento facilitado dos recursos;			
165	Disponibilizada uma visualização virtual em mapa retratando o município, onde podem ser criadas de maneira prática e dinâmica visões de monitoramento dos recursos, podendo a equipe de monitoramento optar por critérios de visualização que melhor lhe convieram e que são incorporados ao modelo de			

	mapa disponibilizado.			
166	Visualização e monitoramento de ocorrência por situação.			
167	Visualização de ocorrências no período.			
168	Visualização de ocorrências por gravidade.			
169	Visualização e monitoramento de viatura.			
170	Visualização de equipe específica.			
171	Visualização de operador específico.			
172	Visualização de operação de fiscalização.			
173	Visualização de pedido de apoio.			
174	A solução disponibiliza ainda de mecanismos que permitam o rastreamento das atividades realizadas por determinado operador/equipe, dispondo de informações a partir do ponto de vista de uma ocorrência específica ou levando em consideração a linha de tempo escolhida, contudo para ambos, as informações como caminho percorrido, ocorrências vinculadas e quaisquer outras ações rastreáveis na ferramenta são disponibilizadas em formato de consulta e relatórios impressos.			
175	A solução ainda possibilita um fechamento de informações a partir de critérios parametrizáveis, gerando um relatório indicativo da operação a partir de alguns parâmetros específicos.			
176	Relatório indicativo da operação, como: Por operador.			
177	Relatório indicativo da operação, como: Por período.			
178	Relatório indicativo da operação, como: Por operação de fiscalização.			
179	Relatório indicativo da operação, como: Por célula de trabalho.			
180	Relatório indicativo da operação, como: Por tipo de ocorrência.			
181	Relatório indicativo da operação, como: Por situação de atendimento.			
182	Solução de apoio a geração de indicadores e estatísticas na gestão de ocorrências de trânsito e segurança pública.			
183	Dispõe de solução que permita a análise e criação de painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento e indicadores de controle para o órgão.			
184	Permite consultas dinâmicas, relacionadas aos fatos identificados em acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações.			

185	Possibilita a geração de relatórios com gráficos operacionais a nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas facilitando e dando agilidade em todo o processo de análise e tomada de decisão do órgão.			
186	Dispõe de serviço de levantamento e diagnósticos de diferentes bases dados, possibilitando a criação e geração de modelos multidimensionais e de diferentes granularidades, que permitam análise e criação de diferentes cenários de operação e comportamentos.			
187	A solução permite que a partir da criação dos modelos baseado nas análises realizadas, possam ser gerados painéis de controle com indicadores relacionados aos procedimentos operacionais e as ferramentas disponibilizadas neste termo, permitindo que sejam criados cenários de monitoramento, gatilho de ações e indicadores de controle para o órgão nortear suas ações.			
188	Possibilita consultas dinâmicas e estruturais, relacionadas aos fatos identificados em acordo com as dimensões definidas na estruturação das informações, possibilitando diferentes tabulações em acordo com a necessidade do gestor, seja a nível estratégico, tático ou operacional.			
189	Possibilita a geração de relatórios com gráficos à nível estratégico, tático e operacional, possibilitando que as informações relacionadas aos procedimentos identificados como essenciais sejam disponibilizadas a todos os envolvidos, facilitando e dando transparência e agilidade em todo o processo de tomada de decisão.			
190	Disponibiliza de equipe multidisciplinar que despenda um mínimo de 40 (quarenta) horas mensais para acompanhamento e adaptação dos indicadores a necessidade do Órgão.			
191	Dispõe de painéis virtuais de monitoramento para as equipes operacionais do órgão disponibilizando no mínimo as informações relacionadas.			
192	Informações relacionadas às: Ocorrências registradas por tipo.			
193	Informações relacionadas às: Locais X Índices de ocorrências.			
194	Informações relacionadas às: Ocorrência X horários de registro.			
195	Informações relacionadas às: Ocorrências por equipes.			
196	Informações relacionadas às: Ocorrências pendentes por local.			
197	Informações relacionadas às: Setores com maior tempo de atendimento.			
198	Informações relacionadas às: Aplicação web do pré-ait.			
199	Possibilitar o anexo de duas imagens por registro, sendo: - Uma imagem ampla (visão geral do local); e - Uma imagem focada na placa do veículo.			
200	Disponibiliza campo para consulta de veículo em base de dados			

	fornecida pelo contratante.			
201	Efetua validação automática de placas fora do padrão estabelecido pelo CONTRAN. Permite o preenchimento manual dos dados do veículo, respeitando as características e formatação exigidas pelas normas do CONTRAN.			
202	Valida as informações inseridas antes do salvamento definitivo na base de dados, garantindo consistência e integridade das informações.			
203	Disponibiliza lista de infrações específicas para uso no processo de registro da infração.			
204	Disponibiliza lista de observações pré-cadastrados, conforme o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), permitindo ainda a edição personalizada pelo agente.			
205	Disponibiliza lista de endereços pré-cadastrados, com catalogação por código do local, permitindo edição manual do endereço, quando necessário.			
206	Controle e Gestão de Dados no pré-ait.			
207	Cataloga e controla o status do cometimento da infração, por meio de diferentes estados do processo.			
208	Possui módulo que garanta que o Pré-AIT seja enviado apenas ao agente responsável por sua geração, assegurando controle de autoria e integridade da informação.			
209	Inclui módulos de apoio.			
210	Gestão de infrações permitidas.			
211	Gestão de endereços pré-cadastrados.			
212	Gestão de observações pré-existentes.			
213	Possibilita consulta dos Pré-AITs existentes com filtros por: Período, agente, situação, veículo.			
214	Na visualização individual do pré-AIT, apresenta todas as informações preenchidas, incluindo anexos e observações.			
215	Integração com o Sistema de Autos de Infração.			
216	Permite o direcionamento direto do Pré-AIT para geração manual do Auto de Infração, aproveitando os dados pré-preenchidos.			
217	Gera código único e imutável para cada Pré-AIT, garantindo sua vinculação ao Auto de Infração correspondente no momento da geração.			
218	Assegura a imutabilidade dos dados do Pré-AIT após seu envio e vinculação.			
219	Assegura a integração da imagem anexada ao Pré-AIT com o auto de infração gerado a partir dele.			

LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO) PARA APOIO AO REGISTRO DE DEFESAS, RECURSOS E COMISSÕES E COLEGIADOS PARA O ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E RECURSOS IMPETRADOS AO ÓRGÃO.

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Disponibiliza uma ferramenta que permite ao órgão um acompanhamento de todas as etapas e procedimentos realizados, desde o ato de impetração de processo de trânsito e transporte ao órgão, até a efetiva comunicação ao usuário do julgamento realizado.			

02	Possibilita a criação e configuração de diversas juntas e comissões para análise dos processos impetrados e de responsabilidade do Órgão.			
03	Possibilita o registro e associação dos tipos de processo de competência de cada comissão e junta criada, permitindo assim de uma maneira dinâmica a estruturação de competências dos julgamentos a serem realizados.			
04	Possibilita o registro do membro da junta ou comissão, possibilitando ainda a identificação e associação do mesmo ao papel administrativo a ser exercido dentro da junta ou comissão.			
05	Possibilita o cadastro de ementas de julgamento por comissão permitindo que possam ser criados modelos predefinidos a serem utilizados como molde para o despacho do julgamento.			
06	Possibilita o julgamento dos processos impetrados ao Órgão de maneira inteiramente virtual.			
07	Permite que o julgador munido de seu acesso possa: Possa acompanhar os processos identificando sua competência.			
08	Permite que o julgador munido de seu acesso possa: Ter acesso a todos os documentos de maneira digital relacionados à infração de trânsito e transporte.			
09	Permite que o julgador munido de seu acesso possa: Associar parecer e dar despacho aos processos analisados.			
10	Possibilita a abertura de diligência e o lançamento das atividades realizadas e documentos gerados para atender a mesma, permitindo assim que depois de atendido a demanda solicitada o processo seja liberado para nova avaliação.			
11	Dispõe de rotina que controle a realização das reuniões a serem realizadas, possibilitando que sejam criados, agendados e acompanhados os processos que estão sendo analisados pelos relatores e demais envolvidos na referida reunião.			
12	Quando aplicável permite a redistribuição de relatoria de processo em virtude da necessidade operacional monitorada pelo gestor da comissão ou junta.			
13	Permite a inclusão de processos a reuniões a serem realizadas e durante a realização da mesma possibilita a secretaria da casa a retirada e inclusão de processos a pauta.			
14	Após finalização da reunião possibilita a geração e posterior impressão se necessária da ata da reunião realizada, onde estarão listados os processos e assuntos tratados, permitindo assim a possibilidade do gestor coletar a assinatura dos presentes ou dispor de mecanismos que validem a assinatura dos mesmos de maneira virtual.			
15	Dispõe de mecanismos de comunicação ao usuário que recorreu a infração, gerando e disponibilizando para consulta ou enviando carta em acordo com a necessidade operacional do órgão informando o resultado da avaliação realizada.			
16	Permite quando aplicável e mediante a necessidade do administrador das comissões a possibilidade de listagem e nova confirmação dos pareceres dados, possibilitando assim que o mesmo possa auditar e acompanhar as atividades realizadas pelos membros de sua comissão.			

17	Apresenta rotina de geração de arquivos para atualização de informações relacionadas às atividades realizadas que precisem ser atualizadas junto as demais entidades pertencentes à administração do trânsito a âmbito municipal, estadual e nacional.			
18	Possibilita o monitoramento de todos os processos impetrados ao órgão, permitindo aos gestores uma visualização tabular de todas as informações disponíveis e necessárias para o monitoramento dos processos e atividades realizadas.			
19	Processos impetrados por tipo e período.			
20	Processos impetrados por comissão e período.			
21	Processos impetrados por situação e período.			
22	Processos julgados por período, tipo, comissão.			
23	Processos em diligência.			
24	Reuniões realizadas.			
25	Atas de reuniões.			
26	O serviço em questão se qualifica a partir da implantação e disponibilização do sistema para uso por parte dos usuários.			

LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE – SOFTWARE COMO SERVIÇO SOLUÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE REGISTRO, VISTORIA, LIBERAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PERMISSIONÁRIOS (MOTOTAXISTAS, TAXISTAS, ESCOLARES E OUTROS))

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	Controla de forma automatizada todas as etapas dos processos decorrentes do registro, vistoria, liberação e acompanhamento de permissionários (mototaxistas, taxistas, escolares e outros) e fiscalizados pelo órgão.			
02	Permite a customização de diferentes permissionários do órgão, possibilitando assim que as atividades de registro avaliação e monitoramento possam ser realizadas inteiramente na aplicação.			
03	Possibilita o registro do pedido de autorização do permissionário, possibilitando ainda a inclusão e manutenção dos documentos necessários ao processo de análise e liberação da autorização.			
04	Dispõe de rotina para digitalizar e anexar os documentos aos registros, fazendo assim que todos os envolvidos no processo possam dispor das imagens e que o procedimento de análise e liberação possa ser realizado a partir da imagem digital.			
05	Dispõe de rotina de aprovação de permissão, possibilitando que a autoridade competente avalie o pedido e documentação apresentada para aprovação ou desaprovação motivada do pedido realizado.			
06	Dispõe de rotina com abertura de pendência e cancelamento de permissão, possibilitando que a informação seja atualizada e fique passível de validação em tempo real por parte dos agentes em campo.			
07	Possibilita que os agentes visualizem os veículos que estão com alguma irregularidade de cadastro para que possam utilizar como informação complementar ao processo de fiscalização em campo.			

08	Dispõe de rotina de agendamento de vistorias, possibilitando que o permissionário possa escolher entre as datas disponibilizadas pelo órgão o dia e horário que lhe for mais conveniente.			
09	Realiza vistoria dos veículo submetidos a inspeção veicular, contendo imagens de todos os ângulos do veículo e dados veículo (placa, marca, modelo, cor, espécie , tipo e número da permissão) do permissionário (nome, cpf, identidade, endereço, data nascimento, telefone e dados da permissão e outros documentos necessários).			
10	Dispõe de mecanismo de comunicação automatizada por grupo ou individualmente para que o órgão possa disseminar informativos e comunicados específicos aos permissionários. Possibilita a customização, emissão e controle de compensação de taxas a serem cobradas no processo de registro e renovação de permissionários.			
11	Dispõe de rotina que controle o processo de vistoria, seja através de realização de vistoria de maneira eletrônica seja pela inclusão do documento da vistoria realizada de forma manual.			
12	Dispõe de mecanismo de controle de autenticidade da autorização liberada, para que o agente possa realizar a validação da mesma em campo quando julgar necessário.			
13	Dispõe de informações operacionais relacionadas ao serviço.			
14	Quantidade de permissionários registrados, por tipo, situação.			
15	Cronograma de vistorias por período.			
16	Permissões emitidas por período.			
17	Mapa de vencimento de permissões.			

INFRAESTRUTURA DE DATACENTER

Nº	Item	Atende	Não Atende	Observação
01	A infraestrutura necessária para o pleno funcionamento na execução e implantação software.			
02	A infraestrutura data center é composta por servidores de aplicação, servidores de bancos de dados e servidores middleware a mais necessários para o pleno funcionamento da solução.			
03	Quando a localização se der de forma ON PREMISE a infraestrutura é de responsabilidade da contratante, assim como, camada segurança, a estrutura de links de acesso, fornecimento de energia e mais qualquer outra necessidade requerida para o pleno funcionamento.			
04	Quando a localização se forma em CLOUD a infraestrutura é de responsabilidade da contratada, sendo necessário a comprovação do nível de certificação do DATA CENTER em conformidade com no mínimo as diretrizes do TIER III ou ter um nível equivalente com essa base de certificação.			
05	A contratada deve demonstrar políticas mínimas de Backups de dados diários, em formato completos e incrementais.			
06	A contratada é responsável pela segurança e salva guarda dos dados hospedados em sua infraestrutura e em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados.			
07	Mantém a integração de medidas de segurança robustas			

	minimizando riscos de intrusões e garantindo a integridade do ambiente operacional.			
08	A centralização permite a gestão unificada dos dados de acesso e monitoramento, facilitando a manutenção e o backup, utilizando servidores de alta performance assegurando resposta rápida e a integridade dos dados armazenados.			
09	A infraestrutura suporta o fluxo de dados em tempo real, especialmente durante picos de acesso.			
10	É equipado com ferramentas de gerenciamento remoto que permitem monitoramento e diagnóstico em tempo real, facilitando a identificação de problemas e a implementação de correções sem a necessidade de intervenção física.			
11	A solução é dimensionada para suportar crescimento gradual, com possibilidade de expansão de servidores e armazenamento conforme o aumento da demanda.			
12	Tem escalabilidade para garantir que o sistema continue performático referido com o aumento do número de acessos e cadastros, realizado com base em projeções e em análises históricas, garantindo investimentos eficientes.			
13	A solução fornece relatórios detalhados e indicadores de desempenho que auxiliam na avaliação contínua da infraestrutura, permitindo a identificação de gargalos e a previsão de necessidades futuras de expansão ou manutenção.			
14	Apresenta transparência nos dados operacionais, fundamental para a tomada de decisões estratégicas e para a otimização dos recursos do datacenter.			
15	Conta com rotinas automáticas de backup, garantindo que os dados críticos sejam preservados e possam ser recuperados em caso de falhas.			
16	A estratégia de backup inclui cópias locais e remotas, distribuindo o risco e aumentando a segurança dos dados.			
17	A infraestrutura oferece uma plataforma integrada que permita o acesso remoto seguro dos gestores, facilitando a administração do sistema, sendo esse acesso remoto protegido por autenticações fortes e protocolos de segurança, assegurando que apenas pessoal autorizado possa operar o ambiente.			
18	Mantém plataforma integrada centralizando todas as operações, contribuindo para uma gestão mais ágil e eficiente do datacenter.			

Os testes deverão ser aplicados no ambiente computacional disponibilizado pela Contratante tendo em vista o caráter web da maioria das aplicações, não podendo a licitante realizar acessos VPN ou quaisquer outros recursos (slides, PDFs, ou outros) se não os relacionados aos acessos da aplicação via browser, demonstrando a execução em tempo real das rotinas solicitadas e possuir certificado SSL com certificado SHA-256.

Para os itens onde existem equipamentos a licitante deverá apresentar os equipamentos em acordo com as especificações de sua proposta, demonstrando o funcionamento dos mesmos com os aplicativos previstos na execução.

A licitante classificada como 1ª colocada, deverá disponibilizar no máximo 3 (três) técnicos para acompanhar os testes de seu(s) aplicativo(s), para auxiliar e dirimir eventuais dúvidas.

Os aplicativos propostos para execução dos serviços constantes no Termo de Referência (item Software) serão submetidos à inspeção sendo avaliada a aderência dos aplicativos e equipamentos, tudo de forma a comprovar a conformidade dos serviços ofertados.

Poderão ser solicitados esclarecimentos adicionais acerca dos aplicativos necessários à execução dos serviços constantes no Termo de Referência deste edital, objetivando seu fiel entendimento, desde que não inclua documento ou informação que deveria constar obrigatoriamente na Proposta ou Documentação de habilitação.

A equipe responsável pela avaliação emitirá parecer técnico em um prazo de até 10 (dias) que será juntado ao processo com o resultado final da prova de conceito para amplo conhecimento dos licitantes, sendo aprovado quem atender satisfatoriamente 100% dos itens da Prova de Conceito e em eventuais reprovações um relatório circunstanciado e motivado da reprovação;

O roteiro proposto contará com a fase prevista de simulação onde serão avaliados se as rotinas demonstradas de maneira individual realizam as atividades a que se propõem e estão devidamente integradas, garantindo assim a plena execução dos serviços esperados pelo órgão.

Não serão permitidas gravações de vídeos, imagens ou quaisquer registros que não solicitados pela Comissão Avaliadora ou gerados pela comissão de licitação, tendo em vista a necessidade de resguardar o patrimônio intelectual da licitante responsável pela apresentação.

Todos os custos com a demonstração dos aplicativos correrão por conta de cada licitante.

Sanderson Cesário Duarte
Diretor de Operações

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

CONTRATO N°: xx/xxxx

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB/JP E A EMPRESA XXXXX, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/FORNECIMENTO DE xxxxxxxx, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB/JP**, com sede na Br 230, KM 25 - Cristo Redentor - João Pessoa - PB, CNPJ nº 09.154.915/0001-26, neste ato representada pelo Senhor Superintendente **MARCILIO PEDRO SIQUEIRA FERREIRA**, CPF nº XXXXXX, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. **MARCOS DE ASSIS HOLMES MADRUGA JÚNIOR**, CPF nº XXXXXX, residentes e domiciliados nesta cidade, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **xxxxxx**, inscrito(a) no CNPJ nº xxxxxx, com sede na Rua/AV., nº x, Bairro, Cidade, Estado, CEP.: xxxx, Fone: xxxxx, email: [xxxxx](#), neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxx, portador do CPF nº xxxxxx e RG nº xxxxxxxx, doravante denominada de **CONTRATADO(A)**, decidiram assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO (art. 92, III):

- 1.1 - Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº xx/xxx, Processo Administrativo-Semob/JP nº xxxxx e Memorando (interno)-Semob/JP nº xxx.
- 1.2 – O presente contrato reger-se-à, pelos seguintes diplomas legais, no que couber:
- a) Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores;
 - b) Decreto Federal nº 8.538/2015;
 - c) Decreto Municipal nº 10.445/2023;
 - d) Decreto Municipal nº 10.563/2024;
 - e) Decreto Municipal nº 10.535/2023
 - f) Lei Orgânica do Município de João Pessoa-PB de 02.04.90;
 - g) Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014; e
 - h) Código de Defesa do Consumidor.

1.3 - As comunicações/notificações de toda e qualquer natureza serão realizadas através do e-mail, informado pela contratada, presumindo-se – de modo absoluto – a ciência após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do envio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO (art. 92, I e II):

- 2.1 - Constitui objeto do presente contrato: xxxxxxxx, **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.**
- 2.2 - A execução do serviço/fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta final apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/xxxx, edital, termo de referência, ata de registro de preços, proposta, instruções do Contratante, documentos esses que são partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.
- 2.2.1 – A data da proposta da contratada é xx.xx.xxx.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS (art. 92, V):

- 3.1 - O Valor Global Anual deste contrato é de R\$ XXXXX (XXXXXXX).
- 3.2 – No preço final do serviço/fornecimento compreende todas as despesas referentes ao objeto contratado e mão de obra para entrega dos itens ofertados, bem como todas as demais despesas incidentes sobre o mesmo, tais como impostos, contribuições especiais, tarifas, taxas, fretes, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, REAJUSTAMENTO E ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES (art. 92, V e §3º):

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

4.1 A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 124, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

4.2 O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos neste Contrato, em especial nas seguintes hipóteses:

- a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;
- b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares ou posteriores à expiração da vigência do contrato;
- c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
- d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
- e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento.
- f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

4.3 Respeitado o princípio da anualidade, o contrato poderá ser reajustado com a utilização do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA do período, mediante requerimento expresso do Contratado.

4.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

4.4 Será admitido o reajuste contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em xx.xx.xx;

4.5 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data do orçamento estimado. Data esta que será o marco temporal nos reajustes subsequentes ao primeiro, para a contagem do interregno mínimo de doze meses.

4.6 O reajuste, decorrente de solicitação da CONTRATADA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual;

4.7 Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente contratação, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado para o objeto deste Termo;

4.8 No momento da incidência do reajuste, diante da necessidade de contingenciamento de despesas, é facultado à CONTRATANTE negociar com a CONTRATADA a renúncia ao direito de reajuste ou a utilização de outro índice;

4.9 O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA, antes da prorrogação contratual, se for o caso, ou com antecedência à data final de vigência do contrato, sob pena de haver preclusão lógica. Haverá também preclusão do direito ao reajuste caso seja ele solicitado após o término final do Contrato.

4.9 O Fornecedor/Contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

4.10 Os acréscimos ou supressões obedecerão aos preceitos estabelecidos nos arts. 124, 125 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições correlatas vigentes.

4.11 As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Semob/JP.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO (art. 92, VIII):

5.1 - As despesas correrão por conta da classificação orçamentária n. xxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1 O prazo de pagamento ao contrato e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SOLICITAÇÃO, PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA DO OBJETO E EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XII):

7.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observações e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo deste Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

7.2 – A garantia do produto ou serviço/fornecimento são aquelas exigidas conforme Termo de Referência anexo deste contrato.

7.2.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7.3 - O prazo de vigência deste Contrato é de xxxx meses, fixado no Termo de Referência, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX, podendo ser prorrogado caso se enquadre em uma das exceções previstas no art. 107 da Lei 14.133/2021.

7.3.1. Se tratando de assinatura eletrônica, a vigência contratual será contada a partir da data da última assinatura eletrônica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, ATESTO DO PRODUTO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (art. 92, IV, VII e XVIII):

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observações e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo deste Contratado.

8.2. O Fiscal Técnico, será o representante designado para acompanhar e fiscalizar os serviços/fornecimentos prestados e atesto das notas fiscais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, com autoridade para exercer, como representante da Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

8.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

8.2.2. O Fiscal Técnico do contrato será o servidor xxx, mat. nº xx.

8.3. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4.1. O Fiscal Administrativo será o servidor xxx, mat. nº xx.

8.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.5.1. O servidor Jefferson D. M. Gama, matrícula 1861-9, ficará responsável como gestor de contrato.

8.6. Os fiscais técnicos e administrativo do contrato, bem como o gestor de contratos, estão designados no Termo de Referência, anexo deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

09.1. Além das previstas no Termo de Referência, são obrigações da Contratante:

09.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

09.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão competente da Semob-JP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. Decidir questões contratuais apresentadas, conforme sua complexidade e trâmites internos das áreas envolvidas no objeto contratual, conforme, especialmente, art. 123, § único da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, conforme, especialmente, art. 123, § único da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.13. A Semob-JP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

10.1 - Caberá à contratada, além do constante no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço/fornecimento para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/fornecimentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços/fornecimentos, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/fornecimentos.

10.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços/fornecimentos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

- 10.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

11.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- 11.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, ou de prazos; 11.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 11.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 11.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 11.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do contrato;
- 11.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 11.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.3. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.4. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES (art. 92, XIV):

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços/fornecimentos públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- i) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

j) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “i” e “j” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

- 1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, para infração descrita na alínea “d” do subitem 12.1.
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, de 25% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “a”, “i” e “j” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159, Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da legislação pátria a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS, DO FORO e DA PUBLICAÇÃO (art. 92, III e §1º):

13.1 – O presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio na internet, em atenção ao art. 91, caput, da lei nº 14.133/2021 e ao art. 8, §2º, da Lei nº 12.527/2012 c/c art. 7, §3º, V, do decreto nº 7.724/2012.

13.2 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis a matéria e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13.3 - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de João Pessoa/PB, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.4 - E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 03 (três) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

João Pessoa – PB, xx de xxx de xxxxx.

MARCILIO PEDRO SIQUEIRA FERREIRA

MARCOS DE ASSIS HOLMES MADRUGA JÚNIOR

Superintendente

Diretor Adm/Financeiro

Contratante

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Contratado(a)

TESTEMUNHAS: 1. _____ 2. _____

ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, Pregão Eletrônico SRP nº/, apresenta a seguinte proposta de preços:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Quant. Mensal	Quant. Total (24 Meses)	Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Total (24 Meses)

Além das informações acima, a proposta deverá conter:

- I) O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.
- II) Declaração da licitante informando que está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital.
- III) Declaração da licitante informando que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude da expectativa inflacionária.
- IV) Declaração da licitante informando que no caso de adjudicação do objeto do presente pregão, compromete-se a entregá-lo/realizá-lo no prazo determinado no instrumento convocatório.
- V) Fornecimento dos seguintes dados, para fins de posterior pagamento:
 - a) Razão Social;
 - b) CNPJ/MF
 - c) Endereço;
 - d) Cidade/UF;
 - e) CEP;
 - f) Tel./Fax;
 - g) E-mail;
 - h) Banco;
 - i) Agência;
 - j) Conta.

João Pessoa/PB, ____/____/____.

(NOME DA LICITANTE) (nome e nº do documento do representante)

CLÁUSULA IV – DA VALIDADE DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA V – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

5.1. O contrato com o fornecedor registrado será formalizado pela SEMOB mediante a solicitação por parte do Setor Solicitante/Unidade participante e assinatura de termo de contrato.

5.2. A existência deste Registro de Preços não obriga a SEMOB a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada à realização de procedimento específico para determinada aquisição, sendo assegurado ao beneficiário deste registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VI – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Será admitida a adesão à Ata de Registro de preços desta licitação.

CLÁUSULA VII – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo à Comissão do Sistema de Registro de Preços da SEMOB convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

7.2. Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, a Superintendência da SEMOB poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores seguindo a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado, observando a classificação original do certame.

7.3. Durante o período da validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais, Estaduais e Municipais aplicáveis à matéria.

7.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

8.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registrado de Preços;

8.1.2. Não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s);

8.1.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa

8.1.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.1.6.1. Por razão de interesse público; ou

8.1.6.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 7.884/2013).

CLÁUSULA X – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e Minuta de Contrato, ANEXO AO EDITAL.

10.2. As alterações ou atualizações dos preços presentes na Ata de Registro de preços só poderá ser realizada com fundamento no art. 80 e seguintes do Decreto Municipal 10.445/2023 e qualquer regulamentação correlata ou superveniente.

CLÁUSULA XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Fica eleito o Foro da cidade de João Pessoa-PB, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

João Pessoa, xx de xxxxxx de 2026.

MARCÍLIO PEDRO SIQUEIRA FERREIRA
Superintendente da SEMOB

Empresa Vencedora
CNPJ nº XXX
Responsável
CPF nº XXX

INTREPIDA A ORIGINE